

BRUNO ELIAS – RODRIGO CESAR

Prefácio de Rafael Barbosa Moraes “Pops”

O PT E A JUVENTUDE
A ESPERANÇA EM CONSTRUÇÃO

SÃO PAULO
Março de 2015

Página  13

Copyright © Bruno Elias e Rodrigo Cesar

Fevereiro de 2015

Revisão: Rodrigo Cesar
Organizador: Rodrigo Cesar
Diagramação: Sandra Luiz Alves

Elias, Bruno
Cesar, Rodrigo

O PT E A JUVENTUDE. A esperança em construção.
- São Paulo: Editora Página 13, 2015.
230p.

Anexos

ISBN 978-85-62508-21-9

1. Partido dos Trabalhadores. 2. Juventude do PT. 3. Organização.
4. Eleições. 5. Movimento estudantil. I. Título.

Este livro pode ser reproduzido na íntegra ou em parte desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO	8
INTRODUÇÃO	24
Um partido militante de massas precisa de uma juventude militante de massas	38
Tô vendo uma esperança! Mobilização, desafios e a nossa história	44
Qual grau de autonomia a juventude deve ter?	50
O Congresso da Juventude do PT e o movimento estudantil universitário	52
A esperança se fortalece	55
Tirando o atraso	61
Que venham os novos desafios!	64
Tempos de juventude	66
Organização, formação e mobilização: prioridades da JPT	69
Ano novo, tarefas nem tanto	71
Uma avenida aberta	73
A juventude do PT e as eleições de 2010	80
Desenvolvimento e juventude em 2010	83
A juventude militante por nossas mãos	88

A história do nosso futuro	94
Juventude do PT e Programa de Governo	100
Vida segura e saudável: direito dos jovens, dever do Estado	107
Notas sobre juventude e desenvolvimento	110
Uma nova política de uma nova geração	116
Carta de um jovem petista	119
A JPT de setorial a organismo militante de massas	122
#2ConJPT: a hora da Juventude	127
O PT e a juventude dirigente	132
Que fazer no II Congresso da JPT?	136
#2ConJPT: a hora da Juventude *	139
Não basta ser jovem	145
ANEXO A.....	149
ANEXO B	188
ANEXO C	210

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas de organizações e movimentos de juventude é sua rápida transitoriedade. Em geral, quando uma geração de jovens militantes atinge certo grau de desenvolvimento de suas capacidades políticas que permitem ao coletivo um salto qualitativo de sua atuação, uma geração mais nova e menos experiente passa a assumir as responsabilidades de direção do movimento ou organização em questão. Com isso, a permanente renovação de quadros exige atenção para que a transição geracional não se desdobre em desacumulo político.

Em outras palavras, trata-se de evitar que as organizações de juventude sejam condenadas a trabalhar como Sísifo, personagem da mitologia grega que, como castigo de Zeus, deveria rolar uma pedra até o pico de uma alta montanha. Para sua desgraça, porém, ao se aproximar do cume, faltavam forças a Sísifo e a pedra rolava morro abaixo, recomeçando novamente, por toda a eternidade.

Neste momento em que, por questões etárias, nos despedimos formalmente da Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT), pretendemos contribuir para que as novas gerações de jovens petistas tenham contato com parte dos debates que participamos e formulações que produzimos em parte do período em que militamos nas fileiras da JPT – um período particularmente rico da história da juventude petista, no qual se elaborou uma nova política organizativa.

Assim, reunimos uma seleção de textos de nossa autoria, produzidos entre janeiro de 2008 e novembro de 2011, nos quais discutimos a construção da JPT como organismo militante e de massas do partido na juventude e questões sobre o lugar da juventude no ciclo de desenvolvimento que o país experimentou naquele período. Em justo reconhecimento, abrimos a sequência com um artigo escrito em coautoria com Rafael Pops, secretário nacional da JPT (2005-2008), que conduziu a juventude petista no período que preparou a reorganização da juventude petista, superando o modelo setorial até então vigente. Além disso, o convidamos para escrever o prefácio do livro, onde apresenta suas avaliações sobre aquele rico processo.

Os textos foram organizados cronologicamente e as datas apresentadas correspondem ao dia de finalização dos mesmos ou, quando não foi possível esta identificação, ao dia de publicação nos meios que os veicularam. No sentido de contextualizar os leitores em relação às posições que ocupávamos no momento de elaboração, decidimos manter, ao final de cada um deles, nossas assinaturas tal como foram divulgadas.

No período de produção dos artigos reunidos, foram realizados em Brasília três fóruns deliberativos de suma importância para o partido e sua juventude: o I Congresso da JPT (22 a 25 de maio de 2008); o Encontro Nacional da JPT (5 a 7 de fevereiro de 2010); e o II Congresso da JPT (12 a 15 de novembro de 2011). Assim, direta ou indiretamente, o ambiente no qual os textos foram produzidos e lidos mantém relação com os debates realizados por ocasião destas reuniões e com seus desdobramentos. Neste sentido, consideramos pertinente publicar como anexos as teses que a tendência petista Articulação de Esquerda apresentou a estes fóruns partidários, inclusive porque participamos da elaboração e fomos signatários destes documentos.

Cientes de que a condução de um processo de transição geracional exige muito mais que a leitura dos textos produzidos por jovens petistas no passado; que tal exercício é somente uma pequena parte do esforço necessário para a compreensão de uma história que ainda está por ser escrita; e que o ponto de vista parcial de apenas dois militantes está longe de representar o conjunto dos problemas e questões que animaram as discussões sobre o PT e a juventude, esperamos que este livro estimule as novas gerações a se apropriar do acúmulo historicamente produzido no interior do partido sobre o PT e a juventude e estimule também as gerações anteriores a compartilhar a experiência de suas trajetórias como militantes da Juventude do Partido dos Trabalhadores.

Boa leitura!

Vida longa à Juventude do PT!

Os autores

Brasília-São Paulo, janeiro de 2015

PREFÁCIO

Nos últimos 15 anos, o tema juventude ocupou cada vez mais espaço na pauta do Partido dos Trabalhadores (PT) e da sociedade. Nas administrações municipais, estaduais e federal foram criados organismos de juventude, o PT teve seu primeiro secretário nacional de juventude eleito em encontro setorial em 2001 e desde 2002 passou a ter um programa eleitoral voltado especificamente para esse setor. Se sempre houve jovens, por qual motivo isso ganhou tanta importância no último período?

A primeira explicação óbvia foi o crescimento da taxa de natalidade no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o que levou ao maior número de habitantes nessa faixa etária nos últimos 15 anos. O Brasil passou a ter o maior número de jovens de toda sua história. Esse contingente populacional era um importante fator para possibilitar um avanço no desenvolvimento do país. Contudo, a desigualdade social, os limites da educação e outros aspectos decorrentes dos anos neoliberais colocavam em risco uma alavanca. Portanto, para aproveitar essa oportunidade representada pelos jovens, era preciso avançar em políticas sociais universais e específicas para essa faixa etária.

Com tamanho desafio, aos poucos, o PT foi incorporando a pauta. Contudo, nem sempre com uma visão progressista. Era frequente entre dirigentes da esquerda aqueles que diziam que era preciso combater os desvios da juventude, se referindo a indis-

plina, festas, bebidas e drogas. Era hegemônica a visão tutelada, na qual os jovens ocupam espaço somente na agitação e propaganda e do movimento estudantil somente como um celeiro de quadros, reproduzindo a realidade cotidiana de uma sociedade patriarcal, na qual todos viviam sobre o comando do “pai”.

Se para dentro do partido existia problemas, para fora também eles se repetiam. Apesar das formulações que a Juventude do PT já fazia, o mote da campanha de Lula em 2002 era disputar a juventude com o crime organizado. Uma visão que novamente vinculava um viés da juventude como um problema, dessa vez de segurança pública. E novamente o jovem aparece como um agente na sociedade que deve ser tutelado para “não fazer merda”.

Simplificadamente, esse era um quadro geral do tema juventude no PT e na sociedade no início dos anos 2000, véspera da maior vitória eleitoral em 2002. Contudo, é importante analisar não somente como a temática era tratada, mas também de que forma o PT e as lutas sociais se desenvolviam nesse período.

Antes dos nossos anos de juventude

Podemos dizer que o partido viveu algumas fases distintas e elas influenciavam diretamente a juventude do PT. O primeiro ciclo, o fundador do PT, o partido e os movimentos sociais eram intimamente ligados, o que fez o PT não se ocupar em se organizar internamente para atuar enquanto partido em diversos setores, entre eles, a juventude. Ao contrário da maioria dos partidos de esquerda pelo mundo, o PT não formou frente de massas, o que mais tarde, na minha avaliação, dificultou o enfrentamento com a carências organizativas internas.

Ainda nesse período, o PT tornou-se o partido hegemônico na esquerda brasileira, deve-se isso a eleição presidencial de 1989.

Pouco antes, em 1987, sinais disso eram vistos na juventude, quando o PT ganhou as eleições para a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que era dirigida pelo PCdoB, e que antes da ditadura militar era dirigida pela Ação Popular (AP), que mais tarde veio ingressar nas fileiras do PCdoB.

Aqui é importante um parêntesis, pois existem dois conceitos importantes de serem salientados. Neste período da história partidária, juventude confundia-se com estudante universitário – o que mais tarde revelou-se um erro claro de atuação entre os jovens. Entretanto, usaremos essa abordagem pois ela reflete a tática adotada naqueles anos. Outro ponto a se abordar é o contingente de jovens universitários nesse período, que era bem baixo, ou seja, um pequeníssimo grupo. Contudo, eram eles que traziam o simbolismo da luta contra a ditadura e – palpite desse que vos escreve – tratava-se de um grupo que anteciparia a tendência, confirmada somente depois da eleição de 1989, da hegemonia do PT entre a população e os jovens brasileiros.

Após a derrota eleitoral de 1989, abriu-se um ciclo interno de transição no PT. Concluiu-se o ciclo fundador, no qual o PT e os movimentos sociais eram diretamente ligados, e abriu-se um processo de disputa sobre qual seria a linha política do partido – ciclo de transição que, como veremos mais a frente, encerra-se em 1995 com a formação de uma nova maioria.

Entre disputas de linha política, construção de novas direções e formação de uma nova maioria, apesar de consolidado como principal partido de esquerda, o PT dava sinais de desorganização no movimento estudantil, que, da mesma forma que antecipou um evento posterior, já refletia a carência de organização das frentes de massas no PT. Quando do Fora Collor em 1992, bandeira que a maioria da direção partidária titubeou em apoiar, o PT quase não compôs a diretoria da UNE. Apesar de arriscado dizer isso,

acredito que tanto a ascensão do PT como referência dos jovens, quanto a desorganização que levou à derrota na direção da UNE são tendências que ocorrem antes entre os jovens, refletindo posteriormente na vida geral do partido.

Sendo assim, a juventude, em geral, antecipa debates e tendências. Em 1995, foi a última vez que se conseguiu uma atuação minimamente unificada no Congresso da UNE, e, em 1997, o último Encontro Nacional de Estudantes do PT (ENEPT) que deliberou a tática petista para o CONUNE, o que mais tarde foi entregue completamente a cada tendência. Não por coincidência, como falamos anteriormente, 1995 foi o ano que encerrou o ciclo de transição da direção petista e formou-se uma nova maioria partidária que, entretanto, não era maioria entre os jovens petistas organizados naquele momento. Este foi um importante evento na história petista, pois esse ciclo irá até 2005, com forte hegemonia de um campo político e uma tática que será importante para desenhar os anos que vivemos na juventude do PT e para as mudanças impulsionadas com o Congresso da JPT.

Com a consolidação desse novo período, o partido foi sofrendo mutações que impactaram na organização de juventude. O Partido passou a uma guinada cada vez mais institucional, priorizando a ação eleitoral em detrimento da luta social. Além da falta de organização das frentes de massas do passado, o PT cada vez mais dependia das tendências e dos mandatos para atuar nos movimentos sociais e na juventude, reforçando uma atuação cada vez mais fragmentada.

Agrega-se a esse cenário a dureza dos anos neoliberais, os quais, além da retirada de direitos, atacou duramente os movimentos sociais. Com isso, boa parte deles foi jogada para uma luta defensiva ao mesmo tempo em que eram atacadas organizativamente, levando a uma contínua perda de espaço na disputa da sociedade.

Mesmo com a forte resistência feita pelo PT e movimentos sociais ao neoliberalismo, as consequências à organização dos trabalhadores e da juventude causada nesses anos são sentidas até hoje.

Pois bem, internamente, esse era o cenário em que nós, jovens, passamos a militar no PT e, em especial, na juventude do PT. Perceber como a vida da JPT está ligada diretamente à vida do PT é um importante parâmetro para entender as condições que permitiram a construção do I Congresso da JPT e as tentativas de mudanças no seu modelo de organização.

Nossos anos de juventude: o embrião para o I Congresso da JPT

Podemos dizer que a geração que impulsionou o I Congresso da Juventude do PT foi fruto dessa contradição vivida pelo PT até 2002 e dos anos que seguiram até 2005. Uma geração que ainda atuou contra o neoliberalismo e viveu intensamente a vitória eleitoral de Lula. Portanto, esse congresso foi uma resposta encontrada por essa geração para buscar resolver esse diagnóstico de carência na relação entre o PT e a juventude. Ele só foi possível graças ao encerramento do ciclo do PT que se iniciou em 1995 e se encerrou em 2005. Contudo, é preciso conhecer esse caminho por dentro da JPT.

Como já disse, em 2001 foi eleito em encontro setorial o primeiro secretário nacional de juventude do PT. Esse marco é importante pela legitimidade da JPT ter um secretário que era reconhecido por todos os agrupamentos, o que não impedia que se fizesse uma forte oposição a ele. Isso permitiu resolver muitos impasses internos e, mesmo com muitos problemas, construir algumas atuações importantes da JPT no cenário nacional. O maior exemplo disso foi a campanha de juventude de 2002. Mesmo

com limites da estrutura setorial, esse foi o embrião que permitiu construir o processo que terminou com Congresso da JPT em 2008. O encontro setorial de 2001 foi o primeiro que participei como militante da JPT, ainda recém filiado em função da presença e atuação dos petistas no processo de Greve das Universidades Federais de 2001.

O PT teve seu primeiro Processo de Eleições da Diretas (PED) em 2001, mesmo ano em que pela primeira vez um encontro setorial elegeu o secretário de juventude. O PED foi uma guinada no modelo eleitoral do PT, o qual, apesar de importantes pontos positivos, como provados em 2005, trouxe aguçamento de contradições negativas no modelo de organização partidário.

Antes do PED, elegiam-se as direções do partido nos encontros e congressos, em 2001 passa-se a eleição por um processo de eleição direta, no qual todos os filiados votam diretamente nas chapas, sem composição de delegações. A priori, a ideia parece até interessante, mas em conjunto com outros fatores oriundos da estratégia geral adotada pela maioria da direção do partido, aos poucos, o PT foi tornando-se, de um partido militante de massas, um partido eleitoral de massas. O PED, por si só, não é o responsável por isso, mas a forma como se realiza contribuiu de maneira decisiva para ampliar a maioria já consolidada em 1995, reforçar a estratégia institucionalista, reduzir os debates internos, tudo isso gerando impacto profundo na organização partidária.

Os setoriais foram estruturas criadas para o PT atuar em diversas áreas. Em alguns setores, como saúde e educação, eram fortes as comissões que discutiam esses assuntos e a estrutura setorial seria um importante avanço. Contudo, em movimentos de massa, como mulheres, negros e jovens, o setorial é muito aquém das necessidades de organização do PT nesses segmentos. Além de ser limitado pra fora, pra dentro, as pautas desses movimentos

tornavam-se somente pauta dos setoriais, esvaziando as direções partidárias de debates mais próximos das lutas sociais.

Mesmo com esses limites, dos encontros setoriais em Guarulhos, em outubro de 2001, até o Congresso da UNE (CONUNE) de junho de 2003, conseguiu-se fazer uma atuação petista muito forte. É óbvio que o processo eleitoral que indicava a vitória de Lula e a vitória em si, foram decisivos para isso. Nessas quase dois anos, se produziu muito sobre Políticas Públicas de Juventude (PPJ). Depois de cinco anos, realizou-se um ENEPT e depois de oito anos, o PT atuou unificado em todo processo do CONUNE de 2003. Sobre esse último, é importante dizer que a presidência de José Genoíno no partido teve impacto direto, pois ele, pessoalmente, acreditava na importância de disputar a UNE.

Paralelo ao processo da UNE, ganhava corpo o debate das PPJs. A JPT passou a debater além do movimento estudantil, ter relação forte com setores do movimento Hip-Hop e parte da academia se debruçou sobre a temática juvenil. O tema do movimento hip-hop e da juventude negra merece uma atenção importante aqui. A relação da juventude petista com o movimento hip-hop ocorria desde a segunda metade dos anos 1990, mas era feita pelo GT de juventude negra da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR), não pela Secretaria Nacional de Juventude do PT (SNJPT). Em 1997 foi realizado o I Seminário Nacional da Juventude Negra do PT. Em 1998, na campanha Lula, foi realizado um grande ato com o movimento hip-hop. Em 1999 foi realizado o II Seminário da Juventude Negra do PT. Há, assim, uma diferença entre juventude petista, JPT e SNJPT.

Portanto, nesse momento, a Secretaria de Juventude começa, a assumir para si pautas que antes eram conduzidas pela juventude petista nos movimentos sociais e em outras instâncias partidárias. Abre-se, assim, um processo intenso de debate sobre as po-

líticas e mesmo sobre concepção de juventude. Por um lado, uma visão recuada da juventude como problema e a necessidade da tutela, de outro, também um embrião, uma visão que mais tarde seria definida como emancipadora, ou seja, que as políticas de juventude devem criar as condições para a emancipação dos jovens.

Mesmo com diferenças, as PPJs aproximaram diversos setores da JPT que antes estavam dispersos. Num primeiro momento, uma demanda forte por organismos de juventude em nossas administrações; depois, um segundo momento no qual se discutiu o deveria ser as diretrizes dessa política, principalmente no plano federal com o Governo Lula. Primeiro-Emprego, Bolsa-Trabalho, Previdência Juvenil, Contradição educação-trabalho foram debates intermináveis que moldaram essa geração petista de jovens.

Portanto, podemos dizer que a JPT desde o encontro setorial de 2001 foi amadurecendo uma forma mais unitária de atuação em grandes temas, tendo seu auge até 2003. Esse ano é um marco, pois, como vimos, a agenda da JPT estava intimamente ligada a agenda do PT e da sociedade. O primeiro ano do Governo Lula foi de contradições abissais entre as tendências petistas. A agenda econômica, a reforma da previdência e a política educacional são somente alguns temas da conjuntura de 2003 e 2004 que criaram profundas divergências internas.

Nesse período, pela conjuntura, a Secretaria Nacional de Juventude do PT (SNJPT) passou atuar de maneira a somente retificar a posição da maioria partidária e deixou aos poucos de ser um instrumento de toda juventude do PT pra ser representante de somente uma fração dos petistas. Os conflitos entre a secretaria e demais agrupamentos foram constantes. Apesar disso, o debate sobre juventude ainda tomava a agenda na Fundação Perseu Abramo e no Instituto da Cidadania, por meio do Projeto Juventude.

Em meio a profundas divergências internas, expulsão de parlamentares, criação de um novo partido de esquerda, rompimentos de setores da CUT, chegamos em 2005, ano que encerra o ciclo iniciado em 1995 internamente no PT. A crise do chamado mensalão abre um novo período de transição no PT. Com boa parte da direção partidária sob acusação, acontece o PED de 2005, com forte cerco midiático, pois acreditavam que essas eleições das direções seriam o velório do PT. Entretanto, o PED de 2005 foi o momento decisivo para o enfretamento da crise pelo PT, no qual a militância assumiu pra si a defesa do partido, e esse processo tem impacto direto na JPT.

Nossos anos de juventude: a construção do I Congresso da JPT

A crise de 2005 abalou todas as estruturas partidárias. Com três presidentes em pouco mais de quatro meses, abriu-se o PED com uma forte disputa sobre os rumos do PT. Nesse período, foi aberto debate fortíssimo sobre a estrutura partidária. A crise financeira aberta pelas denúncias de caixa 2 de campanha mostraram as entranhas de como o partido era sustentado financeiramente.

Entre as candidaturas a presidente do PT, Ricardo Berzoini corria pelo campo majoritário, que pela primeira vez teve que enfrentar um 2º turno. No campo da esquerda partidária eram 5 candidatos principais na oposição, Raul Pont, Valter Pomar, Plínio de Arruda Sampaio, Maria do Rosário e Marcus Sokol. Os debates entre os candidatos tiveram grandes audiência e a mobilização eleitoral foi grande. No 1º turno, foram mais de 300 mil votantes.

Impulsionado pelo clima geral do PED, abriu-se os encontros setoriais. Na juventude, o clima seguiu a eleição presidencial. Já no primeiro turno das eleições para presidente do PT, se desenha-

vam as candidaturas a secretário nacional de juventude. Enquanto no campo majoritário, que dirigia a SNJPT, havia muita disputa em torno de quem seria o candidato, tendo lançado dois nomes, na esquerda partidária circulavam três nomes, Ramon Szermeta, Gabriel Guimarães e esse que vos escreve. Com uma diferença: após o 2º turno, o agrupamento que Ramon fazia parte decide sair do PT, ele decide ficar. O Movimento PT, grupo de Gabriel, retira a candidatura ainda no 1º turno da juventude para nos apoiar. Assim, nós “corríamos soltos”, com nome unificado internamente, bom peso social no 1º turno para presidente do PT e organização em quase todos os estados. Esse foi um diferencial importante.

Consolidado o 2º turno do PED entre Raul Pont e Berzoini, abriu espaço para uma composição na juventude que passasse pelo PED. Os encontros estaduais de juventude, que são processos distintos do PED, ocorreram em meio ao processo de 2º turno. Como não podia ser diferente, o Encontro da JPT não foi meramente para eleger a direção, muito se debatia sobre qual o papel a juventude deveria cumprir no próximo período. Os debates organizativos da JPT passavam pelos debates políticos sobre o PT. Já nos encontros estaduais foram aprovadas resoluções que indicavam a necessidade de um Congresso da Juventude do PT.

No Encontro Nacional de Juventude, o antigo campo majoritário entrou dividido. Isso ajudou a construção de uma candidatura alternativa, ao mesmo tempo em que permitiu construir uma aliança programática para a vitória no encontro. Tratava-se de fazer uma gestão que fosse para todo PT, não somente pra uma fração, como tinha sido os últimos dois anos da secretaria, num mandato de quatro anos. Por sinal, um dos motivos da divisão era justamente a avaliação sobre o que tinham sido aqueles últimos dois anos. Mais uma vez, o Congresso da JPT era um dos pontos aventados.

Importante dizer que, nesse momento, ninguém tinha noção do que seria o Congresso, mas todos acreditavam que era preciso fazer um debate profundo sobre o modelo de organização da JPT. Tínhamos como referência o Congresso realizado pela secretaria estadual de juventude de São Paulo. Contudo, o momento geral do PT exigia mais.

Nesse cenário, saímos vitoriosos do encontro de 2005 e com um desafio gigantesco na mão. Entre as notícias da nossa vitória, uma delas destacava que tínhamos feito o que os adultos não conseguiram: unificar e derrotar o antigo campo majoritário – o que não deixa de ser um pouco verdade, pois a juventude foi a única derrota nacional no processo de renovação das direções ocorridas em 2005 daquela maioria formada em 1995.

Com um secretário que não tinha maioria presumida no coletivo nacional da SNJPT, num cenário de transição, amplos debates sobre o PT e convocação do 3º Congresso do PT, certamente essa gestão da secretaria de juventude seria um desafio.

Naquele momento, reuniu-se na base do encontro cerca de 3 mil jovens. Muito aquém da capacidade de mobilização do PT. Muitas secretarias estaduais eram de fachada, sem qualquer estrutura e secretários pouco reconhecidos. A rede da JPT era muito frágil e a estrutura setorial era um limitador para isso.

Durante a campanha de reeleição em 2006, o grupo derrotado em 2005 se comportou como uma secretaria paralela, usando sua influência em setores da direção partidária para sobrepor a instância de juventude constituída. Esta atitude foi um grande erro, pois desde a criação do setorial, o reconhecimento da instância foi uma das grandes virtudes e avanços da juventude. O desrespeito à instância, seja no aparelhamento dela por um grupo ou no paralelismo questionador, ao final só gerou mais desgastes para quem o promoveu. Ainda durante a campanha de 2006 o esque-

ma foi desmontado e o coletivo nacional de juventude, que passou a ser reunir periodicamente, ganhou peso e unidade política. Essa unidade, com exercício da construção do consenso, aproximou todos os grupos para discussão sobre o futuro da JPT.

Após a eleição em outubro de 2006, abriu-se o processo do congresso partidário e as baterias da JPT se voltaram para a construção de uma resolução de juventude que convocasse o I Congresso da JPT. Entre os jovens, havia unidade para a convocação, mas entre os adultos da direção, havia muita desconfiança. Boa parte dessa desconfiança vinha do simples fato de a secretaria não ser dirigida por alguém do mesmo grupo da maioria partidária, o que, por vezes, gerou entraves duríssimos. Ainda entre os jovens, havia divergências de como fazer o congresso, de qual linha política adotar num novo modelo de juventude e a unidade dos setores vitoriosos em 2005 foi se desmontando, enquanto os derrotados foram se organizando.

Portanto, no correr dos acontecimentos no PT, debatemos a fundo a JPT e a juventude em geral. No curso da gestão 2005-2008 da SNJPT, foram organizadas rodas de debates sobre juventude na fundação Perseu Abramo, as quais visavam aprofundar nossa análise sobre a realidade de juventude. Outra frente importante aberta foi na fronteira das relações internacionais. O grupo de trabalho de juventude em RI construía coletivamente nossa intervenção nesse cenário, no qual organizamos o maior encontro das Juventudes Políticas do Mercosul e se desenhou o embrião do encontro das juventudes das organizações do Foro de São Paulo.

Ainda houve dois grandes momentos na gestão, um com secretários estaduais e militância, num curso de Relações Internacionais conjunto com planejamento da campanha de 2006 e um curso de formação política anterior ao III Congresso do PT (2007), que foi decisivo para aprovarmos a resolução de juventude naquele encontro.

Mas é bom lembrar que a aprovação da resolução não foi um processo tranquilo. Apesar da unidade na resolução na juventude do PT, no Congresso do partido havia muitos questionamentos. Uns afirmavam que era golpe para tentar criar uma UJS do PT. Outro diziam que não tinha necessidade de mudar o setorial. Enfim, para muitos, o processo de transformação partidária continuava ter a juventude como um acessório, não sendo parte importante do projeto partidário.

Esse turbilhão foi formando em todos os coletivos da JPT um caldo político muito rico, que pode ser percebido no resgate dos textos da época, mas também nos espaços partidários atuais, onde protagonistas dessa história da juventude passam a ser dirigentes de várias instâncias partidárias, estaduais e nacional!

O I Congresso da Juventude do PT

Com a resolução aprovada no III Congresso do PT no final de agosto de 2007, foram 9 meses de construção do Congresso da JPT. Passamos por longos debates sobre de que maneira organizar, realização de congressos municipais, julgamento de recursos e muito aprendizado de como organizar todo esse processo, já que era completamente novo.

Na véspera do Congresso, como já citado, organizamos uma jornada de formação política da juventude. Composta por membros de todos os estados, com recorte de gênero e raça, a jornada foi um processo fundamental para a aprovação da resolução. Além dos debates sobre o projeto em si, houve uma construção de atuação conjunta dos jovens. Uma unidade que resultou numa busca de convencimento dos delegados de todas as correntes. Sem chance de derrubar essa mobilização, foi feita uma emenda que submetia todas as decisões congressuais da juventude ao Diretório Nacional do PT.

Uma cláusula de segurança daqueles que, sem o menor fundamento, temiam um “golpe”.

Com um curto prazo, acabou que o congresso aconteceu sem grandes inovações. No modelo tradicional partidário de mobilização municipal, estadual e nacional, elegendo delegados proporcionais e diretos ao congresso nacional, mas bem diferente do modelo dos encontros setoriais. As principais diferenças do Congresso foram a realização de etapas municipais, a eleição de delegados nacionais diretamente do congresso municipal, na proporção de 1:25 e a validação online de comissões organizadoras municipais, permitindo maior grau de lisura. Por fim, a grande temática foi qual modelo de organização deveria se tornar a JPT.

A resolução aprovada pelo Congresso partidário retirava a juventude dos setoriais. Antes o jovem petista que quisesse fazer parte da JPT deveria fazer a opção setorial pela juventude, impedindo-o de participar dos demais setoriais partidários. A partir do III Congresso, estabeleceu que todo(a) filiado(a) ao PT com até 29 anos passava a fazer parte da JPT, o que lhe permitiria participar de outro setorial, ao mesmo tempo em que possibilitava aos jovens que faziam parte dos outros setoriais construir a organização de juventude do partido. Mas se a juventude não era mais um setorial, o que seria agora?

Uma parcela apostava na construção de uma juventude de massas, com determinada autonomia da direção partidária, uma estrutura que fizesse um elo entre a burocracia do partido e a militância de base. Uns acreditavam na importância da filiação intermediária, onde os jovens poderiam optar por participar primeiramente só da juventude. Outros acreditavam numa juventude mais orgânica, mais enraizada na organização partidária. O resultado do Congresso foi muito aquém dos debates que aconteceram durante o processo. E isso tem algumas explicações.

O ciclo de transição dava sinais de esgotamento e já se consolidava uma nova maioria partidária. Os espaços para grandes mudanças internas estava se engessando e dado o grau de divergência no interior do bloco que ganhou o encontro de juventude de 2005, foi limitada a transformação.

Mas não devemos menosprezar esse resultado. O primeiro avanço foi mobilizar 5 vezes mais que o último encontro; o segundo foi consolidar secretarias municipais; o terceiro foi a construção de uma Caravana Nacional da JPT que rodou todo país, consolidando como nunca a instância como referência de juventude; por fim, mesmo que limitada, tivemos a constituição de uma direção nacional da juventude, ampliada para além dos 10 membros do coletivo, e do fórum de secretários estaduais, bem como a abertura do ciclo de grandes encontros de jovens, tentando fazer jus à referência do PT nesse setor.

O processo do III Congresso foi muito rico para o PT e para JPT. Os debates sobre qual linha de partido e sobre as estruturas a serem adotadas influenciaram decisivamente para o que é a JPT hoje. Podemos afirmar que não se alterou tanto quanto se imaginava, mas avançou muito no modelo de organização. Basta lembrar que o encontro de 2005 reuniu cerca de 3000 na base e o I Congresso da JPT reuniu 15 mil: mobilizamos 5 vezes mais jovens em 2008 do que em 2005. Fazendo um exercício de probabilidade, fico imaginando o tamanho do Congresso da JPT se fosse realizado em 2005, ano que o PED superou todas as expectativas de mobilização.

Se não realizamos todos nossos sonhos de quando pensamos um Congresso, ao menos temos a sensação de dever cumprido, pois não deixamos a JPT da mesma maneira que a recebemos. Mudou de cara, de jeito e ampliou sua representação política. Uma vitória simbólica e política, pois, como já citei, muitos dos diri-

gentes de juventude daquela época são importantes dirigentes partidários hoje. Percebemos hoje que o que construímos naquele período não dizia respeito somente à JPT, mas a todo partido. Tínhamos noção disso, mas talvez hoje fique mais claro como todo esse processo foi formador em muitos sentidos.

Por isso, retomar essa história é fundamental. Por um lado para aprender com nossos erros, por outro mostrar que a juventude foi e sempre será peça chave para construção de um partido de esquerda, militante e de massas. Sonhamos alto e seguimos sonhando com um partido que esteja preparado para ser não só referência para a juventude, mas também ferramenta cotidiana daqueles que lutam pelo bom, pelo justo e pelo melhor do mundo.

Rafael Barbosa de Moraes, “Pops”

Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes (2003-2005)
Secretário Nacional de Juventude do Partido dos Trabalhadores (2005-2008)

INTRODUÇÃO

Desde que os textos reunidos neste livro foram escritos, muito se avançou no debate e nas ações em relação à juventude no Brasil. Por outro lado, o mesmo não se pode dizer a respeito da organização do PT entre os jovens.

Um dos motivos pelos quais avançamos pouco na mudança do modelo setorial da JPT para uma organização militante de massas do PT na juventude é porque ainda carecemos de uma estratégia capaz de conduzir a JPT neste período de transição. Para superar esta debilidade teremos de responder, na teoria e na prática, à seguinte pergunta: como vamos construir uma juventude militante de massas dentro de um partido eleitoral de massas, ao mesmo tempo em que articulamos a luta pelo socialismo com as tarefas de organização partidária, luta social e ação no governo e na institucionalidade do país?

Um primeiro passo essencial é repensar a relação entre o partido, os movimentos sociais e as demais formas de organização e luta das classes trabalhadoras e demais setores populares. As organizações populares em geral foram profundamente impactadas pelas transformações das últimas décadas em âmbito nacional e internacional. O fortalecimento da hegemonia do pensamento conservador, o crescimento da influência político-ideológica dos meios de comunicação de massa e o decréscimo da militância voluntária são apenas alguns dos vários elementos que compõem este quadro.

De fato, por mais que as jornadas de junho de 2013 e as mobilizações que se seguiram indiquem um novo momento da luta de classes do país, não vivemos um período de ascenso das lutas sociais. Ao mesmo tempo, o nível real de mobilização dos movimentos sociais não se resume a militância política cotidiana que os impulsiona, uma vez que o processo que leva a sociedade a vivenciar lutas sociais massivas envolve condicionantes históricos objetivos e subjetivos que vão muito além ação dos grupos organizados.

Paradoxalmente, a mudança das condições nas quais se dá a luta de classes concretamente depende da própria mobilização social conscientemente impulsionada, ou, sendo mais precisos, do aprendizado que as classes em luta extraírem de suas experiências de conflito direto com os interesses das classes oponentes.

Algumas frações da burguesia vinculadas ao grande capital têm reagido ao aumento da massa salarial e da participação do trabalho na composição do Produto Interno Bruto (PIB), associados à redução do exército de mão-de-obra reserva nos últimos anos. A consequente redução relativa da participação do capital na composição do PIB, cuja acumulação, no Brasil, historicamente se balizou por um elevado grau de exploração da força de trabalho, se traduziu em uma reorientação política, afastando estas frações do bloco que elegeu e reelegeu as candidaturas petistas nas eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010.

Por sua vez, as classes trabalhadores, diante do mesmo fenômeno objetivo de mudança na repartição da renda nacional, passaram a exigir mais direitos vinculados aos serviços públicos, que não estão diretamente relacionados com a ampliação da sua capacidade de consumo: transporte, segurança, educação e saúde, principalmente. Somado a isso, o crescimento econômico e a redução da concentração de renda sofreram desaceleração nos últimos anos. Associados ao permanente desgaste político sofrido pelo PT e os

governos Lula e Dilma diante dos ataques da oposição de direita e dos grandes meios de comunicação, tais fatores configuraram um ambiente objetivo e subjetivo que se desdobraram no aumento das reservas ou mesmo da desconfiança de amplos setores das classes trabalhadoras em relação ao PT.

Já os setores médios, compostos por assalariados de alta renda e pequenos proprietários trabalhadores, se depararam com uma estratégia de ação governamental que, concretamente, possibilitou uma relativa redistribuição de renda sem a redistribuição de riqueza e poder, permitindo ao mesmo tempo grandes lucros à burguesia em termos absolutos e massiva mobilidade social dos setores mais excluídos. Assim, a percepção subjetiva de que aumentava a distância em relação às classes abastadas e diminuía a distância em relação aos trabalhadores de menor renda; de que a carga tributária que permitia à implementação dos programas sociais recaía sobretudo sobre as tradicionais classes médias; e de que o nível de corrupção no país aparentemente sofria um aumento sem precedentes tornaram os setores médios particularmente hostis à esquerda em geral e ao PT em particular.

O impacto destes fenômenos entre as novas gerações foi particularmente significativo.

Em 1989, o programa de Lula para os jovens afirmava não haver limites cronológicos exatos para definir a etapa da vida em que já não se é mais criança, sem ser ainda adulto. Mas reconhecia que o trabalho era a realidade de quase 15 milhões (30%) de crianças e jovens entre 10 e 17 anos.

Na Constituinte de 1988, a juventude e os partidos de esquerda garantiram o direito de voto aos 16 anos e depois, a Frente

Brasil Popular mobilizou os jovens para tirarem seu título eleitoral e construírem a campanha Lula Presidente em 1989.

Pesquisa de julho daquele ano indicava que o PT tinha a preferência de 8% entre os 51% da população que tinha alguma preferência partidária. Porém, este índice era de 11% entre os jovens de 16 a 24 anos e de 12% de 25 a 34 anos (Ibope).

De algum modo, contribuíram para isso a realização do primeiro Encontro Nacional dos Estudantes do PT em agosto, a vitória dos petistas no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em outubro, e a criação da Secretaria Nacional de Juventude do PT em dezembro de 1987, no 5º Encontro Nacional do partido.

Somados a esses fatores, a campanha eleitoral no segundo semestre de 1989, o primeiro Encontro Nacional da JPT em 1991 e o Fora Collor em 1992 se inseriram em um processo de politização e crescimento do petismo entre os jovens. Se em 1987, 60% da população entre 16 e 24 anos não tinha preferência partidária e apenas 8% preferiam o PT, em 1994 os que não tinham preferência eram apenas 25%, menos que os 31% que preferiam o PT. (Ibope)

Mas os anos 1990 foram duros com a juventude trabalhadora. Entre janeiro de 1990 e dezembro de 1997, 64% das demissões ocorreram na faixa etária entre 15 e 24 anos. (IBGE) Aqueles jovens enxergaram no PT uma alternativa política e uma alternativa de governo. A preferência ao Partido saiu de 16% em 1997 (FPA) para novamente atingir 31% em outubro de 2002 (Criterium), contribuindo para a eleição de Lula.

Lutas como a greve das universidades federais em 2001 e a campanha do plebiscito da ALCA em 2002, associados à ampliação da preferência partidária, parecem ter se desdobrado em adesão ao PT no período seguinte às eleições: entre 2002 e 2004, os filiados com 16 a 25 anos passaram de 15% para 20% do total, aproximadamente. (SORG-PT)

A curva ascendente do petismo na juventude atingiu seu ápice em abril de 2005, quando 33% dos jovens desta faixa etária tinham preferência pelo PT, entre os 60% que tinham preferência partidária. (Gráficos 1 e 2)

Mas a crise daquele ano abalou profundamente a relação da população em geral com a política e do PT com a juventude, em particular. Entre abril e dezembro de 2005, a parcela da população que tinha alguma preferência partidária caiu de 56% para 38% (Criterium, Datafolha), e foi entre os jovens que se deu o maior impacto político da acusação de que o partido teria pagado mesadas em troca de apoio parlamentar e a confissão de que praticava arrecadação não contabilizada para financiar campanhas eleitorais.

Preferência pelo PT, por faixa etária (%)

	abr. 2005	set. 2006	variação
16 a 24 anos	33	25	- 8
25 a 34 anos	27	17	- 10
35 a 44 anos	29	25	- 4
45 a 59 anos	24	24	0
60 anos ou mais	19	23	+ 4

Fonte: Criterium

Esse revés político ocorreu concomitantemente a uma relativa melhora na situação de trabalho da juventude entre 15 e 24 anos. A taxa de desemprego que havia crescido de 11,4% para 19% entre 1995 e 2003, sofreu modesta queda para ainda eleva-

dos 18% em 2006, e a taxa de informalidade caiu de 62,5% em 2003 para 59,8% em 2006. (OIT)

Assim, mesmo Lula obtendo 60% das intenções de voto dos jovens entre 16 e 24 anos às vésperas do segundo turno de 2006, representava uma queda perante os 66% das intenções registradas em 2002. Este quadro seguiu se agravando até as eleições de 2014. Se em 2002 o voto dos jovens puxava para cima o percentual de intenção de votos da população total na candidatura do PT, em 2014 este voto puxou o percentual para baixo. (Gráfico 3)

Pouco antes do segundo turno das últimas eleições, em um contexto geral no qual apenas 36% da população tinha alguma preferência partidária, a preferência pelo PT na faixa entre 16 e 24 anos era de críticos 15% e as intenções de voto em Dilma atingiram 50%. (Gráficos 1, 2 e 4). Paralelamente, entre 2008 e 2014, os jovens entre 16 e 25 anos passaram de 15% para 5% dos filiados do PT, aproximadamente. (SORG-PT)

Em suma, a significativa melhora das condições de vida da juventude nos últimos anos não se desdobrou em uma reversão do quadro de deterioração da relação do PT com os jovens. Este não é um problema de política pública, é um problema de política.

Funcionou especialmente entre os mais novos a tática da direita dos últimos anos – principalmente a partir de junho de 2013 – de estimular a despolitização e criticar “tudo o que está aí”, ao mesmo tempo em que escondia seu programa econômico-social e escancarava seu conservadorismo reacionário e elevava o tom da luta ideológica.

Preferência pelo PT, por faixa etária (%)

	06 e 07 jun. 2013	22 e 23 out. 2014	variação
16 a 24 anos	24	15	- 9
25 a 34 anos	23	19	- 2
35 a 44 anos	27	22	- 5
45 a 59 anos	20	19	- 1
60 anos ou mais	18	16	- 2

Fonte: Datafolha

Estas eleições e o período pós-eleitoral politizaram toda a sociedade. Contudo, quem mais se politizou foram os jovens: de outubro a dezembro, enquanto a população em geral que tem alguma preferência partidária cresceu apenas três pontos, na população entre 25 e 34 anos o aumento foi de cinco pontos e entre os jovens de 16 a 24 anos a variação foi de nove pontos positivos (Gráfico 1). Considerando que a preferência pelo PT aumentou seis pontos entre os mais jovens e quatro pontos entre os menos jovens (Gráfico 2), pode-se dizer que cerca de 66% dos mais jovens que passaram a se identificar com algum partido se identificaram com o PT e que esse índice é de 80% na população de 25 a 34 anos.

Somado a isso, a variação positiva de 42% para 50% das intenções de voto para Dilma entre os jovens de 16 a 24 anos ao longo do segundo turno das eleições (Gráfico 4) pode significar que politizar, polarizar, mobilizar e falar sobre o futuro tende a render bons frutos na tentativa de dialogar e conquistar a confiança da maioria trabalhadora da juventude brasileira.

Neste sentido, os atuais desafios do PT sobre o que pensar, como falar e organizar os jovens serão enfrentados em melhores

condições se retomarmos a orientação que nos rendeu ampla adesão das novas gerações nos anos 1980 e 1990: uma estratégia que combine, na prática, ação institucional, mobilização social e construção partidária.

Diferentemente dos anos 1980 e 1990, o PT hoje tem disponível uma vasta bibliografia sobre juventude, inúmeras pesquisas indicando as questões que mais preocupam os jovens e uma definição sobre os limites etários para a definição desta fase da vida. O partido dispõe, inclusive, de uma rica elaboração sobre uma organização de juventude militante e de massas que precisa funcionar a pleno vapor.

Entretanto, precisamos de mais transpiração para transformar essa inspiração em força política e social organizada e mobilizada por reformas democrático-populares e por políticas sociais universais de qualidade.

Mas tudo isso será ainda insuficiente se o PT não estiver disposto a humildemente reconhecer seus erros, aprender com eles e assim se redimir, pois sua imagem mudará perante a sociedade somente se mudar verdadeiramente sua própria constituição e padrão de funcionamento, o que vai muito além de reformar apenas sua fachada.

Somente esta postura convencerá as novas gerações de que o PT é mais que um partido com um glorioso passado pela frente.

Já em 2010 a JPT dizia que nossa campanha eleitoral deveria ser mais do que um embate de realizações administrativas entre o governo Lula e os governos neoliberais, tendo em vista que muitos jovens, pela idade, não vivenciaram com tanta nitidez o contraste entre os governos tucanos e os avanços conquistados du-

rante o governo do PT. Por esse motivo, em 2011 a JPT afirmava que seria fundamental o Partido apresentar aos jovens uma agenda de conquistas e mudanças para o futuro.

O fato de que, atualmente, a juventude brasileira apresenta um índice de otimismo em relação ao seu próprio futuro e ao futuro do país superior ao que se constatava nos primeiros anos da década passada, corrobora com esta orientação de que precisamos falar mais sobre o presente e o futuro com os jovens. Contudo, é preciso reconhecer que uma avaliação positiva em relação às perspectivas de futuro não significa, necessariamente, satisfação com a realidade presente.

Por isso, é preciso relativizar tanto o alcance econômico e social das políticas públicas universais e setoriais que interferem na vida dos jovens, quanto o impacto que elas têm nas definições políticas dos diferentes segmentos da juventude. Afinal, se é verdade que parte expressiva da adesão dos brasileiros ao lulismo e ao petismo tem relação com as mudanças objetivas proporcionadas pelas ações desenvolvidas pelos governos que dirigimos, é verdade também que esta adesão não é direta e nem automática.

Ou seja, grande parcela da população que ascendeu socialmente nos últimos anos segue política e ideologicamente hegemônica pelo pensamento conservador no campo dos valores e do pensamento político. Não por acaso, das eleições de 2014 emergiu a composição mais conservadora do Congresso Nacional desde a redemocratização. Como apontamos, o exemplo da juventude neste sentido é muito evidente e revelador: o projeto do PT e do campo democrático-popular tem enfrentado cada vez mais dificuldades de ser referência entre os jovens.

Neste sentido, os problemas políticos que o partido enfrenta indicam que o debate sobre a juventude e o PT deve ir muito além da mera definição de táticas para atrair os jovens para o partido.

Estabelecer metas de filiação é fundamental, mas não ajuda a resolver nossos problemas de fundo e pode mesmo ocultar o debate organizativo. Que tipo de relação o partido estabelece com os jovens nele filiados, com os jovens que tem referência nas gestões e mandatos petistas e como esta juventude deve ser compreendida?

Como o PT é um partido formado por uma parcela expressiva de jovens, tem a sua juventude envolvida no dia-a-dia da vida política do partido e dos movimentos sociais. Isso faz com que muitos não participem dos núcleos ou coletivos de juventude, por já participarem, por exemplo, do movimento sindical, popular, sem-terra, estudantil, ou mesmo em mandatos e (ainda que em menor grau) das instâncias de direção partidária. São esses os jovens militantes que devem compreender a dimensão estratégica da organização de juventude para o projeto socialista do PT e assumir a construção da JPT por suas próprias mãos.

Contudo, se é certo afirmar que a construção de uma organização de juventude que supere a fragmentação e a dispersão até hoje vigente no partido depende da prioridade dada pelos próprios jovens petistas, não podemos esquecer que o conjunto do partido precisa assumir a organização da juventude como um compromisso coletivo das diversas instâncias partidárias. Isto exige, entre outras iniciativas, o acompanhamento político dos principais quadros; a interface estável entre as estruturas de juventude e os órgãos de direção do partido; o investimento material e humano; a clareza de objetivos táticos e estratégicos; e uma formação política sólida.

Para ter condições de criar um novo impulso, consolidar avanços e aprofundar mudanças, a JPT deve estar atenta à sua organização, o que pressupõe refletir sobre a política que a orienta. Afinal, não se pode separar mecanicamente as questões políticas das questões de organização, do mesmo modo que não se deve dissociar

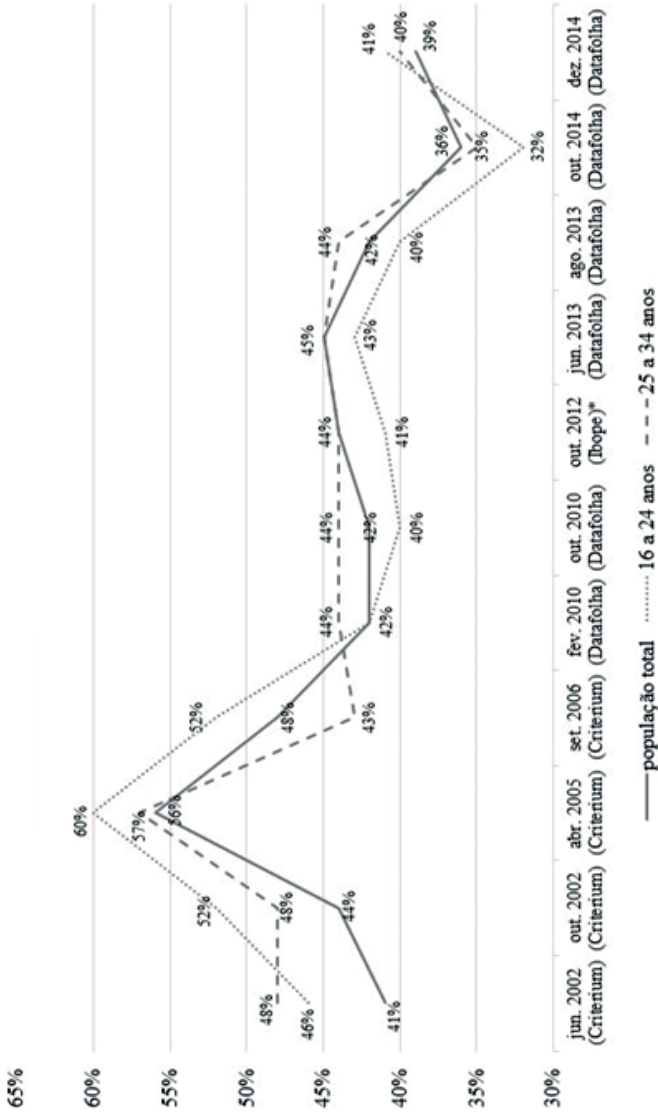
teoria e prática. Afinal, não devemos esquecer que a organização é a forma de mediação entre teoria e práxis, entre pensamento e ação, entre a vontade coletiva e sua realização, entre a ação de cada membro individual da organização e a atividade de toda a classe trabalhadora.

Na discussão sobre a JPT é a finalidade política que deve definir sua estrutura organizativa e seu funcionamento. Conceber uma estrutura organizativa que não esteja orientada por sua finalidade política significaria superestimar a estrutura em detrimento dos objetivos que se pretendem com a construção do próprio instrumento.

Neste sentido, considerando a necessidade de fazer da democracia um elemento vital da organização política, a construção da unidade entre a espontaneidade da iniciativa militante e a direção política depende da existência de instâncias ativas e com funcionamento regular, capazes de proporcionar a discussão democrática de opiniões e propostas e a construção de sínteses e orientações que expressem as formas de luta mais adequadas à uma dada realidade concreta, cuja análise depende de muito mais que o mero domínio de instrumentos teóricos, do mesmo modo que uma ação consequente vai além do ativismo voluntarista que rejeita a reflexão e a teoria.

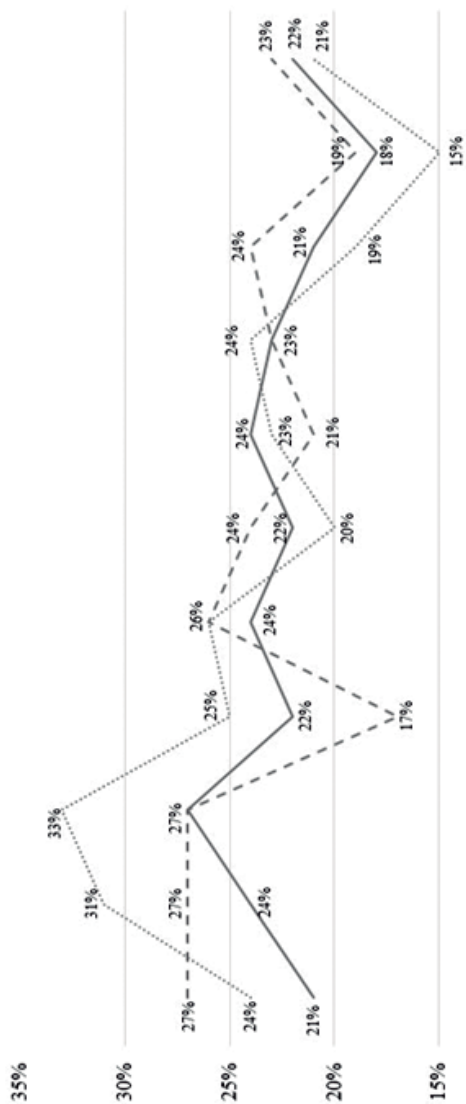
Por isso, um dos principais desafios que temos pela frente é proporcionar os espaços de discussão, organização e mobilização no interior do partido para que as dezenas de milhares de jovens petistas, desde os organismos de base, compartilhem suas vivências, impressões, análises, propostas e iniciativas de ação.

GRÁFICO 1 – Tem alguma preferência partidária (2002-2014)



* Nesta pesquisa, o Ibope pesquisou a faixa etária de 16 a 24 e de 25 a 29 anos.

GRÁFICO 2 – Tem preferência pelo PT (2002-2014)



10% jun. 2002 out. 2002 abr. 2005 set. 2006 fev. 2010 out. 2010 out. 2012 jun. 2013 ago. 2013 out. 2014 dez. 2014
 (Criterium) (Criterium) (Criterium) (Datafolha) (Datafolha) (Ibope)* (Datafolha) (Datafolha) (Datafolha) (Datafolha)

—— população total 16 a 24 anos - - - 25 a 34 anos

* Nesta pesquisa, o Ibope pesquisou a faixa etária de 16 a 24 e de 25 a 34 anos.

GRÁFICO 3 – Intenção de voto para a Presidência da República (2002-2014, Datafolha)

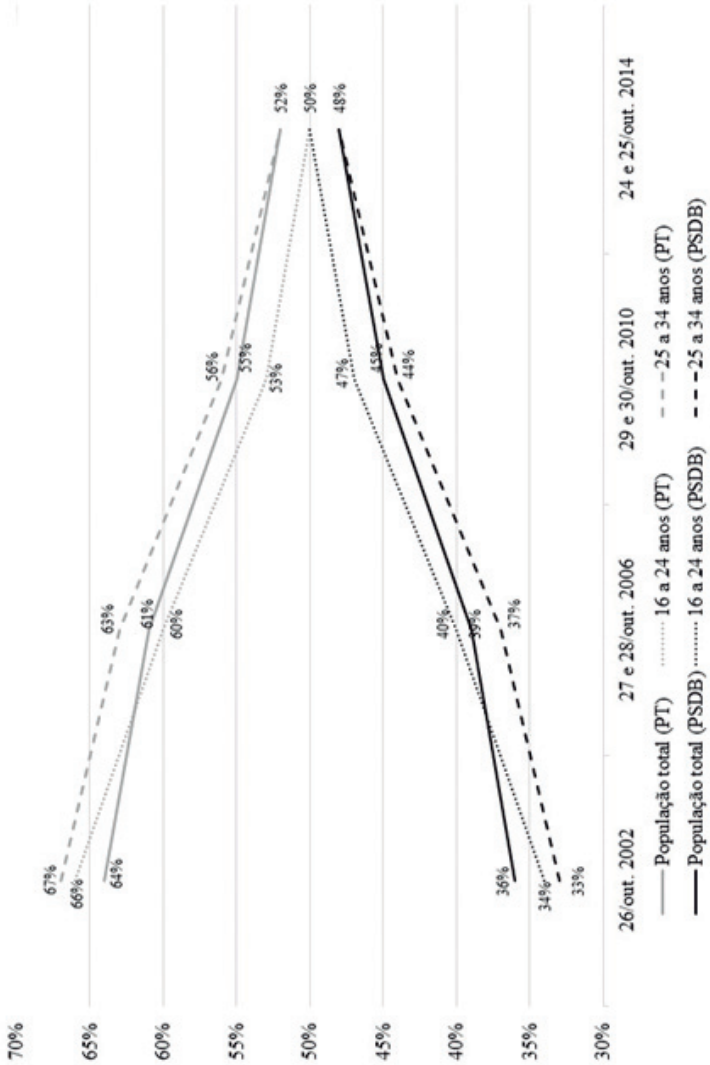
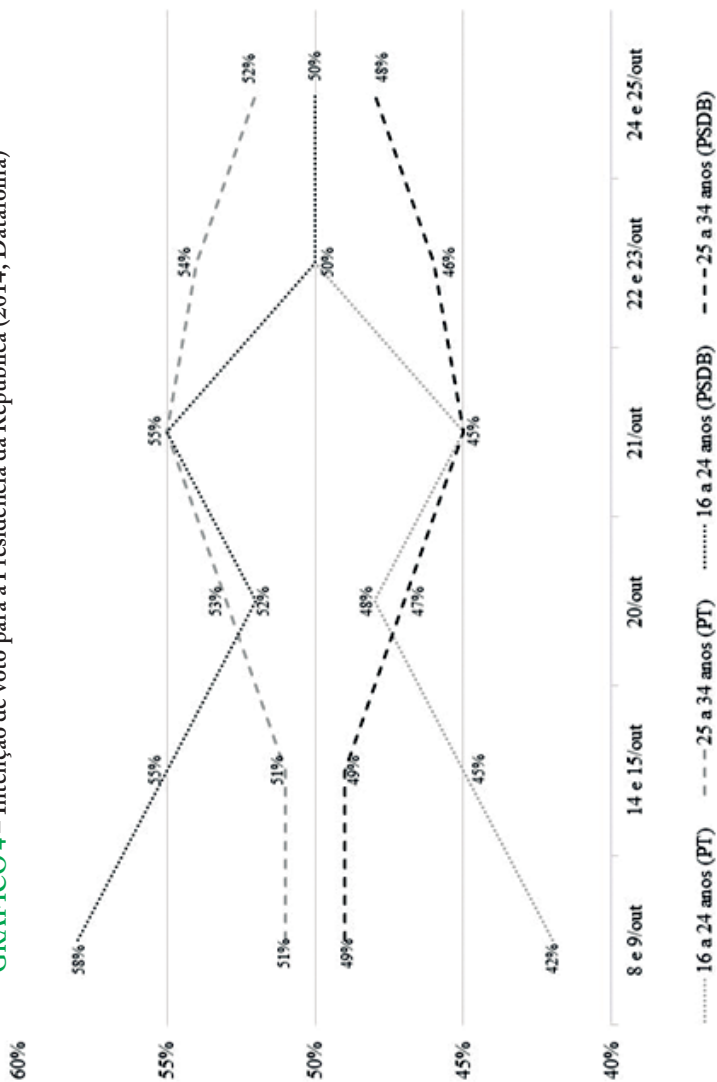


GRÁFICO 4 – Intenção de voto para a Presidência da República (2014, Datafolha)



Um partido militante de massas precisa de uma juventude militante de massas

O companheiro Glauber Piva, Secretário Nacional de Cultura do PT, escreveu um texto tratando da juventude do PT. Começa falando de maneira extremamente simplificada sobre os desafios abertos pelo III Congresso do PT e apresenta opinião sobre o modelo de organização da juventude partidária. É necessário dizer que para “criar um novo modelo de organização da juventude” é necessário superar um desafio anterior: a visão do PT sobre a juventude.

De início, é fundamental destacar que o texto apresenta ideias importantes, como a noção de que “não há espaços para tutelas” e que “não será bom para o PT se acharmos que devemos nomear bedéis para vigiar a juventude”. Seguir este raciocínio a fundo, que compreende a juventude como protagonista da ação política, nos remete a defender a autonomia deste segmento na organização partidária, o que não é a defesa do texto mencionado. A compreensão de Glauber sobre o que quer dizer uma juventude de massas e seus modelos de organização entram em conflito com as boas ideias que apresentou.

Nossa defesa de uma juventude militante de massas abraça a visão do jovem como ator político. No PT e na sociedade precisamos superar a concepção de juventude como “copo vazio” (para usar a linguagem de um petista histórico, Paulo Freire), imaturo, inexperiente e que, portanto, precisa ser preparado para o depois (afinal, para agora não tem jeito).

Todos são ou já foram jovens um dia e tem opinião sobre a juventude, o que faz parecer o tema óbvio e do domínio de todos. Disso deriva o “senso comum”. A dificuldade de debater o tema já foi apontada pelo Projeto Juventude, mencionado por Glauber. Certamente, uma organização juvenil não deve ser debatida só pelos jovens, afinal, deve ser uma decisão de todo o partido. Precisamos entendê-la como um pacto geracional entre adultos e jovens. Cada geração tem suas particularidades e cada geração de jovens vive uma realidade diferente, portanto, os jovens de hoje são diferentes dos jovens de ontem.

Para realmente nos desvencilharmos da ideia de que a juventude precisa de tutela ou de bedéis é necessário superar a concepção de “copo vazio”. Os jovens são atores políticos do hoje e serão também do amanhã. Pensar uma organização de juventude só para o amanhã seria um erro brutal do PT.

Glauber, ao mencionar uma “UJS Petista” e apresentar como entende o modelo comunista de organização juvenil, considera equivocadamente qualquer tipo de autonomia como sinônimo de “UJS”.

Este modelo vem da Federação Mundial de Juventudes Democráticas, criada pela III Internacional. Na visão destes comunistas os jovens seriam ótimos somente para agitação e propaganda – pois tem força e disposição – e como celeiros de quadros, afinal, jovens seriam imaturos e inexperientes para tomarem decisões políticas. Desta visão deriva a necessidade de uma organização que não se identificasse com o Partido Comunista (daí o “nome fantasia”), mas que fizesse agitação, onde se destacariam os melhores quadros que por sua vez seriam cooptados para o partido, uma espécie de início de plano de carreira. Portanto, a UJS é fruto do próprio modelo de Partido, sendo altamente tutelada pelos Comitês Centrais (não tira nenhuma linha do que é deliberado por estes órgãos) e mero instrumento de renovação. Este centralismo está longe de ser a marca do PT.

Portanto, a UJS real não condiz com a apresentação feita por Glauber, que reproduz o que os dirigentes da UJS dizem para a base e não o que ela realmente é!

O modelo que defendemos para uma Juventude Petista só se aproxima da UJS pelo fato de ser uma política do partido para o movimento social, mas é totalmente diferente do modelo de organização, principalmente porque o acúmulo histórico que a juventude do PT tem desde a fundação do Partido aponta em outro sentido. As resoluções dos encontros e congressos e a própria tese da juventude ao II Congresso do PT inseriam claramente a visão do jovem como sujeito político.

Ao fazer associação direta entre juventude, inexperiência e erro, o companheiro Glauber evidencia a visão equivocada que o PT e boa parte de seus dirigentes têm da juventude, o que impede a compreensão do protagonismo político juvenil, uma vez que cria o ambiente e os argumentos para a necessidade da tutela tão criticada. Ou seja, quando considera óbvio “que [os jovens] vão errar” e atribui a esses erros a condição juvenil, Glauber abraça a concepção de “copo vazio” e passa a se aproximar muito mais do modelo da UJS!

Assim como existe este modelo da UJS existem outros. No Brasil e no mundo, a esquerda viveu muitas experiências de organização da juventude. A própria resolução aprovada no III Congresso aponta isso.

A visão que temos de uma juventude militante e de massas deriva de dois fatores: (1) do modelo de organização partidária e (2) o jovem como sujeito político do hoje e não um mero celeiro de quadros em potencial para o amanhã.

O PT ao longo de sua história teve apoio da maioria da juventude e dos movimentos sociais. Durante determinado tempo o PT e os movimentos se misturavam. Esse apoio espontâneo fez

com que o PT avançasse pouco em sua estrutura partidária de massas, com exceção da relação que estabeleceu com a CUT. A partir da guinada institucional a situação piorou muito.

O PT enquanto o partido de massas precisa ter uma estrutura de atuação. Os setoriais como estão concebidos hoje já demonstraram seus limites. Isso é latente no caso dos jovens, mulheres e negros. Os petistas nestes movimentos atuam de maneira fragmentada, não conseguimos ter uma intervenção de partido. É certo que os movimentos sociais são (e devem ser) autônomos, mas a relação entre partido e movimento precisa ser uma via de mão dupla, na qual um influencia o outro. Isso não existe hoje no PT, somente nos mandatos parlamentares – fortalecendo equivocadamente a via institucional como canal de relação – ou nas tendências.

Essa situação precisa mudar! Precisamos construir estruturas de partido para atuar nos movimentos sociais. Uma Juventude de Militante e de Massas é um instrumento de partido e deve dizer nitidamente que é a organização dos jovens petistas. A autonomia desta organização é necessária por vários motivos, mas citaremos somente três.

O primeiro é por sua atuação nos movimentos sociais. Ora, se defendemos a autonomia dos movimentos sociais e o PT não centraliza seus militantes nos movimentos, ela já existe. O problema é que hoje é usada somente pelas tendências. A atuação dos petistas na UNE é um exemplo sintomático.

O segundo é a necessidade do partido constituir a mão dupla com os movimentos. Se nossa organização é dos petistas no movimento social, devemos cobrar do partido as posições defendidas por eles nestes movimentos. O partido não tem canais consolidados com os seus militantes no movimento social, mas cobra destes na hora da campanha eleitoral.

O terceiro motivo é a característica do movimento juvenil. Por ser geralmente (mas não necessariamente) nesta fase da vida

em que a pessoa se depara com as primeiras grandes decisões e, portanto as primeiras grandes dúvidas e incertezas, muitos jovens não se sentem à vontade para assumir firmes vínculos. A opção por um partido político é uma séria decisão e uma escolha praticamente definitiva. Portanto, muitos preferem deixar como está e não se filiar pelo menos até a certeza aparecer. O resultado é, ao invés da proximidade, o distanciamento. Apesar de ter apoio de um enorme contingente destes jovens, com o PT não é diferente.

Portanto, um processo de filiação intermediária permitiria ampliar a nossa influência nestes jovens e aumentar suas certezas em se tornarem petistas a partir da convivência e da militância prática no cotidiano. Para isso, precisamos fazer o contrário da UJS: não vamos nos esconder atrás de nomes fantasia! Falar, com a estrela no peito, que somos uma organização de petistas aproximará os jovens! Vemos isso nas campanhas eleitorais, mas é necessário um processo permanente e militante!

Portanto, certa autonomia da juventude tem base naquilo que o PT sempre defendeu. Uma frente de massas na juventude fará com que o PT tenha uma atuação de partido no movimento social e não uma atuação de frente política como temos hoje.

Uma organização de massas dos petistas no movimento juvenil deve ter autonomia de posições, pois são construídas pelos petistas no movimento, o que é importante inclusive para ter opinião sobre temas que o partido tenha dificuldade de se definir. Além dos temas próprios, a juventude deve influenciar nas decisões gerais do partido e ter opinião sobre elas. Assim estaremos construindo a via de mão dupla, na qual o movimento influencia no partido e o partido no movimento, sendo um instrumento importante de fiscalização partidária, tema latente após a crise de 2005.

O PT enquanto partido de massas deve organizar sua atuação partidária com certa autonomia dos militantes nos movimentos,

criando assim mecanismos vivos de relação com movimento. No caso da juventude isso se reforça pelo seu perfil.

Essa juventude de massas deve dizer claramente que é onde os petistas se organizam e deve afirmar que sua referência partidária é o PT. Não precisamos de máscaras para convocar nossa militância e sim colocar nossa estrela no peito. Dando este passo o PT estará finalmente reconhecendo no jovem um sujeito político, protagonista das lutas sociais no país e que não precisa ser tutelado.

Terminamos dizendo que devemos ter uma perspectiva de curto, médio e longo prazo para a juventude, como deve ser uma política de partido. Além disso, é preciso superar a mera a lógica instrumental eleitoral para 2008. É certo que não conseguiremos esgotar todo esse debate em um congresso, mas certamente estamos dando o primeiro passo para construir uma Juventude Petista do jeito que nosso partido merece.

Rafael Pops

é Secretário Nacional de Juventude do PT

Rodrigo Cesar

é membro do Coletivo Nacional de Juventude do PT

Bruno Elias

é 1º Vice-presidente da UNE

(17/01/2008)

Tô vendo uma esperança! Mobilização, desafios e a nossa história

Comprovadamente, a tarefa de organizar a juventude passou a ser assumida pelo PT. A mobilização e o envolvimento do conjunto do partido em torno do I Congresso da Juventude Petista são provas inequívocas disso. Em nenhum outro momento da nossa história o tema juventude teve a mesma relevância que atualmente.

Foram cerca de 1.500 municípios que se organizaram para realizar suas etapas congressuais, resultando em uma mobilização na base que ultrapassa a marca de 20.000 jovens petistas entre filiados aptos, não aptos e não filiados. Afirmamos, portanto, que a vocação do PT de ser um partido de massas é uma marca de nascença também de sua organização juvenil.

Porém, apesar de nosso partido realmente voltar esforços à organização da juventude – ninguém pode negar –, cabe questionar como o tema tem sido tratado e qual é o entendimento que paira sobre esta questão.

Para muitos, trata-se de estabelecer uma mera extensão do partido entre os jovens, sob a ótica simplória de ampliar as fileiras do partido e, por extensão, sua força eleitoral – o PT como legenda eleitoral e não como partido militante. Uma visão que, mais do que limitar os horizontes para se pensar a organização de jovens petistas, apresenta uma gravidade ainda maior: reforça a concepção de partido que vigorou nos últimos anos, que confunde força social com força eleitoral e disputa de hegemonia com disputa de aparelhos.

Outros compreendem a importância da juventude como segmento responsável pela construção partidária – não apenas instrumentalmente como correia de transmissão. No entanto, para muitos destes, os jovens podem ser sujeitos políticos em apenas duas ocasiões: de um lado, exclusivamente entre os jovens – não havendo a possibilidade de intervenção em outros espaços de maior hierarquia e poder – e de outro, para o conjunto do partido apenas futuramente, uma vez que, enquanto permanecerem jovens, estão inevitavelmente vinculados a adjetivos (irresponsáveis, desorganizados, descompromissados, atrasados, etc.) que supostamente o impediriam de cumprir com o papel político que os espaços de decisão demandariam.

Por outro lado, há aqueles que afirmam os jovens como sujeitos políticos do partido capazes de contribuir para as tomadas de decisão, os compreende como responsáveis por romper com a opressão geracional e buscam novas formas de relação política que não reproduzem as relações de hierarquia e poder da sociedade capitalista.

Mas não basta que tenhamos conceitos e ideias que deem um novo significado para o papel da juventude, se o PT não estiver atento para os principais motivos que nos levam a investir na sua organização.

O primeiro deles é que a juventude quer participar das decisões do país, tem interesse em constituir grupos de jovens, conhece os principais problemas do Brasil (e aponta propostas para solucioná-los) e é otimista em relação ao futuro e à sua capacidade de mudar o mundo.

Em direção contrária ao que é vaticinado pelos setores conservadores, a atual geração de jovens, apesar de ter sido formada nos tempos de neoliberalismo e de hegemonia sem precedentes do capitalismo (e todas as suas contradições), não é alienada ou

desmobilizada. Simplesmente criou formas diferentes de se organizar, lutar por seus direitos, construir singularidades e identidades próprias.

Cabe, portanto, ao PT dialogar com estes jovens e convencê-los da importância da organização partidária e da disputa de poder e hegemonia na sociedade, combatendo ao mesmo tempo o chamado “juventudismo” corporativista e o voluntarismo.

O segundo deles é fruto da intensa disputa política e ideológica sob a qual os jovens estão submetidos. A sociedade burguesa utiliza uma série de artifícios (escola, família, Estado, mídia, publicidade, produtos da indústria cultural, etc.) visando conquistar os jovens para a sustentação de seus valores de competitividade, individualismo, conformismo, consumismo, entre outros. Os jovens estão em disputa e nós fazemos parte deste processo, que envolve um pesado arsenal político e ideológico. O PT deve se constituir como um dos polos deste embate. Devemos ser não só uma força política na sociedade brasileira, mas principalmente uma força social e cultural que esteja presente nos mais variados espaços de relação social.

O terceiro motivo que nos leva a organizar a juventude petista é o potencial de mobilização e transformação que pode ser forjado entre os jovens.

De um lado, porque a desestruturação do Estado e das forças produtivas nos anos neoliberais, afetaram mais diretamente a juventude, colocando-a sob as contradições do sistema capitalista com mais profundidade.

De outro, porque o contingente populacional da juventude representa, atualmente, cerca de 50 milhões de indivíduos no país, o que demonstra que é urgente a construção de uma organização específica do partido, capaz de dialogar com este setor, repleto de particularidades que somente seus iguais (jovens) vivenciam.

O quarto e último motivo – como não poderíamos deixar de mencionar – é a transição geracional.

Um primeiro desafio é trabalhar para que esta geração de jovens tenha condições de superar o atual período histórico de defensiva política e ideológica que a esquerda socialista enfrenta.

Nos encontramos em um ambiente de profunda dispersão da classe trabalhadora e de suas organizações que deverá ser transformado aproveitando a disposição da juventude de construir formas próprias e diversificadas de associação.

Um segundo desafio é forjar quadros militantes que consigam dar continuidade e aprimorar o projeto político que o PT leva a cabo. Isto se confirma como tarefa urgente, principalmente quando verificamos o envelhecimento partidário e um profundo abismo entre a geração que atualmente dirige o partido – majoritariamente seus fundadores – e a que hoje se empenha em organizar a Juventude Petista.

Porém, para que tenhamos sucesso, cabe realizar não só uma transição de figuras, mas também de políticas, deixando para trás o partido eleitoral de massas baseado na estratégia de centro-esquerda e forjando novamente um PT militante de massas orientado pela estratégia democrático-popular e pelo socialismo.

Foram estas as motivações que levaram a Secretaria Nacional da JPT a apresentar a resolução “O PT e a juventude” no 3º Congresso do PT, convocando o I ConJPT. Portanto, além de dar cabo a todas estas aspirações levantadas e estimuladas ao longo da última gestão da SNJPT, o I Congresso da Juventude Petista deve apontar as tarefas que temos para o próximo período na organização da JPT.

Para dar início à construção do programa que a JPT apresentará a sociedade e aos jovens brasileiros, um princípio básico: não podemos conceber as Políticas Públicas de Juventude desarticuladas das necessárias reformas estruturais do Estado.

Afinal, se a situação atual da juventude não é resultado apenas da carência de políticas públicas, elas não serão suficientes para alterar o quadro. A luta tática pelas PPJ é constituinte da estratégia e do programa democrático-popular formulados pelo PT na década de 1980 e que, apesar das profundas transformações pelas quais a sociedade brasileira e o mundo passaram, ainda são atuais.

Para garantir que a JPT tenha condições de dialogar com os jovens brasileiros, organizar suas campanhas e definir suas pautas, é fundamental que o I ConJPT aponte para a construção de uma organização autônoma da juventude do PT, que tenha no partido a fonte política, programática e ideológica de atuação. Porém, devemos manter a capacidade de apresentar posições próprias a respeito de temas que o PT venha a se omitir ou que não esteja de acordo com a opinião do segmento juvenil do partido, o que também ajuda a reforçar sua democracia interna.

Para superar o atual estágio de organização da juventude do PT, marcado pela dispersão e pela falta de espaços partidários de debate, decisão e ação, a principal demanda é pela construção da JPT a nível municipal e local, formando centenas de núcleos que tenham a formação política, a integração e a ação direta como elementos fundamentais de trabalho.

O objetivo é construir pela base uma rede dinâmica e articulada que consiga efetivamente dar um caráter nacionalizado para a JPT, aonde todas as instâncias funcionem sob uma diretriz comum sem perder suas peculiaridades.

Por fim, para efetivar o modelo de organização que pretendemos construir, fortalecer nossos laços com os movimentos e organizações juvenis e apresentar as diretrizes do programa da JPT o I Congresso não pode hesitar em convocar para o segundo semestre de 2008 uma Grande Caravana Nacional da JPT.

Nos anos noventa Lula fez uma grande caravana pelo país, conhecendo a realidade da população brasileira e enraizando ain-

da mais o PT. O mesmo deve ser feito pela JPT neste momento. Todos nossos esforços após o congresso devem ser girados para a realização desta caravana, que, se viabilizada com sucesso, será um marco ainda maior que o congresso da JPT.

A atual geração da juventude petista poderá ser lembrada pela realização do I Congresso da JPT. Porém, isso é pouco perto das consequências e desdobramentos que poderão ser desencadeados a partir deste momento. “A juventude escreve a sua história”, portanto, ninguém melhor do que nós mesmos para definir o significado histórico deste I ConJPT.

Rodrigo Cesar

é membro do Coletivo Nacional da JPT

(09/05/2008)

Qual grau de autonomia a juventude deve ter?

Questionar o grau de autonomia que a juventude deve ter traz uma importante constatação: já existe o entendimento de que devemos organizar uma juventude partidária autônoma, ficando como pendência para definir o que compreende esta autonomia.

Porém, não existem diferentes graus ou autonomia pela metade: tem ou não tem.

Entendemos por autonomia a possibilidade da juventude apresentar suas próprias posições a respeito de temas que o PT não abordar ou que a juventude tem posição diferente. Se as correntes internas do partido podem ter posições próprias e defende-las nas instâncias partidárias, um segmento organizado do partido também deve ter garantida esta possibilidade. Isso só vem a corroborar com a tradição democrática do PT.

A autonomia política e organizativa da JPT tem também a dimensão de fortalecer os espaços partidários para debates e formulações, evitando que o PT se assemelhe a uma frente de tendências e garanta seu caráter de partido como instrumento político.

Ademais, por considerar que a juventude é uma fase da vida dotada de necessidades específicas uma organização orientada por jovens precisa de dinâmicas e formas de diálogo próprias. Isto permitirá uma aproximação muito mais efetiva da JPT com a juventude brasileira e destes jovens com o PT.

Somente com autonomia a JPT será capaz de se constituir como representação legítima do PT entre os jovens e os movimentos sociais. Caso contrário, esta relação permanecerá sendo feita por tendências e mandatos petistas e não pelo partido.

Por fim, não confundimos autonomia com independência: a fonte política, programática e ideológica de atuação é o PT. Quanto mais criarmos a identidade petista entre os jovens tanto melhor. Não vamos nos esconder atrás de nomes fantasia! Não precisamos de máscaras para convocar nossa militância! Falar, com a estrela no peito, que somos uma organização de petistas aproximará os jovens!

Rodrigo Cesar

é membro do Coletivo Nacional da JPT

(14/05/2008)

O Congresso da Juventude do PT e o movimento estudantil universitário

O I Congresso da juventude do PT será um espaço privilegiado de debate e reflexão sobre a intervenção dos jovens petistas nos movimentos sociais, dentre os quais o movimento estudantil universitário (ME). Com o mesmo afincio que queremos uma juventude petista enraizada na classe trabalhadora, organizada para além do ME, reconhecemos que na organização da luta dos estudantes o PT deu grande contribuição a este que é um dos mais organizados movimentos juvenis do país.

Mesmo não articulando uma presença organizada do partido nessa frente de atuação, é muito rica a presença dos petistas na construção do ME brasileiro. Muitos de nossos militantes, que mais tarde fundariam o PT, participaram das intensas lutas contra a ditadura militar, da reconstrução da UNE e, anos depois, das mobilizações pelas Diretas Já. A partir da década de 1990, resistindo à política dos governos neoliberais, participaríamos ativamente das mobilizações do Fora Collor e do enfrentamento a política educacional de FHC/Paulo Renato, atuando em importantes momentos como os Congressos Nacionais de Educação, o Boicote ao Provão, a Campanha contra a Mercantilização da Educação e as greves das universidades federais.

Ao longo dos anos, construímos uma importante intervenção nas entidades estudantis, notadamente na União Nacional dos Estudantes. Nesta última, devemos reivindicar a contribuição histó-

rica dos petistas para a democratização da entidade, como a implantação da proporcionalidade na composição de sua diretoria, a construção do Mude (Movimento UNE Democrática), a luta pela realização periódica dos fóruns da UNE como o CONEB e o impulso dado a iniciativas como os Encontros de Mulheres, Negros/as e Cotistas e a criação da Diretoria GLBT.

É preciso resgatar essa trajetória, em especial no atual momento que defendemos que uma das tarefas prioritárias do I Congresso da juventude do PT é justamente dar um salto de qualidade na sua relação com os movimentos sociais. Uma JPT militante e de massas deve construir um ambiente de diálogo interno capaz de impulsionar a criação de núcleos do PT nas universidades, a retomada dos encontros de estudantes petistas, forjando na base o alicerce de uma intervenção comum dos petistas nas entidades e lutas estudantis.

Outra importante tarefa dos jovens petistas diz respeito a retomada das lutas e debates em torno do projeto histórico de universidade do movimento estudantil. Uma luta que se insere no programa democrático e popular do PT por reformas estruturais, que combatam não só o neoliberalismo, mas também o capitalismo e apontem de forma nítida que o nosso horizonte estratégico é a construção da sociedade socialista.

É nos marcos dessas reformas que a luta por uma Universidade Democrática e Popular deve sistematizar as principais formulações e reivindicações do ME para a universidade brasileira, incidindo no debate educacional a partir de nossas bandeiras e envolvendo outras frentes de atuação partidária como a Comissão de Assuntos Educacionais do PT (CAED), que ora se rearticula, e os demais militantes petistas do movimento de educação.

Por esses e outros debates, este I Congresso da Juventude do PT é uma boa oportunidade para o conjunto dos militantes estu-

dantis do PT debaterem em um Fórum ou Plenária Nacional dos Estudantes Petistas, durante o Congresso, os atuais desafios do movimento estudantil e uma plataforma educacional articulada com o programa que queremos apresentar para a juventude brasileira.

Bruno Elias

é 1º Vice Presidente da UNE e signatário
da tese “Tô vendo uma esperança!”

(15/05/2008)

A esperança se fortalece

A realização do I Congresso da Juventude do PT confirmou na prática o que era dito em teoria: a juventude petista quer se organizar – e luta por este direito.

Para alguns, pode parecer estranho que dentro do PT se lute por direitos. Para outros, este assunto é bem compreendido e está na pauta há muitos anos. Nos referimos, neste último caso, aos negros, negras, indígenas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres, gays, lésbicas, travestis e transexuais. São enormes os desafios que estes setores enfrentam cotidianamente para que dentro e fora do partido sejam abolidos o preconceito e a discriminação. Os jovens encontram-se em situação semelhante.

Ao longo do processo congressual da juventude dizíamos que “A depender da visão de juventude adotada, haverá diferentes abordagens sobre os jovens e, portanto, serão formuladas diferentes políticas públicas e concepções de organização juvenil”.

Afirmávamos igualmente que “se o PT não compreender as relações as quais a juventude (...) está submetida teremos sérios problemas: vamos nos impor um limite político-organizativo e ferir nossa prática libertária e emancipatória histórica na superação da opressão entre seres humanos”.

Nos referimos às relações de poder e hierarquia que pesam internamente em um partido político, assim como na sociedade, configurando-se uma opressão geracional. O 1º Congresso da JPT

foi capaz de dar um passo importante para que o PT compreenda estas relações.

Primeiramente, porque suas resoluções apontam nitidamente qual a orientação que o conjunto do partido deve seguir, se quiser organizar sua juventude de acordo com a premissa de superar a opressão geracional que vigora atualmente.

Sua aprovação por aclamação em plenário não apenas demonstrou a maturidade política da JPT, significou a consolidação de uma formulação que pode ser utilizada como um instrumento para que a juventude não seja mais vista a partir de estereótipos e passe a ser encarada como sujeito político do partido com capacidade de intervenção e, portanto, um setor fundamental para as transformações sociais.

Em segundo lugar, o Congresso trouxe grandes avanços porque aprovou a autonomia política e organizativa da JPT. Objetivamente, o que muda de agora em diante é a forma como a juventude se relaciona com o conjunto do partido. A resolução, longe de significar um afastamento entre o PT e sua juventude – pelo contrário –, aponta que a juventude poderá ter posição própria a respeito de suas pautas e ter opinião diferente daquelas aprovadas pelas instâncias partidárias. Isto significa uma nova relação de diálogo interno.

No 1º ConJPT compreendeu-se que a juventude é uma fase da vida com necessidades e demandas específicas e que, por isso, uma organização orientada por jovens precisa de dinâmicas e formas de diálogo próprias se quiser uma aproximação mais efetiva do PT com a juventude brasileira e destes jovens com o PT.

Em suma, a aprovação da autonomia política e organizativa da JPT significou ter de direito o que já acontecia de fato. O Congresso já havia aprovado posições diferentes do PT: deliberou pela demissão de Henrique Meireles do Banco Central e de Hélio Costa do Ministério das Comunicações, por exemplo.

No entanto, para que a JPT pudesse fortalecer suas ações, era necessário que o Congresso aprovasse a vinculação de 3% do fundo partidário ao orçamento da JPT. Com uma votação apertada, a proposta foi rejeitada. Ainda dependente das finanças partidárias, a JPT permanecerá passando por dificuldades de potencializar sua ação.

O desafio que se coloca atualmente, portanto, é criar as condições para que o partido financie dirigentes com a tarefa exclusiva construir a JPT, a confecção de materiais de campanha, a rotação de um jornal para a militância, a realização de atividades de formação política, entre muitas outras tarefas essenciais.

Porém, está dado que a JPT possui autonomia financeira, pois o processo militante de arrecadação permanece como pilar fundamental para o financiamento de nossas ações. Cabe a toda militância da JPT angariar recursos a partir de diferentes métodos: venda de materiais, contribuição militante, pedágios, rifas, etc.

A estrutura organizativa aprovada pelo Congresso da JPT será capaz de trazer um grande salto de qualidade na atuação da juventude petista.

Destacamos a centralidade que possuirão os núcleos na organização que construiremos a partir de agora. Serão organizados por local de atuação e por área de militância e terão como função combater a dispersão na JPT, criar espaços de debate, construção partidária e mobilização, aproximar os jovens não filiados ao PT, fortalecer os vínculos do PT com os movimentos sociais e contribuir para a construção da JPT de massas pela base. Os núcleos serão elemento fundamental para o sucesso de uma organização militante, aonde o filiado deixa de ser convocado esporadicamente apenas para eleger suas direções e seus candidatos e passa a participar da vida interna do partido cotidianamente.

Outro destaque que trazemos é a criação de espaços específicos de atuação dos jovens militantes dos diversos movimentos

sociais. O modelo das direções aprovado para os três níveis (nacional, estadual e municipal) trará condições para um funcionamento mais efetivo e regular. Consolidou-se uma estrutura colegiada de gestão aonde cada membro assumirá uma tarefa específica, ampliou-se o tamanho das direções e serão organizadas pela conformação de uma executiva para dinamizar os trabalhos.

Foi aprovada a paridade de gênero e étnico-racial na composição das direções. Um importante avanço para intensificar a luta de mulheres e negros, aliando as ações afirmativas com políticas de fortalecimento destes setores na JPT.

No entanto, apesar das inovações, manteve-se o posto de Secretário/a Nacional da JPT. Certamente, o momento ideal de experimentar direções com uma Coordenação Geral composta por três membros seria esta primeira gestão, quando serão aplicados os novos elementos do modelo de organização aprovado. No entanto, ao mesmo tempo em que a existência do posto de Secretário/a como figura pública não significa automaticamente que a organização política estará refém da centralização e do personalismo, deveremos atuar no sentido de evitar que estas características se incorporem na JPT.

As próximas gestões devem estar extremamente atentas ao funcionamento da estrutura aprovada e coerentes com a concepção de juventude e de organização política que orientou sua construção. Para garantir seu sucesso serão necessárias constantes avaliações acerca de sua dinâmica de funcionamento e sua democracia interna no sentido de aprimorá-las.

As resoluções sobre “JPT: concepção e funcionamento” estão, em geral, de acordo com as formulações que a Articulação de Esquerda apresentou através da tese “Tô vendo uma esperança!”.

Já as resoluções sobre “O Brasil que queremos para a juventude”, apesar de expressar a síntese das teses inscritas, distanciou-se em certa medida do programa que defendíamos. Não obstante apre-

sentar as diretrizes do programa que o PT defende para a juventude brasileira, bem como a aprovação de emendas fundamentais, como o “Fora Meireles” e “Fora Hélio Costa”, o texto-base aprovado por consenso não exprime a necessária articulação das Políticas Públicas de Juventude com medidas estruturantes que compõem o programa e a estratégia democrático-popular formulados pelo PT. Na resolução não se evidencia o socialismo como objetivo estratégico e a superação da sociedade capitalista como premissa.

O próximo período na JPT deve ser de intensa discussão sobre o programa pelo qual nos mobilizaremos. Nossa capacidade de dialogar com os anseios da juventude brasileira dependerá sobremaneira das pautas que apresentaremos e este diálogo somente se transformará em simpatia pelo PT e petismo organizado caso tenhamos um instrumento forte e uma direção à altura dos desafios colocados para a próxima gestão: ganhar as eleições 2008, disputar a Política Nacional de Juventude, organizar a JPT e mobilizar a juventude brasileira em torno do aprofundamento das transformações em curso.

A direção nacional eleita no I Congresso da JPT representa uma correlação de forças que se mantém pouco oscilante desde 2001. Porém, diferente do Encontro Nacional de Juventude de 2005, o campo que se constituiu maioria em 2008 para eleger a Secretária Nacional da JPT, Severine Macedo, é também o campo que exerce maioria na direção nacional do partido, a Construindo um Novo Brasil (CNB).

Por outro lado, a chapa que se consagrou vitoriosa por dois votos de diferença, denominada “Socialista” é composta pelos principais setores que apoiaram a candidatura de Rafael Pops para Secretário Nacional no segundo turno do Encontro de 2005. Podemos extrair destes fatos duas constatações.

A primeira é de que o setor capaz de aumentar sua inserção na juventude foi a CNB. A segunda é de que as forças aglutinadas na

chapa “Socialista” mantêm sua capacidade de unidade na juventude e impuseram uma derrota política à CNB.

Sem dúvida alguma, a Articulação de Esquerda, apesar da derrota eleitoral representada pela ausência de sua candidatura no segundo turno, sai deste Congresso da JPT com uma grande vitória política. Além da enorme responsabilidade que tivemos pela construção de um Congresso que certamente cumpriu com as tarefas a que se propôs – inserir a juventude como pauta constante do partido, contribuir para a visão dos jovens como sujeitos políticos e organizar a JPT – demonstramos a capacidade dirigente e de formulação que temos na juventude.

Nossa proposta de organizar Caravana Nacional da JPT, aprovada para ser realizada no segundo semestre de 2008, representa um grande avanço para que a JPT tenha um enorme salto de qualidade em sua organização interna e na sua expressividade externa para o conjunto da sociedade.

Sem dúvida alguma, acima de tudo, é a Juventude Petista quem sai vitoriosa deste ConJPT. Demonstrou ao conjunto do PT do que é capaz, desafiou e venceu os mais diversos obstáculos, conquistou sua autonomia e fez história no PT e na esquerda brasileira.

Este foi o primeiro passo para a construção da maior juventude partidária do Brasil. E significou muito mais do que isso: o I Congresso da JPT deixou claro que podemos e devemos conduzir uma transição geracional e política no PT.

Ele foi o início de uma jornada que deverá consolidar uma consistente transição de gerações capaz de contribuir na superação dos problemas políticos e organizativos vividos pelo partido atualmente e levar adiante a luta pelo socialismo por longos anos.

É na Juventude Petista que vemos a esperança de construir um Brasil socialista – e ela se fortalece.

Rodrigo Cesar

é membro da Direção Nacional da JPT

(01/06/2008)

Tirando o atraso

Em se tratando de continuidade do projeto partidário, o PT tem apresentado enormes debilidades.

Uma das dimensões da organização do setor juvenil de uma organização política é justamente a de garantir uma transição de gerações capaz de levar adiante seu projeto. Somente a partir da organização e realização do I Congresso da Juventude do PT, o conjunto do partido passou a debater com seriedade a organização de sua juventude, ainda que timidamente.

Não é por acaso que o tema nunca prevaleceu na pauta de discussão do PT, seja para organizar suas fileiras de jovens, seja para apresentar à juventude brasileira um programa que atendes-se às suas necessidades específicas.

A razão central para que esta lacuna nunca fosse preenchida reside na falta de reconhecimento – ainda que pudesse existir certa percepção – da juventude como segmento específico, uma parcela populacional realmente existente, como algo concreto. Sendo assim, o PT, ainda que de modo não deliberado, assumia uma interpretação de que era inexistente uma condição juvenil universal que abrangesse todo um contingente – dentro e fora do partido. Prevalecia, portanto, a noção de que “juventude é apenas uma palavra”, não reconhecendo que mesmo submetidos a uma única condição juvenil existe recorte de classe entre os jovens.

Este problema conceitual foi determinante para estabelecer o atual patamar organizativo dos jovens petistas. Sua origem tem

profundos pontos de contato com a noção equivocada de juventude como um período de moratória social. Nela, a juventude seria o momento da vida, situado entre a infância e a fase adulta, caracterizado pela suspensão das características que classificariam uma criança ao mesmo tempo em que não lhe atribui o conjunto de responsabilidades que classificaria um adulto.

No entanto, é a própria existência de um recorte de classes que nos possibilita refutar a noção de juventude como um período de suspensão, uma vez que não é possível para as classes de trabalhadores assalariados e pequenos proprietários (rurais ou urbanos) custearem este período da vida que se estabeleceu como convencional para determinar o significado de “viver a juventude”.

Por negar as especificidades dos jovens e adotar a noção de juventude como uma fase de suspensão – permanente preparação para o futuro – no PT nunca foi possível tratar do tema da forma como era necessário. A juventude permaneceu não reconhecida e dispersa na estrutura organizativa do partido e nos movimentos sociais em que o PT exerce influência ao longo de toda sua trajetória de 28 anos.

Somente a partir dos impactos do neoliberalismo sobre a juventude, manifestados, sobretudo, sob os aspectos objetivos da produção e reprodução social destes jovens, o tema passou a ser encarado com maior seriedade pela sociedade brasileira. As consequências destes impactos são visíveis tanto nas condições de vida da maior parcela desta juventude, caracterizadas por uma forte exclusão social, assim como no surgimento de um número expressivo de movimentos juvenis e de expressões jovens nos movimentos sociais já organizados. Até mesmo a pauta destes movimentos e organizações – e não somente sua organização interna – sofreu um recorte próprio para atender às demandas da juventude.

É dentro deste escopo de configuração social que o PT foi enquadrado. Sendo mais enfático, o PT não iniciou a discussão sobre o

tema juventude a partir de iniciativa própria, foi levado a fazê-lo por necessidade. Como consequência disso, encontra-se extremamente atrasado no que se refere à construção de pautas específicas para os jovens e na organização interna deste segmento.

A última gestão da Secretaria Nacional da JPT e a realização do I ConJPT serviu como um acelerador: nos possibilitou tirar um pouco deste atraso e abastecer nosso tanque para a longa jornada que nos espera.

Rodrigo Cesar

é membro da Direção Nacional da JPT

(01/06/2008)

Que venham os novos desafios!

A I Caravana Nacional da JPT “A juventude pelo Brasil” - realizada entre os dias 16 de agosto e 21 de setembro, percorrendo mais de 60 cidades - deu continuidade à política iniciada há três anos na SNJPT e vitoriosa no I Congresso da JPT.

O primeiro resultado imediato desta orientação foi a realização do I ConJPT. O segundo foi a I Caravana Nacional da JPT.

Devido a esta política, em nenhum outro momento da história do PT o tema juventude foi tão pautado. Hoje, o Partido está convencido de que investir na juventude é estratégico para o projeto petista e já observamos um imenso salto de qualidade na organização e na formulação da juventude no PT.

Atualmente, a organização partidária passa a se orientar para a) enfrentar a transição geracional que vive, b) travar a disputa ideológica entre os jovens, c) organizar as juventudes brasileiras e d) transformar a realidade deste segmento populacional.

De acordo com a proposta que apresentamos ao I Congresso da JPT, a Caravana da JPT deveria “viabilizar o debate do programa pra juventude, massificar e capilarizar as campanhas da JPT e ampliar nossa organização da base”, assim como “aproveitar o cenário das eleições municipais para fazer debates e incluir na pauta de nossos candidatos o tema juventude”.

Considerando-se os objetivos que traçávamos, as metas atribuídas pela Direção Nacional da JPT e a Caravana que foi reali-

zada, podemos dizer que os objetivos imediatos foram cumpridos: a) contribuimos para que o PT saia vitorioso das eleições 2008; b) inserimos o tema juventude nas campanhas; c) comprometemos o PT e as candidaturas petistas com as políticas de juventude; e d) contribuimos para a organização da JPT.

Entretanto, a DNJPT e a militância nos estados e municípios enfrentaram dificuldades organizativas, devido, principalmente, ao período eleitoral, em que as atenções voltavam-se prioritariamente às candidaturas. O ritmo de viagem foi intenso e o tempo de permanência em cada cidade, curto, o que prejudicou o pleno cumprimento dos objetivos propostos em cada município. Ademais, houve limites por ser uma primeira experiência.

Hoje, estão colocados três grandes desafios para o conjunto do partido: a) organizar na JPT, depois das eleições, as juventudes que estão envolvidas nas campanhas, b) consolidar a política aprovada pelo I ConJPT e c) continuar a formulação da concepção de organização e do programa da JPT.

Para isso, de início, o básico: as resoluções do I ConJPT devem ser assimiladas por toda a militância. Viabilizar isto é a tarefa central da JPT no próximo período.

Rodrigo Cesar

é coordenador de relações internacionais da JPT

(22/09/2008)

Tempos de juventude

Um dos resultados do ciclo desenvolvimentista no Brasil – a chamada modernização conservadora – foi um intenso êxodo rural com conseqüente inchaço da população urbana, processo necessário para alimentar a crescente indústria com força de trabalho assalariada em abundância. Resultado: aumento da classe operária e das lutas sociais na segunda metade da década de 70.

Ao longo dos anos 1980 o Brasil experimenta dois fenômenos paralelos e não combinados: a) a continuidade do ascenso das lutas sociais e políticas dos trabalhadores, resultando no aumento da sua organização – vide a criação do PT, da CUT e do MST; e b) um intenso aumento na taxa de natalidade, gerando uma bolha demográfica que criou, nos dias atuais, a maior população jovem absoluta e relativa na história do país – hoje, os indivíduos entre 15 e 29 anos somam mais de 50 milhões, quase 30% da população.

No Brasil, o neoliberalismo – gerado em resposta a uma crise internacional iniciada no final da década de 70 – se tornaria hegemônico somente nos anos 90, iniciando sua implantação no governo Collor. O período atual é marcado pela conjunção de alguns fatores combinados.

Nos grandes centros urbanos gerados pela intensa industrialização dos períodos anteriores, a falta de políticas públicas e estruturais gerou o agravamento de uma série de problemas urbanos, principalmente de segurança pública, moradia e saneamento básico. Cresce a segregação territorial, aumentam as periferias e a desigualdade.

Uma imensa massa de jovens surge e não tem suas demandas essenciais atendidas, uma vez que não houve uma preparação adequada do Estado – enxugado pelo neoliberalismo – para receber parcela tão grande de cidadãos que passam a exigir novos direitos, como emprego e renda.

Os índices de desemprego e precarização do trabalho são crescentes, afetando principalmente a juventude que está ingressando na vida produtiva. Uma imensa massa de jovens não consegue sequer vender sua força de trabalho. Aumentam o exército de mão de obra reserva e a informalidade e pioram as condições de vida da maioria deste segmento, concentrado nas grandes periferias e convivendo com mais intensidade os problemas urbanos, em especial a violência.

Com o descenso das lutas sociais, o afastamento das direções de suas bases e um recuo programático e estratégico na maioria da esquerda partidária e social brasileira os dois fatores surgidos na década de 80 não conseguiram se combinar: no momento em que as classes trabalhadoras recebem um novo contingente de jovens devido à bolha demográfica, há uma queda na capacidade da esquerda de manter vínculos orgânicos com sua base social e de investir em organização partidária. Boa parte da juventude tem interesse em participar de ações coletivas para a melhoria das condições de vida de seu bairro e sua cidade, mas os partidos de esquerda, na maioria dos casos, não estão presentes.

Paralelamente, a reestruturação neoliberal das forças produtivas contribuiu para desagregar ainda mais as relações de classe entre os trabalhadores – jovens em sua maioria. Neste período, o Brasil e a América Latina não tiveram um intenso crescimento econômico e industrial – como é o caso da China e da Índia, por exemplo. Enquanto a classe trabalhadora assalariada destes países cresceu, por aqui aumentou o número de trabalhadores na informalidade e desempregados, agravando a desagregação.

A esquerda partidária e social não se preparou para dialogar com a maioria dos jovens, não consegue compreender as atuais condições objetivas e subjetivas que orientam a condição e a situação juvenis contemporâneas e suas diversas realidades. A relação que o PT manteve com os jovens durante o período de ascensão das lutas sociais e políticas nos anos 80 se deu em um ambiente muito distinto do atual.

O Partido não pode considerar possível organizar estes jovens se não estiver dotado de uma Juventude Petista forte e enraizada. Cabe ao PT investir maciçamente na JPT para que esta se aproxime, conheça e acompanhe as organizações que mobilizam as diversas juventudes – principalmente os sindicatos – e consiga estar presente nas inúmeras novas formas de luta que têm surgido entre os jovens. Soma-se a este desafio, a qualificação do PT e de sua militância jovem na formulação e implementação de políticas de juventude específicas e universais para gerar oportunidades de desenvolvimento integral que gerem, inclusive, melhores condições de organização e participação política.

Diante de um novo período de grande instabilidade política, econômica e social, de incertezas quanto aos seus desdobramentos nacionais e de dúvida sobre o que virá depois de 2010, é bom para o PT usar de sua experiência acumulada: investir na organização da juventude significa reunir forças para ajudar a encarar o presente e se preparar para o futuro – para o pior ou para o melhor. Neste segundo caso, a tarefa é dobrar a aposta na mobilização pelo aprofundamento das transformações. Com a vitória, contrariando os pessimistas de plantão, os desafios não serão menores.

Rodrigo Cesar

é coordenador de relações internacionais da JPT

(12/11/2008)

Organização, formação e mobilização: prioridades da JPT

Quanto ao tema juventude, o PT passa por um momento histórico. Trata-se de saber se aproveitará uma janela que se abriu para mobilizar jovens em torno de seu projeto e travar uma intensa disputa ideológica com este setor da população.

É preciso aproveitar o momento positivo que a JPT vive. O ano de 2008 tem sido marcado pela mobilização de massas da juventude petista, vide o I ConJPT, as eleições 2008 e a I Caravana Nacional da JPT. “Aproveitar a janela aberta” é fortalecer a organização de jovens do PT para que estes sejam protagonistas e referência das lutas das juventudes brasileiras.

Para transformar esta mobilização em força partidária, social e ideológica, é necessário nos prepararmos para o próximo período combinando três ações principais: organização, formação política e mobilização.

Quanto à organização, trata-se garantir o funcionamento das direções da JPT e criar demais espaços periódicos para a participação ativa e democrática da juventude. Um dos principais problemas organizativos do PT é ter muitos filiados, mas um número reduzido de militantes que atuam diariamente. Devemos centrar esforços em organizar as direções municipais da JPT, os núcleos de base, que podem ser organizados por área de atuação (mulheres, negritude, cultura, etc.) ou local de militância (escola, bairro, fábrica, etc.), envolvendo cada vez mais os/as filiados/as nas ações cotidianas.

Quanto à formação política, trata-se de proporcionar ao máximo de jovens petistas o conteúdo necessário para compreender a realidade e intervir nela de modo consciente e planejado, a partir do programa e da estratégia partidária. Ao longo de sua trajetória o PT deixou de priorizar a formação, perdendo a perspectiva de alteração de modelo de sociedade capitalista para socialista, e passou a centrar suas ações no que é apenas imediato (as eleições). As secretarias municipais e núcleos devem dar prioridade à formação, multiplicando e irradiando as atividades para que sejam acessíveis. Nelas devemos utilizar como programas básicos para formação os conteúdos das resoluções do III Congresso do PT e do I ConJPT.

Quanto à mobilização, trata-se de, a partir de um íntimo contato com as bases, diagnosticar as demandas das juventudes e planejar as principais pautas, bandeiras de luta, campanhas e calendários de mobilização local e regional que deverão ser tratadas como prioridade da JPT em nível municipal e estadual, bem como, coordenar estas agendas com as campanhas e mobilizações nacionais. A JPT precisa organizar a intervenção no movimento de estudantes secundárias e universitários, da juventude rural, da juventude que luta pela reforma urbana e dos demais movimentos sociais.

Rodrigo Cesar

é coordenador de relações internacionais da JPT

(20/11/2008)

Ano novo, tarefas nem tanto

A executiva nacional da JPT reuniu-se nos dias 17 e 18 de novembro, em São Paulo, para tratar do plano de trabalho e da agenda da juventude para o próximo período.

Avaliou-se que o ano de 2008 foi de intensa mobilização entre os jovens petistas, tendo como principais expressões o I Congresso, a I Caravana e as eleições 2008. Para manter a inércia positiva, envolver os milhares de jovens que participaram da agenda de 2008 na organização partidária e transformar o saldo positivo em força política e social, a executiva apresentou uma série de ações para 2009.

Foram aprovadas a construção de uma Campanha Nacional de Organização e a realização do I Encontro Nacional de Formação, em fevereiro, responsável por elaborar as primeiras diretrizes da política de formação da JPT e impulsionar uma grande jornada em todas as regiões. Estados e municípios devem estar especialmente atentos a estes dois temas, realizando as iniciativas locais para que ambas as ações sejam efetivadas.

Como as eleições municipais de 2008 possibilitaram à JPT uma maior presença institucional, aumentam as responsabilidades na orientação e acompanhamento da formulação e implementação de PPIs. Deverá ser buscado o máximo de aproximação com os jovens gestores, parlamentares e prefeitados/os petistas na aplicação das políticas de juventude. Recomenda-se que, assim como

será feito pela direção nacional da JPT, sejam elaborados materiais de subsídio e orientação neste tema, para tratar das realidades e demandas locais.

Para consolidar a nova forma de organização da JPT aprovada pelo I Congresso, serão necessários dois movimentos combinados no próximo período: a) travar um debate de fundo com as direções partidárias nos estados e municípios – semelhante ao que a direção nacional da JPT pretende fazer na próxima reunião do Diretório Nacional do PT – visando envolvê-las diretamente na construção da JPT para dar o suporte político e material necessário; e b) massificar o debate das resoluções do I ConJPT com o conjunto da militância jovem do PT, para que os debates travados em 2008 sejam amplamente assimilados.

O I ConJPT não determinou a forma de eleição na JPT e a executiva não estabeleceu um prazo para o término do mandato das atuais direções. Portanto, a conclusão deste e dos demais debates que não foram esgotados no congresso precisa ser feita em nova etapa com ampla mobilização e discussão, evitando que as arestas ainda não preenchidas sejam decididas apenas nos espaços de direção. O sucesso na construção da JPT dependerá do envolvimento coletivo de todo o partido.

Rodrigo Cesar

é coordenador de relações internacionais da JPT

(24/11/2008)

Uma avenida aberta

Muitas vezes nos lançamos em tarefas e compromissos antes mesmo de pensar o que nos motiva ou aonde queremos chegar. Precisamos transformar o engajamento mecânico, o espontaneísmo e o voluntarismo em militância. Ou seja, para organizar a juventude devemos estar conscientes de nossos objetivos e nossos métodos de trabalho, precisamos refletir sobre (a) os motivos que nos levam a organizar os jovens; (b) quem vamos organizar; (c) quem são os jovens brasileiros; (d) quais são as principais questões que os atingem; (e) as formas de organização que têm adotado; e (f) a diversidade de identidade, desejos, vontades e necessidades específicas.

Apresento neste artigo algumas considerações sobre a primeira questão: os motivos principais para organizar a juventude.

1. Transição geracional

O I Congresso da JPT foi explícito: “investir maciçamente na juventude, além de ter enorme impacto político e social, possui também um significado organizativo: combater o envelhecimento partidário e garantir a renovação de gerações, essencial para a sobrevivência do PT e de seu projeto político. Planejar estes momentos e conduzi-los a partir dos objetivos estratégicos nos trará a tranquilidade e a certeza de que o projeto partidário não se esgotará junto com uma geração. Para acabar com séculos de ex-

ploração serão necessários outros tantos de luta pela superação da opressão entre seres humanos e só uma consistente transição entre gerações poderá levar adiante a construção do socialismo. Porém, a JPT não deve ser compreendida como um mero celeiro de quadros ou instrumento de renovação”.

Esta é, dentre muitas outras, uma importante função de uma organização partidária juvenil. As constantes transições geracionais são acompanhadas, com maior ou menor intensidade, por transições políticas, onde o contexto e o período históricos e as experiências vividas e adquiridas incidirão sobre os rumos do projeto político que se pretende construir. Isso ocorreu com a geração que fundou o PT e está acontecendo atualmente com a geração que dará continuidade ao projeto petista.

Vivemos um ambiente de profunda dispersão da classe trabalhadora e de suas organizações. A atual geração de jovens deve contribuir para superar o atual período histórico de defensiva estratégica que a esquerda socialista enfrenta internacionalmente.

2. Disputa ideológica

A condição juvenil está mediada por processos de incorporação à vida adulta e à aquisição da experiência. É uma fase da vida marcada centralmente por processos de definição e inserção social. Uma das dimensões deste momento é a da participação dos jovens em novas relações políticas, no sentido mais amplo da palavra: toda atividade que as pessoas praticam com o objetivo de influenciar os acontecimentos, o pensamento e, sobretudo, as decisões da sociedade em que vivemos. É neste período que o indivíduo, em maior ou menor grau, passa a compreender que quem participa da vida de uma comunidade, de uma cidade, Estado ou país, torna-se sujeito de suas ações sendo capaz de fazer críticas, escolher, defender seus direitos e cumprir melhor seus deveres.

Nesta fase consolidam-se as principais opiniões sobre a vida em sociedade e as convicções político-ideológicas. Por ser um período da vida em que são feitas as grandes definições e decisões, é marcado também por incertezas e dúvidas. É, portanto, um momento privilegiado para conquistar corações e mentes.

Para a JPT “a juventude brasileira está submetida a uma intensa disputa política e ideológica. A sociedade capitalista utiliza uma série de artifícios e um pesado arsenal (escola, família, Estado, mídia, publicidade, produtos da indústria cultural, etc.) visando conquistar os jovens para a sustentação de seus valores de competitividade, individualismo, conformismo, consumismo, entre outros. Cabe, portanto, ao PT dialogar com estes jovens, disputá-los para nosso projeto, convencê-los da importância da organização partidária e somar forças na juventude para construir hegemonia na sociedade”.

3. Potencial de mobilização e organização

A juventude quer participar das decisões do país, tem interesse em constituir grupos de jovens e participar de ações coletivas para a melhoria das condições de vida de seu bairro e sua cidade, conhece os principais problemas do Brasil (e aponta propostas para solucioná-los) e é otimista em relação ao futuro e à sua capacidade de mudar o mundo. Existem quatro fatores que colocam a juventude como setor com grande potencial político a ser trabalhado.

a) *Criatividade*: tendo em vista que a juventude é geralmente marcada por um maior fluxo de experiências é justamente nela que reside maior potencial criativo, que não podemos confundir com potencial transformador, uma vez que defender a manutenção ou a inversão da ordem independe de fase da vida ou de experiência adquirida. Segundo o I ConJPT “diferente do que é vati-

cinado pelos setores conservadores, a atual geração de jovens, apesar de ter sido formada nos tempos de neoliberalismo e de hegemonia sem precedentes do capitalismo (e todas as suas contradições), não é alienada ou desmobilizada. Simplesmente criou formas diferentes de se organizar, lutar por seus direitos, construir singularidades e identidades próprias”.

b) Organização: verifica-se uma relativa disposição de jovens para se organizar e ter participação política ativa. 13 milhões de jovens brasileiros participam ou já participaram de alguma forma associativa como movimentos sociais, ONGs, sindicatos, partidos políticos, grupos culturais ou religiosos. (UNESCO/Ibope, 2004). 28,1% dos jovens participam de algum grupo, seja religioso (42,5%), esportivo (32,5%) ou cultural (26,9%). Somam 64% os jovens que depositam confiança nos movimentos populares (Instituto Cidadania, 2003). A grande maioria acha que “é preciso que as pessoas se juntem para defender seus interesses” (89,5%) e que “é preciso abrir canais de diálogo entre cidadão e governo”. (87%) (Ibase/Pólis, 2005). Ademais, a intensa diversidade da juventude brasileira provoca demandas, reivindicações e direitos específicos. Aliado à criatividade organizativa, este fator pode contribuir para aumentar o potencial de mobilização e organização do segmento, o que dependerá da capacidade de interlocução e coordenação entre os diversos grupos, movimentos e bandeiras levantadas, buscando unidade em uma identidade e estratégia comuns.

c) Fatores objetivos: essa parcela da população é a mais atingida pelo processo de exclusão social. A ausência histórica do Estado em atender suas demandas contribuiu sobremaneira para a precariedade da situação juvenil de milhões. As estatísticas demonstram: as condições de renda, trabalho e emprego, de educação e escolaridade, de segurança e violência e de saúde da maioria das juventudes brasileiras são precárias. Por um lado, a partir da insa-

tisfação com determinada realidade concreta e da vontade de que haja mudanças as pessoas se colocam em movimento com mais facilidade. No entanto, por outro, a exclusão social atrapalha o engajamento dos jovens e diminui a capacidade de interação e reunião para tentar resolver seus problemas – a juventude que quer mudar o mundo também precisa ser ajudada, portanto, obtendo as bases materiais mínimas de sobrevivência os jovens terão melhores condições de lutar por seus direitos.

d) *Fatores subjetivos*: para se organizar e se colocar em movimento a juventude precisa estar convicta do que é preciso mudar e de seus objetivos. Como existe uma grande disputa ideológica na sociedade e a juventude é alvo preferido, a luta no campo das ideias é muito importante para definir sua capacidade de mobilização. Dos três valores mais importantes para uma sociedade ideal os jovens apontam a solidariedade (55%), o respeito às diferenças (50%) e a igualdade de oportunidades (46%). A esmagadora maioria (84%) dos jovens considera-se capaz de mudar o mundo e 52% acreditam que o socialismo ainda é uma alternativa para resolver os problemas sociais. São 59% os que consideram a participação da população nas decisões importantes do governo a melhor forma de resolver os problemas do Brasil. (Instituto Cidadania, 2003)

4. Contingente populacional

O PT é um partido de massas. Somos mais de 1 milhão de filiados, sendo que destes, quase 300 mil tem até 29 anos. Somando-se a isso os militantes de movimentos sociais que tem referência no PT e a base social que somos capazes de mobilizar e exercer influência temos uma enorme massa de jovens com a qual devemos dialogar mais. Acreditamos que somente com mobilização

popular massiva reuniremos força política suficiente para transformar as relações de poder hoje vigentes e construir uma nova sociedade onde não haja opressão de classe, de gênero, de raça e etnia, de orientação sexual e de condição física. Portanto, também por seu tamanho, a juventude se apresenta como setor estratégico para organizar e mobilizar. Hoje o contingente populacional jovem atinge recorde na história do país: somos 50,5 milhões entre 15 e 29 anos, ou seja, um quarto da população. Para ter condições de influenciar esta enorme massa será necessário uma igualmente imensa capacidade de dialogar com nossos filiados e militantes promovendo formação política, mobilização e organização.

5. Autonomia e responsabilidades

A condição juvenil se caracteriza, entre outros fatores, pela busca de autonomia (financeira, afetiva, comportamental, ideológica, etc.) e emancipação em relação aos seus provedores ou mantenedores: em geral, a família. É um período de tensão entre a dependência e poucas responsabilidades da infância e a autonomia e novas responsabilidades da vida adulta (maternidade/paternidade, trabalho, renda etc.). Portanto, coexistem entre os jovens ambas as características e seus consequentes conflitos, decorrentes do processo de conquista de autonomia e assunção de responsabilidades. Este fenômeno permite ocorrer a confluência das condições de autonomia e tempo livre – nos casos e que as novas tarefas ainda não foram assumidas – para se dedicar a militância e ao engajamento político.

6. Opressão geracional

Os jovens presentes no I ConJPT afirmaram que é preciso ob-

servar a juventude principalmente “a partir do contexto histórico, das relações sociais e de poder da sociedade capitalista em que está imersa. A relação entre gerações ou entre jovens e adultos também se constrói por relações de hierarquia, que muitas vezes se configura como uma opressão geracional”.

A família tradicional burguesa como célula da sociedade moderna, ao apontar o homem como líder (ou dono) do coletivo familiar, detentor da propriedade privada e, portanto, do poder econômico, coloca os filhos, assim como a mulher, em posição alijada do poder político decisório da organização material da vida familiar. A palavra final (ou a única) é do patriarca. Sendo assim, como os jovens não são compreendidos como aptos ou predestinados a participar das questões relevantes no ambiente privado, o mesmo se estabelece no ambiente público extrafamiliar. Como consequência, criam-se estereótipos que classificam a juventude a partir de seu comportamento, que, não por acaso, passa a ser socialmente construído exatamente por esta posição em que a juventude é obrigada a ocupar.

Portanto, identificamos uma opressão que precisa ser combatida para possibilitar o pleno desenvolvimento e inserção social dos jovens a partir da quebra dos padrões restritivos de hierarquia e poder entre as gerações.

Rodrigo Cesar

é coordenador de relações internacionais da JPT

(03/05/2009)

A juventude do PT e as eleições de 2010

Entre os dias 5 e 7 de fevereiro, o Encontro Nacional da Juventude do PT discutirá sua intervenção no IV Congresso do partido, a campanha e o programa de juventude da candidatura Dilma Rousseff à presidência da República, em 2010.

Nos debates, a compreensão de que as eleições do ano que vem podem ser um marco na história do Brasil e da América Latina. Construir as condições políticas para um terceiro mandato ainda mais transformador manteria aberta a disputa por um projeto de desenvolvimento democrático e popular e inviabilizaria o retrocesso da volta dos tucanos.

A construção de um ambiente plebiscitário e politizador na campanha em 2010 deve ser mais do que um embate de realizações administrativas entre o governo Lula e os governos neoliberais. Essa dimensão é especialmente importante quando tratamos da mobilização da juventude, que se estende desde aqueles cuja participação política é desestimulada com especial interesse pela ideologia neoliberal até os que, pela idade, não vivenciaram com tanta nitidez o contraste entre os governos tucanos e os avanços conquistados durante o governo do PT.

A questão da juventude deve ser encarada como estratégica na campanha e no debate sobre o programa para as eleições de 2010. O estudo da situação dos jovens brasileiros, o balanço necessário da política nacional de juventude e a mobilização por novas

conquistas devem se incorporar a um programa de mudanças e reformas estruturais – política, agrária, urbana, tributária, democratização dos meios de comunicação, educação, entre outras – que esteja articulado como a estratégia socialista do partido.

Um projeto de desenvolvimento democrático e popular que altere a matriz social e econômica em favor das maiorias deve levar em conta a situação da juventude, um contingente que hoje expressa um quarto da população brasileira (50,5 milhões, IBGE) e é o mais afetado pela gravidade das desigualdades sociais. Trata-se de criar as condições para formar uma geração capaz de disputar e dar continuidade aos avanços políticos, sociais e econômicos que o país necessita.

As diferentes percepções sobre a juventude que estão em disputa na sociedade revelam com frequência as opressões específicas dessa geração e a concepção da política de juventude dos setores conservadores. Quando não vistos como consumidores de mercadorias e hábitos, os jovens são associados a comportamentos de risco, à necessidade de tutela e à percepção “juventude problema”, que é a base de propostas como a redução da maioridade penal e o toque de recolher nas cidades.

A partir de outra orientação, a criação de uma política nacional e uma institucionalidade específica para a juventude no âmbito do governo federal representou um avanço importante do governo Lula. O Estado deve reconhecer ante a diversidade dos jovens a singularidade destes como sujeito de direitos específicos.

Para que um próximo mandato do campo democrático e popular seja superior devemos lutar pela ampliação da escala de atendimento das políticas públicas específicas para a juventude, sua integração com medidas estruturantes, políticas universais e a institucionalização de novos direitos desta geração.

Uma ideia-força a ser considerada no programa de juventude da candidata Dilma Rousseff em 2010 é a de que a juventude seja

vivida em sua plenitude de buscas, experimentações e aprendizados. Para tanto, é preciso garantir a esta população uma inserção na vida social e produtiva diferenciada, postergando a entrada dos jovens no mercado de trabalho a partir de políticas articuladas de transferência de renda, elevação continuada e qualitativa da escolaridade, tempo livre e mobilização em serviços sociais.

Outro desafio é a consolidação de uma institucionalidade democrática de juventude. Os canais de participação, formulação e controle social, como as conferências e conselhos de juventude, devem ser fortalecidos e empoderados e os avanços de metodologia e democracia participativa de espaços como a I Conferência Nacional de Juventude, ampliados e enriquecidos.

Além disso, a aprovação de marcos legais como o projeto de emenda que inclui o termo juventude na Constituição Federal, o Plano Nacional e o Estatuto da Juventude, devem compor um Sistema Nacional de Juventude que integre a participação popular à capacidade de gestão, avaliação e divisão de responsabilidades entre os órgãos específicos de juventude no âmbito da União, estados e municípios.

A contribuição da juventude do PT à campanha e ao programa das eleições de 2010, a ser debatido no Encontro Nacional da JPT e aprovado no IV Congresso do partido, deve ter a cara da juventude socialista, militante e de massas que queremos construir.

Esta mobilização deve fortalecer a presença dos militantes e dirigentes da JPT nas campanhas majoritárias e proporcionais de todo o país, com destaque às candidaturas jovens do partido. Deve ainda integrar movimentos juvenis e juventudes partidárias num conjunto de ações como uma politizada campanha de Voto aos 16 anos e na criação em comitês nos bairros, escolas e locais de trabalho de um forte Movimento Popular Dilma Presidente na juventude.

Bruno Elias

é Coordenador de Relações Internacionais da Juventude do PT

(06/01/2010)

Desenvolvimento e juventude em 2010

O ambiente político em que ocorrerão as eleições de 2010 é marcado, de modo aparentemente paradoxal, pela crescente tensão entre a classe trabalhadora e altos estratos da burguesia e pelo fato de que o ciclo de desenvolvimento pelo qual passa a sociedade brasileira tem, até o presente momento, contemplado amplos segmentos de distintas classes.

Latifundiários, que ainda não viram diminuir a concentração fundiária, e pequenos agricultores familiares, que vêem o aumento na concessão de créditos e investimentos na pequena produção agrícola. Grandes empresários industriais, que tem suas taxas de lucro recuperadas pela rápida reação da economia nacional diante da crise capitalista, e os trabalhadores da indústria, do comércio e do setor de serviços que viram a criação de postos de trabalho em nova ascensão. Banqueiros e financistas, que continuam lucrando com os maiores juros do planeta e a especulação desregrada, e os micro e pequenos empresários, que recebem incentivos e novas linhas de crédito por conta do crescimento sustentado da economia. Sobretudo, as parcelas mais excluídas da população, que tem sido beneficiadas pelos programas de distribuição de renda e pelo aumento real salário mínimo, sempre acima da inflação.

Entretanto, é um ambiente que não tem condições de se sustentar por muito tempo. Em se tratando do desenvolvimento das forças produtivas sob a lógica capitalista, nem mesmo o Estado de

bem estar social é capaz de suportar, no longo prazo, as contradições de classe que o sistema tende a acirrar. A própria experiência europeia do pós-guerra só perdurou por existir um bloco socialista capaz de conter o avanço do capitalismo. Com o bloco em declínio e sua posterior derrocada, uma nova onda conservadora emergiu, derrotando a social democracia no velho continente.

No Brasil, o nacional-desenvolvimentismo monopolista impulsionado durante o mesmo período ficou conhecido como a modernização conservadora. Provocou um intenso êxodo rural com consequente inchaço da população urbana, processo que alimentou a crescente indústria com força de trabalho assalariada em abundância.

No último período deste ciclo, sobretudo na década de 1980, um intenso aumento na taxa de natalidade gerou uma bolha demográfica que criou, nos dias atuais, a maior população jovem absoluta e relativa na história do país – hoje, os indivíduos entre 15 e 29 anos somam mais de 50 milhões, quase 30% da população.

O período neoliberal que sucedeu à crise deste desenvolvimentismo concentrador de riqueza provocou, por sua vez, a desresponsabilização do Estado com políticas públicas e estruturais, relegando-as à iniciativa privada sob a (des)regulação do mercado. Resultado: agravamento de uma série de problemas urbanos, principalmente de segurança pública, moradia e saneamento básico, bem como dos conflitos agrários. Cresceu a segregação territorial, aumentaram as periferias e a desigualdade ao mesmo tempo em que uma imensa massa de jovens surge sem a possibilidade de ter suas demandas essenciais atendidas.

Tem sido principalmente as ações conduzidas pelo governo federal para combinar o desenvolvimento produtivo com distribuição de renda e garantia de direitos o que vem abrindo a oportunidade de superar este quadro, seja da população em geral, seja da juventude especificamente.

Em uma perspectiva de médio e longo prazo, fazer com que o atual ciclo de desenvolvimento signifique superar séculos de atraso e dependência, toda uma história de opressão e injustiça, depende, sobretudo, de garantir, hoje, ao povo brasileiro os instrumentos para ser sujeito ativo e protagonista das lutas por seus direitos.

Este é o sentido da afirmação de que a arquitetura de nossa sociedade no futuro dependerá da situação da juventude hoje. Garantido um desenvolvimento integral da juventude no presente, aumentam as chances de construir um futuro com soberania, democracia e igualdade. Por isso, e por ser sujeito político fundamental hoje, a juventude é estratégica no projeto de sociedade que queremos construir.

Os jovens devem participar deste processo não apenas como beneficiários das mudanças decorrentes, mas como agentes ativos. Acesso ao ensino fundamental, médio, técnico e universitário de alta qualidade para todos; ampliação dos investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia com concessão de bolsas em larga escala; incremento às oportunidades de acesso à produção artística e cultural. Medidas que impulsionem o desenvolvimento material, intelectual, cultural e técnico da juventude, podendo ser revertido no desenvolvimento econômico, social, político, cultural e ambiental da sociedade brasileira por longos anos.

Por um lado, a juventude é um setor que tem sofrido os maiores impactos da exclusão, do desemprego, da precariedade e da violência, e, portanto, fortemente impactada objetivamente por uma realidade insatisfatória. Por outro lado, porém, os vínculos comunitários, essenciais como ponto de apoio para qualquer luta dos trabalhadores, bem como a ação sindical, foram profundamente afetados pelas mudanças ocorridas no processo produtivo e pelas políticas e ideologias neoliberais – justamente no período em que a juventude entra em cena massivamente. Assim, a es-

querda partidária e social, com poucas e valiosas exceções, encontrava-se pouco preparada para incorporar e organizar o contingente de jovens em sua base social.

No entanto, do mesmo modo que o impacto do neoliberalismo nas estruturas produtivas induziu à dispersão da classe trabalhadora, a retomada da industrialização, com o aumento da oferta de postos formais de trabalho, abre a possibilidade de recomposição dos vínculos sociais e comunitários. Consequentemente, comparadas com o período em que predominava a dispersão e a estagnação econômica, tornam-se mais favoráveis as condições para que os trabalhadores constituam-se como classe. Como a juventude é parte integrante e ampla parcela dos trabalhadores assalariados, pode ser também sujeito ativo e estratégico na recomposição da classe trabalhadora e na construção de suas lutas, de modo semelhante ao que ocorreu no final dos anos 1970.

A possibilidade de fazer com que a riqueza que está sendo gerada pelo atual desenvolvimento das forças produtivas seja apropriada por quem a gera, ou seja, pelos trabalhadores assalariados – rurais e urbanos, formais e informais –, depende da possibilidade de combater as consequências do fortalecimento e da modernização do capitalismo brasileiro. Em outras palavras, trata-se de fazer com que o atual ambiente que combina a ampla satisfação com o desempenho do governo federal e o crescimento das tensões entre as classes em disputa tenha um desenlace favorável às massas trabalhadoras e excluídas.

O próprio modo como se promove o ciclo de desenvolvimento, em certa medida, interfere na correlação de forças que definirá o desfecho dos conflitos. Sendo impulsionado paralelamente ao combate aos monopólios privados e à concentração de riqueza, ao fortalecimento da democracia política, social e econômica e à produção de conhecimento e tecnologia que favoreçam a soberania e

a sustentabilidade ambiental, a correlação de forças penderá favoravelmente aos trabalhadores.

No sentido de contribuir para que a atual escalada na polarização da disputa de rumos do país seja acompanhada por um novo ciclo de mobilizações de massas, elemento fundamental para um desfecho positivo do impasse eminente, é preciso contemplar a juventude com políticas universais e setoriais no programa com o qual disputaremos as eleições de 2010. Isto significa ressaltar e defender as conquistas obtidas – inclusive o arranjo institucional para a implementação das políticas de juventude – mas principalmente apontar com ousadia, criatividade e postura ofensiva um conjunto de políticas que impactem estruturalmente na vida da maioria dos jovens brasileiros.

As medidas enérgicas demandadas para pôr fim ao genocídio da juventude negra, ao desemprego e à precarização do trabalho, ao acesso restrito à terra, à educação de qualidade, à cultura, ao lazer, à participação política, precisam ser acompanhadas por um envolvimento massivo de movimentos juvenis e das juventudes partidárias. A capacidade de dialogar com os jovens dependerá, inclusive, da participação massiva do conjunto da juventude brasileira na elaboração deste programa, por meio de uma grande jornada de debates. Este é um eixo central a ser incorporado pela JPT e articulado com as demais juventudes partidárias e movimentos sociais nos trabalhos deste primeiro semestre de 2010.

Rodrigo Cesar

é militante do PT de Guarulhos/SP e da JPT

(19/01/2010)

A juventude militante por nossas mãos

Muito em breve, no dia 10 de fevereiro de 2010, o Partido dos Trabalhadores completará 30 anos. Depois de eleger o primeiro trabalhador presidente da República, elegerá este ano a primeira mulher presidenta do Brasil. Ao longo desta trajetória uma certeza permanente, expressa em seu Manifesto de Fundação: de que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, será obra de seu próprio esforço coletivo.

Por 30 anos, remamos contra a maré, o que exige constante alerta. Qualquer descuido permite à correnteza retroceder em pouco tempo o caminho percorrido a duras remadas. Por isso se impõe sobre nós a necessidade de avaliar nossas ações constantemente e fazer os balanços, autocríticas e correções que se julgarem necessárias, sobretudo para um partido que valoriza a democracia e a pluralidade ideológica internamente.

Eis a importância de reviver debates e visitar formulações esquecidas ou supostamente superadas. A história não deve se voltar para o passado, mas para o futuro. Podemos tirar bons ensinamentos da própria trajetória da juventude petista, com vistas à construção de perspectivas melhores.

Uma das afirmações mais contundentes feita pela JPT em seu primeiro Congresso (2008) foi de que a organização e o diálogo com a juventude nunca foi uma prioridade do Partido dos Trabalhadores. Aliás, uma avaliação compartilhada pela geração de 1991,

que no I Encontro Nacional de Juventude do PT (ENJPT) dizia não haver prioridade no acompanhamento político e permanecia como desafio fazer as direções partidárias assumir como prioridade a questão da juventude. Para eles, até então, o PT não havia feito uma reflexão séria sobre isso, e menos ainda sobre a juventude brasileira como um todo

Tanto o I Encontro quanto o I Congresso da juventude afirmam que a juventude sempre havia sido identificada como estudantil. A primeira distinção feita nas resoluções do partido é de 1989, no 6º encontro, quando as lutas da juventude eram mencionadas em separado da luta estudantil. No mesmo ano, em agosto, realiza-se o Seminário Nacional da Juventude do PT, preparado para organizar a campanha de juventude Lula Presidente, com um programa que contemplasse as diferentes realidades dos jovens.

Vemos, portanto, que mesmo com o protagonismo do movimento estudantil na organização da juventude petista, os jovens não se limitavam aos debates estudantis. Ainda que fosse apenas no 10º Encontro Nacional, em 1995, que as resoluções partidárias passavam a reconhecer a existência de várias juventudes, na prática o partido debatia as diferentes situações juvenis há mais tempo.

O movimento estudantil, desde a fundação do PT até os dias atuais, sempre foi a frente mais organizada dos jovens petistas. Não é por acaso que o primeiro fórum nacional convocado e organizado pelo PT que reunia prioritariamente jovens, o I Encontro Nacional dos Estudantes do PT (ENEPT), ocorre em 1985, dois anos antes da criação da Secretaria Nacional de Juventude e seis anos antes do I ENJPT. No caso dos secundaristas, sua primeira reunião se deu em 26 e 27 abril de 1988, a 1ª Conversa Nacional de Estudantes Secundaristas do PT. Em novembro de 1991, já haviam ocorrido quatro ENEPT (universitários), dois ENESPT (secundaristas). Obviamente, não podemos nos esque-

cer da vitória dos petistas no 38º e 39º Congressos da UNE, realizados em 1987 e 1988.

O que mais chama a atenção, porém, não é a semelhança entre as gerações do I Encontro e do I Congresso da JPT quanto à origem estudantil das principais lideranças ou do setor estudantil como o mais organizado da juventude petista. Isso se explica, em parte, pelo próprio destaque do movimento estudantil em relação aos demais movimentos juvenis mesmo entre 1991 e 2008.

O que salta aos olhos, na verdade, é que as resoluções do I e do II Encontros da JPT(1994), assemelham-se com o acúmulo atual da JPT nas questões de juventude. O I Encontro apresenta uma síntese programática e organizativa, semelhante ao I Congresso. O II Encontro centrou fogo na organização e no programa da Campanha Lula Presidente na Juventude, do mesmo modo que o próximo Encontro Nacional da JPT, dias 05 a 07 de fevereiro, em Brasília, dará atenção especial à organização e ao programa da campanha de juventude Dilma Presidente.

Analisando as resoluções de encontros e congressos do PT, percebe-se que a presença da juventude nos textos coincide com períodos de maior organização e formulação dos jovens petistas. A resolução do I Congresso do PT, que avança significativamente em questões que ainda hoje permanecem na pauta da JPT tem por base o acúmulo do I Encontro de Juventude, realizado algumas semanas antes.

Em 1991, as resoluções apontavam para ir às ruas, mostrar a cara em atividades de massa. Falava-se em campanhas de massa como movimento dos jovens petistas e no envolvimento dos jovens petistas e simpatizantes junto à sociedade. Essas e outras questões influenciaram a construção da resolução de concepção e funcionamento da JPT no I Congresso, dezessete anos depois.

Semelhanças entre o passado e o presente não são mera coincidência. Mas afinal, se muitas questões que debatemos hoje a

juventude do PT já apresentava respostas há quase vinte anos, o que aconteceu (ou não aconteceu) durante todo esse tempo para que se avançasse tão pouco?

Uma passagem da resolução do I Encontro da JPT tinha como objetivo mostrar à nossa militância de juventude que a mudança desta situação no Partido era possível desde que se dispusessem a assumir com as próprias mãos, de modo coletivo e organizado, a construção do trabalho de juventude. Ou seja, a mesma ideia que consta no Manifesto de Fundação do PT.

Diferente de algumas tradições da esquerda mundial, a JPT não será organizada por iniciativa das direções partidárias, mas por seu movimento próprio, autônomo, como foi a própria construção de um partido de trabalhadores em 1980. Em 1991, os jovens petistas já estavam ciente disso: Nossa postura no interior do partido não pode ser de acomodação ou observação.

A história da Juventude do PT na década de 1990 é de descenso de sua capacidade de organização e mobilização, sobretudo entre 1995 e 2001. Por alguns anos, a Secretaria Nacional de Juventude ficou desarticulada.

O salto histórico realizado pelo I ConjPT é de duas naturezas: de um lado, proporcionou uma mobilização de massas no interior do partido, contribuindo para a articulação dos jovens inclusive nos municípios; de outro, aprofundou o debate organizativo, sobre a concepção e o funcionamento de uma juventude não apenas de massas, mas sobretudo militante. Dois pontos que, combinados, tem potencial para consolidar um novo ciclo duradouro na JPT.

O PT ao longo de sua história teve apoio e participação ativa da maioria da juventude e dos movimentos sociais. Esta relação espontânea fez com que o PT avançasse pouco em sua estrutura partidária de massas, com exceção do vínculo que estabeleceu com a CUT. Passado o ciclo de grandes mobilizações e com o descenso

das lutas sociais, o resultado foi o distanciamento da militância nos movimentos em relação ao PT. Na juventude, isso foi sentido com muita intensidade, justamente porque não havia sido construído um instrumento capaz de manter os vínculos sociais e políticos com os jovens brasileiros e conter o avanço do neoliberalismo na juventude.

Em 1991, o I ENJPT afirmava que a juventude petista tinha a tarefa de levar as questões específicas do movimento para o PT e as questões do PT para o movimento. Uma orientação que parte da própria experiência da juventude do PT em sua atuação no movimento estudantil, sobretudo na segunda metade dos anos 1980, quando era dado o início da construção dos ENEPTs. Vale dizer que foi o combate à fragmentação do partido no movimento estudantil por meio de muitos e exaustivos debates internos o que possibilitou uma presença partidária do PT na UNE naquele período, sobretudo entre 1986 e 1989. Não por acaso, o I ConJPT reconhecia que os militantes atuavam de maneira fragmentada e, em geral, levando as disputas internas para o seio dos movimentos e orientava a JPT para construir uma intervenção unitária nos movimentos sociais e superar a dispersão dos jovens petistas nos movimentos.

Dos muitos ensinamentos que podem ser extraídos da trajetória da juventude do PT, para o presente momento um deles tem especial importância: dizer que a juventude nunca foi prioridade política do partido só tem sentido se acompanhada do reconhecimento que tampouco foi prioridade dos próprios jovens petistas, que sempre militaram nos diversos movimentos e setoriais do partido, mas em geral não assumiam a construção da JPT.

O tema do I Congresso da JPT foi A juventude faz a sua história. Sem dúvidas, uma marca já foi deixada na trajetória do PT. Mas o período pós-congressual tem a mesma importância para definir se a juventude, tomando ela mesma a organização da JPT

como prioridade política do partido, será capaz de forjar seu próprio instrumento de massas e organizar o petismo entre os jovens.

2010 é um ano propício para intensificar esta construção de 30 anos e inicia com um importante Encontro Nacional da JPT. Só uma organização militante, um programa transformador e muito otimismo na ação vai permitir à JPT sair desta disputa melhor do que entrou e acumular forças para seguir remando por muitos anos. Desta vez, contando com uma organização militante e de massas na juventude.

Façamos nós por nossas mãos, tudo o que a nós nos diz respeito!

Rodrigo Cesar

é militante do PT de Guarulhos/SP e da JPT

(22/01/2010)

A história do nosso futuro

Ao completar 30 anos, o PT se prepara para garantir não apenas uma vitória eleitoral, mas também pavimentar o caminho para um terceiro mandato presidencial superior ao segundo. Para enfrentar o desafio, a tática deve estar orientada pela estratégia.

Concorrem negativamente para este pressuposto a corriqueira definição de ações sem uma avaliação nem mesmo dos erros e acertos já cometidos anteriormente. Em geral, o predomínio das questões táticas e conjunturais, em detrimento dos aspectos estratégicos e estruturais, dificulta identificar as relações existentes entre momentos históricos distintos, fundamentais para situar lutas imediatas com objetivos de longo prazo. Consequentemente, reduz-se a capacidade de analisar os contrastes e as concordâncias entre o que se propôs anteriormente e o que se aponta para o futuro.

A construção do programa que irá nortear as ações do Governo Dilma deve considerar não apenas as realizações, avanços e transformações do Governo Lula, de um lado, e seus limites, insuficiências e equívocos, de outro. Construir uma perspectiva histórica das propostas já apresentadas à sociedade brasileira contribuirá para que avaliações e balanços críticos das experiências vividas sirvam de subsídios à elaboração de políticas capazes de proporcionar mudanças mais profundas, articuladas com a luta por uma sociedade socialista.

Assim, quando o PT, em seu IV Congresso, assume a *dimensão estratégica da juventude* na construção do que chamou de *Pro-*

jeto de Desenvolvimento Nacional Democrático Popular, torna-se ainda mais enriquecedor visitar as formulações dos programas de juventude das candidaturas Lula.

Desde 1989 o PT apresenta propostas que buscam soluções para os problemas vividos pelos jovens. Já naquele período reconhecia-se a existência de *uma etapa da vida*, considerada *um tempo difícil de transição*, sobretudo *em países como o Brasil*. Reconheciam-se, inclusive, diferenças nas realidades vividas por diferentes faixas etárias, origem territorial (urbana ou rural) e de gênero. Os aspectos étnico-raciais surgem somente em 1994. Mas aparece com força na denúncia: *Há guerra não declarada contra a juventude, marcadamente contra a juventude negra e das periferias das grandes cidades*.

Dados e pesquisas de 1989 sobre os jovens no mundo do trabalho levaram à seguinte conclusão expressa no programa: *o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora leva parcelas importantes da juventude a ingressar prematura mente no mercado de trabalho, em prejuízo de sua formação educacional*.

O programa de 1994, além de repetir o mesmo raciocínio, somou à formulação a explicação de que o trabalho precoce dos jovens decorria do *objetivo de somar seus ganhos à renda familiar e uma caracterização do trabalho informal juvenil: jornadas de trabalho longas, baixos salários e nenhum tipo de seguro*. Diagnóstico semelhante se repete em 1998. Em 2002, o desemprego torna-se destaque, quando se afirma que *metade dos desempregados do país é de jovens e que é nessa faixa etária que se encontra o maior índice de desemprego*.

Como quem pretende evidenciar uma prova de que ainda existem mudanças estruturais fundamentais a se realizar, em seu Encontro Nacional de 2010, a JPT aprovou uma resolução com avaliação similar à de 1989. Qualquer semelhança não é mera coincidência: *A grande maioria dos jovens, principalmente, os das famílias de baixa renda, não consegue conciliar os estudos com o trabalho – sen-*

do grande o número dos que não conseguem concluir o ensino médio, muitas vezes nem mesmo o ensino fundamental, exatamente por já estarem inseridos no mundo do trabalho.

Desde os primeiros programas para a juventude brasileira, o PT identificava a existência de uma condição juvenil, reconhecia a heterogeneidade e diversidade dos jovens – justificando a necessidade de políticas específicas – e considerava que a maioria da juventude era prejudicada pela necessidade de abandonar os estudos visando contribuir com a renda familiar por meio de trabalho, em geral, mal remunerado e em condições precárias.

As propostas que visavam combater esta realidade comprometedoras de falta de perspectivas sofreram mudanças ao longo do tempo. Mantiveram, entretanto, dois eixos fundamentais: por um lado, garantir aos *jovens que buscam seu primeiro emprego* (1998), *mas não encontram reais oportunidades* (2002), *a absorção dessa mão de obra no mercado de trabalho* (1994) com *uma política específica de empregos* (1989); por outro, impulsionar *políticas de incentivo ao aperfeiçoamento (estágios remunerados) e qualificação (cursos técnicos e profissionalizantes) dos jovens* (1998) aliadas à *maior formação escolar acadêmica e profissional* (2002), com a *melhoria da qualidade do ensino* e o *aumento da oferta de vagas* (1989).

O programa de 2006 resume a ópera: *A geração de trabalho e renda e a qualificação profissional são alguns dos desafios de uma política nacional de juventude. A promoção da formação profissional e incentivo à escolarização aliada à oferta de postos de trabalho é uma política pública ideal para garantir aos jovens o direito ao trabalho.*

Em meio a tantas semelhanças, há espaço para diferenças significativas que mereçam nossa atenção. Elas aparecem seja como reflexo das mudanças de estratégia, tática e programa pelas quais o partido passou, seja pela crescente inserção e formulações que o tema juventude ganha ao longo das duas últimas décadas.

Por um lado, aumentou-se a centralidade dada ao crescimento econômico como pedra de toque para superar obstáculos, o que gerou, nos programas de juventude, a ideia de que *o crescimento econômico a taxas substantivas* traria as respostas ao *número cada vez maior de jovens que não conseguem ingressar e permanecer no mercado de trabalho* (2002). Ou seja, não mais um padrão alternativo de desenvolvimento, articulado às reformas democráticas e populares, seria responsável pela melhoria das condições de vida dos jovens, e sim o crescimento e o emprego decorrente.

Ainda que contribuísse para *diminuir a taxa de desemprego entre jovens* a política de garantia do primeiro emprego, amparada na qualificação profissional e nos estímulos à *contratação de jovens pelas empresas*, constituía uma resposta conjuntural para um problema estrutural e, portanto, incapaz de dar resultados consistentes e duradouros.

Por outro lado, o arranjo institucional específico para coordenar as ações direcionadas aos jovens e os marcos legais para que a política de juventude se torne uma política de Estado ganham corpo como pauta apenas no programa de 2006. Nele, afirmava-se que até o Governo Lula, *os programas e ações eram pontuais e pouco articulados entre si* e que depois *o Estado brasileiro passou a reconhecer os jovens como sujeitos de direitos específicos e universais*, o que *tem assegurado oportunidades e direitos de cidadania aos jovens*. É possível dizer, portanto, que o PT vem contribuindo sobremaneira na inserção e formulação do tema juventude desde a década de 1980, antes de completar 10 anos, mas sua capacidade de pausar a sociedade diante das questões enfrentadas pelos jovens cresceu enormemente com a presença no governo federal.

Durante o Governo Dilma iremos articular ações que combatam o ingresso precoce e em condições precárias dos jovens no mundo do trabalho com políticas educacionais e programas de

transferência e geração de renda, formação e qualificação profissional. Para isso, será necessário considerar outros fatores que impulsionam a busca precoce por trabalho e emprego entre os jovens, para além da necessidade material familiar: a busca de autonomia, a experimentação de outras esferas da vida e a definição de identidades.

Entretanto, além de compreender a condição juvenil e traduzir a heterogeneidade dos jovens ao viverem sua juventude em políticas que combinem *o atendimento das demandas emergenciais e específicas às políticas estruturantes e universais*, é fundamental garantir, a todos os jovens brasileiros, o direito ao trabalho ao mesmo tempo em que se garante o direito à educação, o que envolve superar o desgastado e insuficiente binômio qualificação-emprego. Sem possibilitar a convivência harmoniosa entre a continuidade dos estudos e o trabalho decente e bem remunerado, não é possível falar no desenvolvimento material, intelectual, cultural, político e moral da juventude.

Nas diretrizes para o programa de governo em 2010, o PT afirma que *criar as condições para formar uma geração capaz de disputar e dar continuidade aos avanços políticos, sociais, econômicos, culturais, científicos e ambientais que o país necessita* exige impulsionar *reformas democráticas e populares que garantam a integração das novas gerações ao processo democrático e ao projeto de desenvolvimento sustentável*. Em suma, o conjunto do partido passa a entender, como foi apontado pelo ENJPT ocorrido duas semanas antes, que é preciso *se apropriar da temática juventude, não apenas no sentido da luta por direitos específicos, da reparação social ou das políticas afirmativas, mas também na perspectiva de que os grandes desafios colocados para a sociedade se desdobram na juventude, ou seja, nas novas gerações*.

O *Programa Setorial de Juventude* com o qual Lula disputou as eleições de 2006 já apontava para a necessidade de investir na

juventude visando preparar *toda uma geração para assumir responsabilidades com o presente e o futuro do Brasil*. Contudo, em 2006 não se evidenciavam dois elementos que diferenciam as diretrizes de 2010: primeiro, a centralidade que a juventude passa a assumir na construção do projeto de país, agora dotada de uma dimensão estratégica; segundo, a retomada da ideia de que será necessário um padrão alternativo de desenvolvimento, com a implementação de reformas democráticas e populares, para transformar estruturalmente a vida da juventude brasileira.

Aliados ao acúmulo teórico, político e institucional que o PT adquiriu nos últimos anos referente ao tema juventude estes dois elementos contribuem para que as questões estratégicas e estruturais orientem nossa tática, nosso programa e nossa ação.

A juventude, quando se lança em uma tarefa e busca conhecer o que foi feito para melhor prosseguir, constrói a história do seu futuro.

Rodrigo Cesar

é militante do PT de Guarulhos/SP e da JPT

(04/03/2010)

Juventude do PT e Programa de Governo

A resolução final do Encontro Nacional da Juventude do PT e a emenda de juventude incorporada às diretrizes do programa Dilma 2010, no IV Congresso, representaram um esforço importante de síntese da opinião média da JPT sobre a importância estratégica da juventude no nosso projeto partidário e na disputa de projetos de desenvolvimento para o país.

O debate programático, no interior da JPT, deve ser um forte elemento de mobilização interna e externa para nossa militância, a começar pelos Encontros Estaduais e Municipais e a consequente criação dos comitês de campanha. Cabe agora, nestes meses de pré-campanha, aprofundarmos as orientações gerais apresentadas por estes documentos em profundo diálogo com as juventudes partidárias aliadas, com os movimentos juvenis, com candidaturas majoritárias e com as candidaturas jovens do nosso partido.

O momento político

Depois de situar conjuntamente a experiência dos governos de esquerda e progressistas em curso nos países da América Latina e os desafios enfrentados em torno do modelo de desenvolvimento, das novas institucionalidades democráticas, entre outros, a resolução do ENJPT resgata sumariamente os principais avanços e medidas que fazem do governo Lula uma ponta de lança desse processo de mudanças que vivemos no continente.

O enfrentamento à herança neoliberal, a ampliação da soberania nacional, da democracia política, da integração regional e o exercício de um governo que atende às demandas históricas dos setores populares colocaram a luta política no país em outro patamar. Por esses avanços, a esquerda brasileira é desafiada a apresentar um programa que consolide tais conquistas mas, sobretudo, aprofunde mudanças estruturais.

A realização de um terceiro mandato do campo democrático e popular é parte deste desafio maior. Depois de séculos de colonialismo, desenvolvimento conservador e dependente, regressão econômica, democrática e social será preciso aprofundar as mudanças no Brasil lutando por um *”projeto de desenvolvimento que seja democrático e popular, integrado a um programa de (...) reformas estruturais e articulado com a estratégia socialista do partido”*. (Resolução do ENJPT).

Uma plataforma clara de reformas estruturais deve localizar a questão da juventude no debate mais geral do desenvolvimento e da disputa política do país. Ou nas palavras da emenda apresentada ao IV Congresso, *”criar as condições para formar uma geração capaz de disputar e dar continuidade aos avanços políticos, sociais, econômicos, culturais, científicos e ambientais que o país necessita”*.

O balanço das políticas públicas de juventude durante o governo Lula

Há o reconhecimento por parte dos documentos da juventude do PT do avanço que representa o governo Lula para as políticas públicas de juventude no Brasil. Enquanto no período neoliberal, a juventude é afetada de maneira contundente pelo agravamento das desigualdades sociais, no governo Lula as políticas sociais de cunho universal e o reconhecimento da diversidade e da

singularidade deste segmento produziram impactos importantes para os jovens brasileiros.

Esta política é traduzida na compreensão dos jovens como sujeitos de direitos e na criação de estruturas institucionais específicas para o tema juventude como a Conferência e o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude, ligada a Presidência da República.

Ademais, a JPT entende a juventude como um dos segmentos mais beneficiados pelos avanços gerais das políticas sociais do governo, a exemplo da ampliação massiva das vagas e dos investimentos na educação e, principalmente, na ampliação dos postos de trabalho (cerca de 80% foram ocupados por jovens).

Contudo, para aprofundarmos o debate e balanço de tais políticas será preciso envolver uma gama de gestores, militantes sociais e as instâncias da juventude do PT, num diagnóstico rigoroso do alcance e da escala das PPJ, sua incorporação em ações estruturais, o perfil institucional de execução, monitoramento e controle/diálogo social destas políticas.

Elementos programáticos

Desde a formulação do Programa de Juventude – Lula 2006 há o reconhecimento nos documentos da juventude do PT de que existe no Brasil a convergência de uma série de fatores que abrem a possibilidade de situarmos a questão da juventude como estratégica na disputa de rumos do país.

O reconhecimento da dimensão demográfica deste segmento, que hoje representa mais de um quarto da população brasileira, e da gravidade das mazelas sociais que atingem principalmente os jovens demonstram que no atual momento histórico o Estado brasileiro, ao implementar políticas de juventude abrangentes e

com escala, pode ajudar a romper o ciclo de reprodução da pobreza e transformar esse contingente populacional em vetor de um projeto de desenvolvimento de novo tipo, democrático e popular.

O desafio, portanto, passa a ser o de criar condições políticas, econômicas e sociais para a *“inserção social e produtiva diferenciada da atual, marcada pela entrada precoce e precarizada no mundo do trabalho, sem ter a opção de continuar os estudos e vulnerável às mazelas sociais”*. Assim, garantir o “direito de viver a juventude”, o desenvolvimento integral do jovem, deve articular políticas públicas que permitam trajetórias de vivência e experimentação – sem que isso signifique risco à sua saúde e vida – permitidas hoje apenas aos jovens das classes altas.

Essa chave de leitura aberta pelos documentos aprovados pela juventude do PT afirma que o recorte conceitual que deve organizar o programa de juventude é o da emancipação, algo distinto de outras políticas sociais e segmentos populacionais que demandam outro tipo de atenção, de caráter mais protetivo ou assistencial.

Neste sentido, é retomado com centralidade no debate programático da juventude do PT o tratamento dado a articulação da educação com o mundo do trabalho para os jovens. A força deste tema, sempre presente nos debates e pesquisas sobre juventude, decorre não apenas por se situar entre as maiores preocupações dos jovens, mas também pela identificação de que *“a emancipação dos jovens tem, entre seus elementos centrais, a educação e o trabalho”*.

Diferente de outros momentos, o debate atual incorpora elementos que vão além da tradicional demanda de inserção dos jovens no mercado de trabalho, articulada com qualificação profissional. A compreensão da situação do trabalho realmente existente do jovem no país – com entrada precoce, precarizado, mal remunerado, com longas jornadas, incompatível com a continuidade dos estudos, etc. – colocou novos elementos no debate político e programático.

Assim, a resolução do ENJPT afirma que *“devemos aproveitar o bom momento que vive o Brasil, para tratar como central, o debate sobre como e quando os jovens devem acessar o mercado de trabalho, e de que forma os jovens podem disputar o acesso ao trabalho decente, permitindo que o saldo desta discussão oriente a construção das políticas”*. Ou na Emenda do IV Congresso, propondo *“articular ações que combatam o ingresso precoce e em condições precárias dos jovens no mundo de trabalho com políticas educacionais e programas de transferência e geração de renda, formação e qualificação profissional”*.

É importante situar que estas ações devem estar inseridas nos marcos mais gerais da política de trabalho e emprego do país. Portanto, tais iniciativas são tanto mais efetivas quando se situam em economias com crescimento econômico sustentado por criação de postos de trabalho decente, descompressão do mercado de trabalho por medidas como a redução da jornada e das horas extras, e demanda crescente de postos de trabalho qualificados, exigentes de maior nível de formação escolar e profissional.

Trata-se, assim, de combinar a criação de postos de trabalho decente para a juventude com o financiamento de um programa que amplie a rede de seguridade social aos jovens, que integre políticas de transferência de renda, elevação continuada e qualitativa da escolaridade, tempo livre, formação científica e tecnológica e mobilização em serviços sociais. Uma proposta que dialogue, inclusive, com a intervenção da companheira Dilma no Encontro da JPT sobre a necessidade de um programa integrador e em escala de intervenção suficiente para alcançarmos uma melhoria substancial nas condições de vida dos jovens brasileiros.

Tal política exigirá articulados avanços na educação. As diretoras do ENJPT reconhecem os recentes e destacados avanços das políticas educacionais do governo Lula no sentido de ampliar o investimento público e ampliação massiva das vagas em todos

os níveis, medida que alcança de forma expressiva os jovens. Contudo, o passivo de desestruturação e desconstrução educacional operado pelo neoliberalismo e pelo desenvolvimentismo conservador ainda é gritante.

Como se não bastassem os índices preocupantes de analfabetismo, distorção idade-série e de acesso ao Ensino Médio, Técnico Profissional e Superior para os jovens, a questão da qualidade de ensino ainda é um flanco a ser enfrentado. O fato é que hoje parte expressiva do sistema escolar não consegue sequer atender as expectativas de desenvolvimento das habilidades cognitivas e de aprendizado dos jovens.

Há que se destacar ainda, a necessidade de estabelecermos um debate profundo sobre o perfil do Ensino Médio: sua função, universalização, políticas de permanência e assistência estudantil; articulação com os distintos campos do saber e iniciação científica, integração com o ensino técnico e profissional e uma profunda revolução nos seus métodos de ensino-aprendizagem, na gestão democrática e política pedagógica.

Tais medidas, entre outras como a capacitação dos educadores sobre a temática juventude, buscariam interromper o profundo distanciamento do jovem com o ambiente escolar que além de não ser atrativo, não dialoga com a realidade da juventude.

No plano institucional, por sua vez, há menção sobre a necessidade de constituição de um Sistema Nacional de Juventude, mas ainda com pouca elaboração a respeito do conteúdo de seus marcos legais, a integração da participação popular e o caráter de espaços como os conselhos e conferências, as formas de financiamento e execução das políticas “na ponta”, entre outros.

Na Emenda apresentada ao IV Congresso ainda seriam incorporadas pontualmente questões importantes que devem ser aprofundadas na elaboração do programa de juventude, como

as "políticas de cultura, saúde, mobilidade urbana, moradia, esporte e lazer de forma integrada e articulada na Política Nacional de Juventude, tendo como eixo o jovem e o território, contemplando as juventudes e as diversidades regionais, étnico-raciais, de gênero e culturais"

Na questão do direito do jovem ao território merecem atenção o diagnóstico e o desenvolvimento de políticas sobre mobilidade urbana, moradia juvenil e sobre equipamentos públicos ou centros de juventude. Este último, inclusive, tem se tornado uma proposta incorporada aos debates do PAC 2, em curso no governo.

A partir da criação da comissão de juventude do GT de Programa de Governo, a Juventude do PT envolverá convidados da academia, dos partidos aliados, dos movimentos sociais e demais setores que apoiam a candidatura Dilma. O plano de trabalho da comissão deverá incorporar temas que ainda merecerão detalhamento como saúde, segurança pública, cultura, drogas, meio ambiente, jovens mulheres, jovens negros/as, jovens LGBTs, entre outros, estabelecendo uma plataforma de juventude para a candidatura da companheira Dilma Rousseff.

Bruno Elias

é Coordenador de relações internacionais da JPT

(17/05/2010)

Vida segura e saudável: direito dos jovens, dever do Estado

Ainda que para a maioria das pessoas a preocupação frente à ameaça às suas vidas não seja recorrente, ela é a mais elementar. O direito a uma vida segura e saudável deve ser encarado como questão primordial de qualquer sociedade que pretenda conviver em paz, desenvolver suas potencialidades criativas e usufruir democraticamente da riqueza material e imaterial que produz.

Um país que pretende proporcionar oportunidades iguais a seus cidadãos deve, inicialmente, promover a igualdade de condições de saúde e segurança. Sendo ausentes as condições para viver com saúde e constantes as ameaças à vida, o desenvolvimento material e intelectual desaparece do horizonte dos indivíduos e compromete o presente e o futuro de uma sociedade.

Aparentemente, um dos momentos mais propícios do ciclo vital para usufruir de boa saúde é a juventude. No Brasil, contudo, sendo o índice de mortalidade e violência maior entre os jovens, o paradigma se inverte. As mortes associadas a causas externas, que envolvem diversas formas de ameaças, sobretudo homicídios e acidentes de trânsito, são a expressão mais extrema do problema, contribuindo para esta triste realidade e permitindo afirmar que está em curso um verdadeiro genocídio da juventude brasileira.

Mas ainda que a letalidade dos incidentes indique a gravidade da situação, outras modalidades de violência – como a discriminação, o abuso sexual, as lesões corporais, os assaltos, entre outros

– acometem um contingente ainda maior de jovens e também comprometem suas vidas.

Manter os jovens sob o olhar da desconfiança, da suspeita e da criminalização tem sido a principal resposta da sociedade diante deste quadro. Contudo, mesmo cientes de que os jovens estão envolvidos também como os principais agressores, ao invés de tratar da juventude como fator de risco, é preciso considerar os fatores de risco, exposição e vulnerabilidade que os jovens sofrem hoje.

Assim, não se trata, simplesmente, de evitar o envolvimento dos jovens com a criminalidade ou a participação em ações violentas. A questão principal é mudar o ambiente no qual os jovens estão inseridos, fazendo com que a criminalidade e a violência não se apresente como uma alternativa para a conquista do reconhecimento e da autonomia, tão importantes principalmente para as pessoas que estão nesta fase da vida.

Como já se disse, todos os jovens vivem a juventude, mas cada um à sua maneira. Portanto, ao mesmo tempo em que a condição juvenil é compartilhada por todos os jovens, existem diferenças significativas no modo como cada um constrói sua trajetória. No Brasil, para a maioria dos jovens, os processos de busca, aprendizado e experiências não consegue seguir o curso dos desejos, interesses e potencialidades pessoais. Diante da falta de oportunidades para planejar e desenvolver projetos de vida, é comum que o desânimo e o pessimismo tomem conta dos horizontes de parcela expressiva da juventude.

Os jovens, principais interessados hoje e amanhã na solução de suas necessidades imediatas e estratégicas, devem ter garantidas as condições de traçar horizontes e pensar na construção do futuro a partir de iniciativas no presente. É preciso, portanto, proporcionar a vivência da juventude com a possibilidade de escolha e experimentação, permitir que a curiosidade construa aprendiza-

dos e se torne instrumento fundamental para entrar em contato com as novidades diante das quais os jovens se deparam, formulam suas dúvidas e buscam suas respostas.

Porém, criar as condições para o surgimento deste processo, que contribui no desenvolvimento integral do jovem, tem sido um privilégio das famílias mais abastadas. São casos em que a juventude é vivida com menos exposição a fatores de risco e vulnerabilidade e com mais oportunidades de escolarização contínua e acesso ao trabalho decente.

Em relação aos jovens brasileiros, o principal desafio dos próximos anos é proporcionar condições seguras para que a experimentação, o acerto e o erro não signifiquem pôr em risco sua saúde e sua vida, seu presente e seu futuro. Este objetivo que só poderá ser alcançado caso o direito à vida segura e saudável for assegurado como responsabilidade do Estado e como princípio básico e elementar para que a igualdade de oportunidades possa se tornar uma realidade, não mera retórica.

Para tanto, a participação consciente, organizada e mobilizada do conjunto da população é mais que necessária: é imprescindível. Vivemos atualmente um momento oportuno para que os trabalhadores e as trabalhadoras construam suas próprias ferramentas e as condições para assumir o comando dos rumos do país. Na luta pela vida e pela paz, é por este caminho que seguiremos.

Rodrigo Cesar

é estagiário da Fundação Perseu Abramo e estudante de história da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

(25/08/2010)

Notas sobre juventude e desenvolvimento

A eleição de Dilma Rousseff para um terceiro mandato progressista na presidência do Brasil marca uma nova etapa da disputa iniciada no Governo Lula por um programa de transformações democráticas e populares para o país. Essa conjuntura inédita exige que nos debruçemos sobre questões que antes não tinham a mesma relevância no debate político, dentre as quais a questão social da juventude e suas implicações para um desenvolvimento de orientação democrática e popular.

Se o tema juventude ainda é considerado por muitos como secundário, sem relevância diante das “grandes” questões econômicas e sociais é, em parte, porque sobre o mesmo recai uma magnitude de incompreensões e superficialidades que limitam o entendimento sobre a singularidade desta categoria social.

A juventude, enquanto um período específico do ciclo de vida, é marcada pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência por uma etapa em que o indivíduo processa de maneira intensa a busca de sua plena inserção na vida social.

Esta condição, perseguida a partir do desenvolvimento de sua autonomia pessoal e independência, se dá num ambiente de acentuado conflito entre tais anseios e os limites impostos na sociedade capitalista e se manifesta a partir de múltiplas desigualdades e diversidade internas, segundo recortes de classe, gênero, etnia, renda familiar, região de moradia, etc.

O bônus demográfico

É desta leitura diferenciada sobre este momento da vida e a partir da convergência de uma série de fenômenos sociais, que a questão da juventude deve ser localizada no debate mais geral sobre as tendências e a natureza do desenvolvimento.

Dentre estes fenômenos, o conhecimento da dinâmica demográfica em curso no país assume uma dimensão estratégica. A combinação de uma progressiva redução dos índices de mortalidade com a elevada taxa de fecundidade durante os anos 1970 e 1980, propiciou uma profunda alteração na estrutura etária brasileira.

O fato é que a população jovem de 15 a 29 anos nunca foi tão grande no Brasil, aproximadamente 50 milhões ou pouco mais de 25% da população do país. Esta “onda jovem” proporcionou um fenômeno igualmente importante denominado bônus demográfico, no qual o peso da população economicamente ativa (15 a 64 anos) supera o da população dependente – crianças e idosos.

O bônus demográfico é um ativo importantíssimo no desenvolvimento das forças produtivas do país possibilitando, desde que bem aproveitado por uma ação planejada do Estado, um aumento da produção e da renda per capita, a elevação da capacidade de poupança e de investimento e uma otimização dos gastos sociais demandados pela população dependente.

Por acontecer uma única vez, em longos períodos históricos, o bônus demográfico também é conhecido nos estudos populacionais como “janela de oportunidades” para o desenvolvimento.

Os países que aproveitaram tais “janelas” tiveram êxitos na sustentação de seus ciclos de desenvolvimento. Para ficarmos apenas em alguns exemplos, são muitos os estudos que associam o “baby boom” do pós II Guerra à expansão dos “30 anos de ouro do capitalismo” nos EUA e Europa; a expansão dos Tigres Asiáticos

e do Japão, também teriam contado com condições demográficas favoráveis nos idos de 1960 e 1970; e na China, a “política do filho único”, dirigida a partir do processo de Reforma e Abertura iniciada em 1978 acabou por gerar um bônus demográfico que participa até hoje do dinamismo econômico que transformou o país asiático na “fábrica do mundo”.

O Estado brasileiro deve considerar tais questões, inclusive, no âmbito das políticas de integração continental, uma vez que com a exceção dos caribenhos, os países da América Latina conformam semelhantes dinâmicas populacionais.

Uma outra questão importante a ser colocada é que tais condições favoráveis são transitórias e não podem ser desperdiçadas. Pelas projeções estatísticas, nosso bônus demográfico se estenderá aproximadamente até 2030, e a partir de então se acentuará uma outra fase de transição demográfica.

A partir da queda expressiva das taxas de fecundidade e da manutenção de baixas taxas de mortalidade e elevação da expectativa de vida da população, passaremos a acompanhar um declínio da população jovem e um crescimento significativo da população idosa, o que exigirá profundas reestruturações no mundo do trabalho e em políticas públicas como saúde, previdência social e mobilidade urbana.

Enfrentar a herança conservadora

Para além da questão demográfica, a importância da juventude no debate do desenvolvimento vai além do seu peso populacional. Principalmente se a intenção não for reduzir o desenvolvimento do país ao mero crescimento econômico ou diluir a questão da juventude nos indicadores gerais de geração de postos de trabalho ou criação de novas vagas escolares.

A via conservadora de desenvolvimento e a própria existência do bônus demográfico, por si, nunca garantiu a inclusão da questão da juventude como pauta diferenciada. A incorporação à sociedade dos primeiros filhos da “onda jovem” durante os anos 1980 e 1990, por exemplo, coincidiu com o esgotamento do desenvolvimentismo conservador e a expansão do projeto neoliberal no país.

Depois de anos de baixo crescimento econômico e regressão social, podemos dizer que os jovens foram os maiores afetados pelos anos neoliberais. O desmonte da educação e saúde pública, a precarização do acesso ao mundo do trabalho, a escalada da violência nos centros urbanos, a concentração da propriedade no campo, entre outras faces do legado neoliberal, atingiram fortemente a vida dos jovens brasileiros.

Enfrentar tal herança exigirá uma ampliação do reconhecimento político e institucional iniciados pelo governo Lula, em que a compreensão da juventude como “problema social” a ser tutelado passa a perder força para a perspectiva de sujeito de direitos e os jovens se tornam um dos segmentos mais beneficiados pelos avanços das políticas sociais do governo.

Uma nova geração de políticas e direitos da juventude

A orientação geral do Governo Dilma em trabalhar a erradicação da miséria e da fome extrema como meta fundamental de governo continuará demandando um enfoque social ampliado das políticas sociais da juventude. A implementação de políticas públicas de juventude abrangentes e em escala devem colaborar na superação do ciclo de reprodução da pobreza que atinge as novas gerações.

Nesta perspectiva, a ampliação da cobertura das políticas sociais deve compreender também uma nova geração de políticas

públicas de juventude e a criação de novos direitos sociais. O recorte conceitual que deve organizar essa nova geração de políticas é o da emancipação e do desenvolvimento integral dos jovens, passando pela afirmação de novos direitos específicos como ao financiamento público do tempo livre, à experimentação, à redução obrigatória da jornada de trabalho durante os estudos, ao trabalho decente, dentre outros.

Ademais, uma nova abordagem programática da articulação entre o mundo do trabalho e a educação para os jovens também se faz necessária.

Apontar uma inserção social e produtiva da juventude diferenciada da atual passa por enfrentar a situação do trabalho juvenil no país - precoce, precarizado, mal remunerado, com longas jornadas, incompatível com a continuidade dos estudos, etc. O desafio passa a ser o de combinar a criação de postos de trabalho decente para a juventude com o financiamento de programas que integrem políticas de transferência de renda, elevação continuada e qualitativa da escolaridade, tempo livre, formação científica e tecnológica e mobilização em serviços comunitários.

De igual maneira, a política educacional deve dar um salto de qualidade. Além da ampliação do acesso à todas as modalidades de ensino e a erradicação do analfabetismo, será preciso empreender uma reestruturação profunda do Ensino Médio em sua articulação com os distintos campos do saber e iniciação científica, na integração com o ensino técnico e profissional e nos seus instrumentos de ensino-aprendizagem, gestão democrática e política pedagógica.

A compreensão das demandas e aspirações destas novas gerações será fundamental para a disputa de um modelo de desenvolvimento alicerçado em reformas democráticas e populares. Construir uma maioria política na sociedade brasileira em torno um

projeto democrático e popular de desenvolvimento que articule soberania nacional e integração regional, desenvolvimento econômico com progresso social e ampliação da democracia com participação popular não pode prescindir das novas gerações. Para setores expressivos da juventude brasileira tratar-se-á de uma luta por uma sociedade diferente da atual, em que os bloqueios da sociedade capitalista e do desenvolvimentismo conservador impedem seu pleno desenvolvimento e autonomia.

Bruno Elias

é estudante de Serviço Social da Universidade de Brasília
e Coordenador de relações internacionais da Juventude do PT

(10/01/2011)

Uma nova política de uma nova geração

O Brasil vive um momento desafiador. Ao mesmo tempo em que é palco de conquistas sociais reconhecidas pelos seus e pelo mundo, possui a maior geração de jovens de sua história: somos aproximadamente 50 milhões de brasileiros, com idade entre 15 e 29 anos.

Por muito tempo, ao se falar de juventude, era comum o recurso ao saudosismo. Em oposição aos engajados da “geração de 68”, a nova geração de jovens seria apática, despoliticizada e quando muito teria tido seu último suspiro político nas mobilizações estudantis do Fora Collor. Desconstituía-se, assim, não só a memória de ações reais de toda uma década, como a própria ideia de participação, organização e ação coletiva contemporânea.

A Geração Coca-Cola, cujos heróis “morreram de overdose” e perguntou “Que país é esse?”, lutou e participou ativamente das mudanças políticas dos anos seguintes. Nas eleições, votou em sua maioria pela mudança em 2002 e por sua continuidade em 2006 e 2010. De estatística das desigualdades sociais nas décadas perdidas passaram a ser alcançados pelas políticas sociais e pelo crescimento econômico dos últimos anos.

É com este país em mudança que uma nova geração de jovens entra em cena. Contrariando o senso comum de certos formadores de opinião e meios de comunicação, a estabilidade democrática e as novas tecnologias potencializaram novas formas de parti-

cipação da juventude. Conectada ao mundo a partir da internet, percebemos nas redes sociais, na ação comunitária ou nas marchas libertárias dos últimos meses, uma atuação coletiva cada vez mais diversificada.

Batalhando no trabalho e nos estudos, a atual geração de jovens é otimista em relação ao país, mas quer muito mais. Vivendo uma fase da vida em que o indivíduo processa de maneira intensa seus conflitos, decisões e sua inserção na vida social, os jovens estão cada vez mais atraídos por novas bandeiras. Tendo parte da agenda de inclusão social atendida pelos avanços dos últimos anos, ganham força as reivindicações ligadas à liberdade, autonomia e experimentação.

Parte importante desta juventude já não se enxerga no jeito “tradicional” de fazer política. Contando com poucos representantes nos espaços de poder e atenta às denúncias de corrupção, deseja mais do que ações pontuais contra malfeitos com a coisa pública. O anseio é por mudanças mais profundas, algo que um grande debate público sobre a reforma política – para além dos gabinetes dos beneficiados pelo atual modelo – poderia mobilizar.

Entre os próprios partidos políticos, são poucos os que levam o tema juventude a sério. Quando não são tratados como meros tarefeiros, a visão dominante e instrumental encara a juventude como “celeiro de quadros”, a serem formados para o futuro. A compreensão do jovem como sujeito político do presente, capaz de participar da renovação do projeto político dos partidos, permanece como um grande desafio.

Um partido como o PT, por exemplo, não entende porque tem quase 30% da preferência do eleitorado, mas perde apoio nas novas gerações. O fato é que para grande parte dos jovens, o partido já é visto como igual aos demais partidos tradicionais. A crescente institucionalização, o refluxo do debate ideológico e a au-

sência de discurso e diálogo com as novas redes da juventude reforçam este estigma.

Querendo ou não, os partidos políticos serão chamados a fazer esse debate nos próximos anos. Nas próximas disputas eleitorais, a mera estratégia de comparar os governos petistas com os governos tucanos, apesar de importante, não será suficiente. Aos jovens será fundamental que os partidos apresentem uma agenda de conquistas e mudanças para o futuro, já que muitos pela idade não vivenciaram com tanta nitidez o contraste entre um e outro modo de governar.

Ao ser fundado, o PT promoveu um grande encontro entre a geração de jovens que lutou contra a ditadura e a jovem classe operária presente nas mobilizações da década de 1970 e 1980. É hora do PT surpreender mais uma vez, apostando nas suas novas gerações e na afirmação de um projeto democrático e popular que ganhe corações e mentes da juventude.

Bruno Elias (@_brunoelias)

é estudante de Serviço Social da Universidade de Brasília
e Coordenador de Relações Internacionais da Juventude do PT

(24/08/2011)

Carta de um jovem petista

Companheiras e companheiros,

No Brasil e na América Latina, vivemos um tempo de grandes possibilidades. Partidos de esquerda governam para grande parte da população da região, garantindo mais democracia, mais igualdade, mais soberania nacional e mais integração continental. No Brasil, oito anos de governo Lula e oito meses de governo Dilma vão deixando para trás o neoliberalismo.

Mas para que estas mudanças tenham sustentabilidade, é preciso mais que ganhar eleições. É preciso organização popular e partidária. Por isto, depois de 31 anos, o Partido dos Trabalhadores é chamado a reforçar seu caráter militante e seu compromisso com um projeto político democrático, popular e socialista.

Precisamos de mais votos, mais organização popular e partidária, entre outros motivos porque a direita brasileira segue atuante e agressiva. E também porque, ao olharmos o mundo, o cenário é inquietante. No rastro da crise do capitalismo neoliberal, mobilizações populares e juvenis foram deflagradas em países árabes, na Europa e também em países vizinhos, como o Chile. Num momento de crise como o atual, em que o capitalismo apresenta toda sua vocação para a barbárie, precisamos agitar bem alto a bandeira do socialismo.

No Brasil, o desafio de consolidar conquistas e aprofundar as mudanças iniciadas em 2003 coincide com um momento especial. Nosso país possui a maior geração de jovens de sua história, aproximadamente 50 milhões, com idade entre 15 e 29 anos.

A partir do governo Lula e agora com Dilma, muita coisa começou a ser mudada e de “juventude problema” passamos a ser alcançados pelas políticas sociais e pelo crescimento econômico dos últimos anos. E é justamente para não pagar pela crise e com otimismo em relação ao país, que queremos muito mais!

Neste país em mudança, uma nova geração de jovens entra em cena. Contrariando o senso comum conservador de que a juventude é apática e despolitizada, acompanhamos o surgimento cada vez maior de novas redes e formas de participação da juventude. No trabalho, nos estudos ou mesmo conectada ao mundo a partir da internet, percebemos na ação comunitária, nas redes sociais ou nas marchas e movimentos juvenis, uma atuação coletiva cada vez mais diversificada.

Ao ser fundado, o PT promoveu um grande encontro entre a geração de jovens que lutou contra a ditadura e a jovem classe trabalhadora presente nas mobilizações da década de 1970 e 1980. Reuniu sonhos e muita luta daquelas e daqueles que dedicaram e dedicam sua vida à transformação da sociedade e ao fim da opressão e da exploração do homem pelo homem.

Apesar de ter sempre contado com muitos jovens em suas fileiras, o PT nunca considerou o tema e a organização dos jovens como prioridade. Por vezes, inclusive, deixou que outros partidos da esquerda brasileira se consolidassem como referência partidária do projeto democrático e popular na juventude.

Precisamos superar em nosso Partido dos Trabalhadores a visão instrumental que encara os jovens como “tarefeiros” ou apenas como quadros “inexperientes” a serem formados para o futuro. A compreensão do jovem como sujeito político do presente, capaz de participar da renovação do projeto político do partido, permanece como um grande desafio.

São por esses e outros motivos que o PT, mesmo com quase 30% da preferência do eleitorado nacional, tem perdido apoio nas novas gerações. Para grande parte dos jovens, o partido já é visto

como igual aos demais partidos tradicionais. A crescente institucionalização, o refluxo do debate ideológico e a ausência de discurso e diálogo com os movimentos juvenis reforçam este estigma.

A nossa geração – em um outro período do partido e do país – é desafiada, da mesma forma que a geração que fundou e construiu o PT, a exercer seu protagonismo e ousadia. A realização do 2º Congresso da Juventude do PT neste semestre é uma grande oportunidade para iniciarmos um novo ciclo na história da nossa juventude partidária.

Para tanto, precisaremos reconstruir o trabalho com os jovens como prioridade de todo o partido, passando a contar com uma forte organização de juventude. Uma juventude militante e de massas, com autonomia e capacidade de organizar a base social petista entre os jovens, compreender e viver a realidade da juventude e atuar junto às diversas manifestações juvenis.

Para contribuir com este grande debate, apresentamos ao partido e à juventude nossa candidatura à Secretaria Nacional de Juventude do PT. Comecei minha militância partidária no PT do Tocantins. Atuando no movimento estudantil, fui eleito em 2004 presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFT. Em 2005, assumi a Secretária-geral do PT de Palmas, permanecendo até 2007, quando fui eleito 1º Vice Presidente da União Nacional dos Estudantes (2007/2009). Atualmente em Brasília, sou coordenador de relações internacionais da Direção Nacional da Juventude do PT.

Estamos entre aqueles e aquelas que reivindicam o PT como partido socialista, democrático e de massas. Com a força da nossa militância, queremos fazer nossa estrela brilhar mais forte na juventude. Somos pela renovação geracional do partido, para que o PT amanhã não seja um mero administrador do possível, mas portador cada vez mais representativo dos sonhos da juventude brasileira.

Saudações Petistas,

Bruno Elias (02/09/2011)

A JPT de setorial a organismo militante de massas

Por longos anos, a juventude do partido foi identificada com movimento estudantil (ME), por dois motivos principais. Em primeiro lugar, porque a concepção de juventude que ainda vigora no PT é aquela na qual o jovem, em fase de transição para a vida adulta, deveria estar em preparação, uma moratória para se inserir socialmente e assumir responsabilidades no futuro. Para conduzir este preparo mobilizam-se a família e as instituições educacionais.

As universidades, em particular, devido à incumbência de promover a formação profissional, teriam um papel específico de garantir uma inserção social do jovem no processo produtivo capitalista em condições mais favoráveis: ora permitindo-o trabalhar em melhores condições e vender sua força de trabalho em troca de salários mais altos, ora preparando-o a assumir a direção dos processos produtivos e a direção política de instituições públicas e privadas.

Desta concepção de juventude como moratória, decorre a noção de que jovem e estudante seriam o mesmo sujeito. Contudo, como já vem sendo alertado pela juventude petista, este processo idealizado de inserção social dos jovens, apesar de só ser possível para uma parcela minoritária, tornou-se modelo e engendrou um conceito de juventude. Assim, desconsidera-se a realidade concreta da maioria da juventude trabalhadora e das classes populares, para as quais a dita fase de preparação ou é inexistente ou ocorre de modo a perpetuar sua situação de classe explorada.

Em segundo lugar, a juventude petista tem sido identificada com movimento estudantil porque, como um setorial partidário, historicamente os jovens que faziam a opção setorial pela juventude eram os militantes do ME, uma vez que as jovens feministas faziam opção pelo setorial de mulheres, os jovens do movimento negro pelo setorial de combate ao racismo, os jovens sindicalistas pelo setorial sindical e assim por diante. O movimento estudantil, por ter jovens como quadros dirigentes, militantes e base social, era diretamente relacionado com juventude, o que não ocorria com os demais movimentos e, por extensão, aos militantes jovens destes movimentos.

Assim, a JPT não conseguia extrapolar nem a concepção de juventude vigente no PT, nem a organização dos jovens petistas para além do movimento estudantil. Isso ocorreu, de um lado, porque a presença majoritária de estudantes no setorial parecia confirmar aquela concepção de juventude como fase de suspensão para preparação e, de outro, porque os jovens petistas dos movimentos populares e demais frentes de atuação já estavam engajados e organizados, o que, em tese, não demandaria nenhuma organização de juventude partidária.

Atualmente, superamos o modelo setorial apenas formalmente: quem tem até 29 anos não precisa fazer opção setorial pela juventude para participar de seus fóruns e pode fazer opção setorial em outras áreas de atuação. Contudo, do ponto de vista político, a JPT ainda não concluiu a transição para constituir-se como organismo partidário com autonomia política e organizativa. Sem esse elemento, pressuposto para ter maior capacidade de diálogo e interação com a juventude trabalhadora e das classes populares, a JPT permanecerá, na prática, como mais um setorial do partido, pouco importando seus dispositivos regimentais formais. Nosso regimento interno precisa expressar uma nova orientação política e organizativa, sem o que será mera normativa burocratizante.

Hoje, temos uma grave limite organizativo: não conseguimos envolver massivamente nas nossas instâncias e espaços de discussão jovens petistas que militam nos diversos movimentos sociais. É preciso reconhecer que há militantes da JPT representando a pluralidade da juventude trabalhadora e popular brasileira em suas lutas formas de atuação. Porém, ainda carecemos de capilaridade da própria organização de juventude do PT nos espaços de atuação onde esta militância atua cotidianamente. Em geral, prevalece o distanciamento destes jovens petistas em relação à JPT e a dispersão dos que atuam em um mesmo movimento social.

Reflexo disso é o baixo nível de mobilização dos filiados jovens do PT. Para sermos capazes de avançar, precisamos reconhecer nossos limites com humildade: a JPT ainda está aquém do seu potencial de diálogo com os milhares de filiados jovens do PT e mais distante ainda dos milhões de jovens brasileiros.

Ademais, se considerarmos que a atual geração de jovens não conheceu o PT nos anos 1980 ou 1990, mas apenas o PT com forte presença na institucionalidade sem a força correspondente nas lutas sociais da classe trabalhadora; se considerarmos que as novas gerações não vivenciaram o período FHC e é alvo constante das teses que consideram as conquistas do Governo Lula mera decorrência das orientações legadas pelo Governo FHC; se considerarmos que esses jovens são cerca de 50 milhões no Brasil e, apesar dos avanços, permanece um padrão de sua inserção no processo produtivo de modo precoce e precarizado, temos um problema grave: o envelhecimento partidário e a falta de prioridade para a juventude certamente nos levará falta de referência e legitimidade entre as novas gerações, o que já vem acontecendo em grande medida.

É verdade que o PT segue sendo o preferido entre os jovens que tem alguma preferência partidária. Contudo, a maioria dos

jovens brasileiros não tem preferência partidária e se referenciam em outros programas e propostas que não as do PT. Se o PT não reconhecer esta deficiência e deixar passar esta “janela histórica” e, principalmente, se os jovens petistas não assumirem a construção da JPT por suas próprias mãos, teremos um grave problema de transição geracional – não apenas no interior do partido mas, em decorrência disso, também na base social que se referencia em nossa política, o que é ainda mais preocupante.

A JPT precisa estar à altura da tarefa histórica de dar continuidade e aprofundar a luta pelo socialismo, que nos foi legada pelas gerações anteriores. Obviamente, não atuamos nas condições que desejamos, mas na situação concreta na qual nos encontramos. Mas é a militância dos jovens petistas dos diversos movimentos e frentes de atuação a principal responsável pela criação das condições favoráveis ao enfrentamento deste desafio. Isso passa, necessariamente, pela construção da JPT para além de um setorial ou dos movimentos juvenis, pressuposto fundamental para conquistarmos milhões de corações e mentes da juventude da classe trabalhadora e das classes populares.

Um organismo partidário de juventude que tenha como objetivo estratégico a construção de uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem e das mulheres pelos homens, precisa ser forjado pelas mãos de quem sente a opressão geracional e a exploração de seu trabalho manual e intelectual nos diversos espaços de sociabilidade.

Isso envolve organizar e mobilizar toda a juventude petista nas diversas instâncias da JPT a partir das seguintes iniciativas:

1. integrar-se às lutas espontâneas e autônomas que a juventude desenvolve em seu cotidiano, estimulando a iniciativa militante dos jovens filiados e não filiados e agregar pessoas em torno de reivindicações concretas que expressem os anseios de quem se encon-

tra cotidianamente em um determinado local de convivência;

2. desenvolver, em cada cidade, atividades com os jovens militantes, filiados e simpatizantes do PT para debater as questões que estão na pauta política do município e da região e construir diretivas concretas de ação organizada;

3. em parceria com os setoriais do PT, fortalecer as relações com movimentos sociais aliados na luta política e social brasileira, construindo de canais de diálogo e atuação comum nas ações cotidianas do movimento sindical, de moradia, sem-terra, de mulheres, negro, LGBT, estudantil etc.

4. a partir das iniciativas de mobilização nas lutas sociais, devemos organizar fóruns permanentes de articulação dos petistas nos movimentos para combater a dispersão de nossas forças e desorientação de nossa militância.

Nunca é demais repetir que nossa liberdade não será concedida por ninguém. Ou será conquistada pelas nossas mãos ou não virá.

Rodrigo Cesar

é militante da JPT-Guarulhos e candidato
a Secretário Estadual da JPT-SP

(14/09/2011)

#2ConJPT: a hora da Juventude

A realização do 2º Congresso da JPT, entre os dias 12 e 15 de novembro, deve apontar caminhos para uma nova organização de juventude e um programa que dispute corações e mentes da juventude brasileira.

Este Congresso também será um momento de debate sobre a renovação geracional do Partido dos Trabalhadores e o desafio de manter atual o seu projeto político entre as novas gerações.

Alcançando mais de 1500 municípios em todos os estados do país, a mobilização congressual indicou que há espaço para o enraizamento e municipalização de uma organização militante e de massas dos jovens petistas.

No entanto, os limites político-organizativos ainda presentes na JPT também ficaram evidentes durante o Congresso. Em muitos momentos, o processo misturou os mesmos vícios existentes no PED ou nos congressos estudantis.

Apontar métodos que reforcem o caráter democrático e militante da Juventude do PT será fundamental no próximo período, em que a JPT coordenará a campanha municipal de juventude em 2012 e deve criar as condições políticas e organizativas para ampliar a sua presença nas lutas da juventude.

Plataforma política

No mundo todo, os jovens se levantam contra as imposições do modelo político e econômico dominante. Ocupando Wall Street ou as ruas contra os bancos ou os ditadores de plantão, os jovens se mobilizam para não pagar a conta da crise capitalista que a classe dominante insiste em impor aos trabalhadores.

A Juventude do PT deve se somar às mobilizações e articulações anticapitalistas em sua atuação internacional. A reorganização do coletivo nacional de relações internacionais da Juventude do PT deve colaborar na integração política do PT com os movimentos juvenis e partidos de esquerda e progressistas de todo o mundo - notadamente da América Latina e do Foro de São Paulo.

No Brasil e na América Latina, as lutas da juventude devem aproveitar o momento de desenvolvimento progressista da região para consolidar conquistas e principalmente, aprofundar o caráter estrutural das mudanças em curso.

A juventude do PT não deve se limitar a defesa incondicional aos governos ou mandatos partidários. Sua tarefa de solidariedade e apoio deve ser dada disputando à esquerda os rumos dos governos, com luta ideológica e popular e em sintonia com a estratégia socialista do partido.

Uma plataforma política da Juventude do PT deve considerar o atual bônus demográfico da população juvenil no continente e a importância da maior geração de jovens da história do país na disputa de um desenvolvimento de tipo democrático e popular.

Tal plataforma deve aprofundar a democratização da sociedade, a partir de uma reforma política e do marco regulatório da comunicação e alterar a matriz econômica do país, viabilizando por meio de uma reforma tributária um fundo público capaz de ampliar o gasto social e a participação do trabalho na distribuição da renda e riqueza.

Para além destas bandeiras gerais, a JPT deve se engajar no fortalecimento das políticas públicas de juventude. Durante o governo Lula, uma primeira rede institucional foi criada e a marca das PPJ teve o forte elemento da inclusão social. No governo Dilma, uma nova geração de direitos e políticas públicas de juventude deve ter como princípio a emancipação dos jovens, a partir de ações que permitam trajetórias de vivência, experimentação, autonomia e liberdade aos jovens.

Além disso, uma nova abordagem programática da articulação entre o mundo do trabalho e a educação para os jovens também se faz necessária. O desafio passa a ser o de combinar a criação de postos de trabalho não precarizados para a juventude com o financiamento de programas que integrem políticas de transferência de renda, elevação continuada e qualitativa da escolaridade, tempo livre, formação científica e tecnológica e mobilização em serviços comunitários.

A política educacional, por sua vez, deve dar um salto de qualidade. Além da ampliação do acesso à todas as modalidades de ensino e a erradicação do analfabetismo, será preciso empreender uma reestruturação profunda do Ensino Médio em sua articulação com os distintos campos do saber e iniciação científica, na integração com o ensino técnico e profissional e nos seus instrumentos de ensino-aprendizagem, gestão democrática e política pedagógica.

Uma nova Juventude do PT

Disputar o projeto político do PT entre os jovens, exigirá da JPT uma ampliação do seu esforço de auto-organização e reconhecimento partidário. Para tanto, precisaremos reforçar a autonomia e o caráter democrático e militante da nossa juventude. Afinal de contas, “na falta de céu, ninguém voa”.

A superação da condição setorial da Juventude do PT, formalizada pelo 4º Congresso do PT, deve ser tirada do papel pelos próprios jovens do partido. Tal autonomia não deve ser compreendida como independência ou separação do partido, mas como condição indispensável da juventude dispor de sua organização e capacidade de incidir nas pautas e lutas da juventude.

Neste 2º Congresso da JPT, aprovaremos um regimento interno da nova organização da juventude petista. O fato do 4º Congresso do PT não ter aprovado a vinculação de 5% do fundo partidário ao trabalho de juventude limitou a capacidade de exercício de tal auto-organização, mas poderá ser novamente debatido pelos delegados/as do Congresso da Juventude do PT.

Do ponto de vista organizativo, a próxima gestão da juventude do PT terá grandes tarefas. A ação municipal deve ser uma das prioridades, sobretudo numa gestão que coordenará a mobilização dos jovens petistas nas eleições municipais de 2012 e deve consolidar seu novo modelo organizativo desde a base.

Uma proposta a ser debatida é a realização de um primeiro Encontro Nacional/Estaduais de Secretarias Municipais da Juventude do PT, no primeiro semestre de 2012, para planejar a intervenção da JPT nos próximos dois anos e convocar uma 2ª Caravana Nacional/Estaduais da JPT, a percorrer os estados de todo o país, debatendo o programa da JPT para as eleições com os movimentos juvenis e com as candidaturas da Juventude do PT.

Outra importante frente de atuação é a dos movimentos juvenis. A JPT deve construir um trabalho setorial nas mais diversas frentes de atuação e participação da juventude. Estes setoriais devem ser espaços mais livres e flexíveis de atuação dos jovens petistas, aglutinando simpatizantes e militantes do movimento juvenil, a exemplo da JN13, coletivos de jovens feministas, de diversidade sexual, meio ambiente, cultural, estudantil, entre outros.

Dar conta destas tarefas exigirá um esforço de articulação da rede da Juventude do PT, envolvendo formação política, comunicação e mobilização. A organização desta rede é condição inicial para construir uma JPT que dispute a juventude que está fora do partido ou não se sente representado pela participação partidária tradicional. Um passo necessário para campanhas públicas e enraizadas nas novas direções municipais, estaduais e nacional eleitas no 2º Congresso da Juventude do PT.

Bruno Elias

é dirigente nacional da juventude petista

(15/09/2011)

O PT e a juventude dirigente

Recentemente, realizou-se a segunda etapa do 4º Congresso do PT, em que a reforma estatutária foi pauta central. A maioria das avaliações faz um balanço global positivo com base nas resoluções adotadas e nas emendas incorporadas ao nosso Estatuto. Mas, para produzirmos um balanço geral do nosso fórum partidário, precisamos analisar alguns elementos específicos.

Entre as emendas aprovadas, estão aquelas referentes à juventude petista, tanto aquelas encaminhadas pela Direção Nacional da JPT, quanto outras apresentadas separadamente. Destacada em diversos textos de balanço como importante avanço, a aprovação de uma emenda que garante a presença de 20% de jovens nas chapas e instâncias de direção partidárias em todos os níveis repercutiu positivamente na militância jovem do PT.

A razão é evidente: em um partido envelhecido como o nosso, no qual a renovação geracional ocorre de modo demasiadamente lento e a presença de jovens nos espaços de decisão é escasso, estabelecer uma norma para que jovens assumam condição de dirigentes do conjunto do Partido não é pouco. Vitória da juventude petista!

Contudo, não podemos deixar de avaliar criticamente onde se situa esta conquista no quadro geral de desafios da JPT. Afinal, se quisermos ser consequentes com a ideia de que as cotas não bastam, devemos identificar precisamente os seus limites para sermos capa-

zes de aproveitar todo o potencial deste mecanismo e desenvolver novas iniciativas para combater o envelhecimento partidário.

Na luta para superar a opressão geracional – da qual o PT ainda não se livrou – e constituir uma organização militante e de massas que seja um instrumento de referência para as lutas das juventudes trabalhadoras, seguiremos um caminho tortuoso, com avanços e retrocessos, vitórias e derrotas. Neste sentido, é importante compreender que nenhuma conquista é definitiva e todo avanço é parcial.

Em relação às cotas, trata-se de um avanço parcial em dois sentidos principais. Em primeiro lugar, porque a emenda não foi apresentada pela JPT e sequer foi alvo de discussão em suas instâncias previamente. Portanto, como uma proposta que não passou por um processo de maturação entre os próprios jovens, ela carrega consigo uma contradição: ao mesmo tempo em que contribui com a renovação geracional, a iniciativa contém em sua gênese um antagonismo com o princípio da auto-organização da juventude no PT.

Este não é um problema menor para quem tem referência nas resoluções do I Congresso da JPT, na qual afirmamos que a nossa organização de juventude *deverá ser um instrumento para colaborar na superação, no Partido dos Trabalhadores e na sociedade, da concepção naturalizada de juventude como um setor imaturo e inexperiente, que precisaria ter o acompanhamento (intervenção) dos “experientes”.*

É revelador que o mesmo plenário que aprovou a emenda das cotas para os jovens tenha rejeitado a destinação de 5% do fundo partidário para a JPT. O fato é que a juventude continuará fadada a solicitar o aval do Diretório Nacional para projetos que gerem despesas, o que não representa nada de novo, nem de positivo.

Em segundo lugar, as cotas são um avanço parcial porque a presença de jovens nas direções partidárias não garante que a ju-

ventude, em seu conjunto, assuma uma condição dirigente da política partidária. O I ConJPT foi preciso ao rejeitar *os métodos e processos de organização e inserção dos jovens no cenário de decisão e protagonismo político* nos quais *a lógica da socialização dos jovens é avançar de uma condição anterior de maior subordinação para outra hierarquicamente superior e dotada de mais autonomia e poder*. Neste modelo, *somente sob esta nova condição o indivíduo seria capaz de tomar decisões importantes, sendo inserido em um espaço que antes era impedido de estar*.

Mecanismos que garantam a presença de jovens nas direções partidárias não significam, necessariamente, a reprodução deste modelo. Contudo, carregam consigo uma contradição inerente aos seus métodos, nos quais *a socialização do jovem para a superação da condição subordinada só é possível se realizada individualmente, o que, por outro lado, significa afirmar que coletivamente a juventude está irremediavelmente fadada a permanecer em situação inferior de hierarquia*.

Tendo em vista que a condição juvenil dos sujeitos não é permanente, mas transitória, o mecanismo de cotas para juventude nas instâncias de direção é diferente da paridade de gênero e da proporcionalidade étnico-racial. Portanto, é preciso fazer com que a presença de jovens nas direções, por um lado, interrompa a reprodução daquela lógica equivocada de socialização do sujeito nos espaços de decisão e, por outro, contribua para fazer da JPT, em seu conjunto, uma organização dirigente da política partidária e das lutas da juventude brasileira.

Somente se compreendermos ambas as contradições na instituição de cotas para a juventude nas direções partidárias em todos os níveis seremos capazes de estabelecer com maior precisão o papel que cumprem e as ações a serem tomadas para complementá-las e impedir seus efeitos colaterais.

Um bom aproveitamento das possibilidades abertas pela adoção desta medida, para ir além de ter jovens nas direções e passar à construção de uma JPT dirigente da política partidária, exige desenvolver:

1. uma estrutura de quadros na qual a formação política e a luta social constituem pilar fundamental para estabelecer a unidade entre teoria e prática;

2. uma política de transição geracional no interior da própria juventude para que as novas gerações assumam a direção da JPT quando jovens dirigentes assumirem a direção do PT;

3. uma ação sistemática de trabalho de base para que os jovens filiados se envolvam nas lutas sociais e impulsionem a construção da JPT para além de seus círculos dirigentes;

4. um processo amplo, democrático e mobilizado em cada cidade para construir com várias mãos um programa da juventude brasileira a ser defendido em todos os espaços de luta política e social.

Como dissemos, nosso caminho é longo e tortuoso. Mas temos direção.

Rodrigo Cesar

é militante da JPT-Guarulhos e candidato
a Secretário Estadual da JPT-SP

(26/09/2011)

Que fazer no II Congresso da JPT?

Sempre estivemos cientes de que o I Congresso da JPT daria início a uma período de transição, mais ou menos demorado, rumo à superação de um modelo organizativo que limitava a capacidade de ação política e mobilização social da juventude petista.

Assim, ele representaria uma ruptura histórica, ao mesmo tempo em que manteria certo grau de continuidade com a estrutura organizativa de setorial partidário. O alto grau de mobilização nas etapas municipais em 2008, com a participação de aproximadamente 15 mil jovens, foi decisiva para envolver a base partidária na discussão deste tema, sem o que a transição ficaria estagnada.

A partir desta noção de que estávamos conduzindo um processo de transição, tínhamos convicção de que era necessário realizar um segundo congresso da JPT superior ao primeiro, o que demandaria uma participação mais ampla e uma discussão mais profunda sobre a organização dos jovens petistas.

É possível que tenhamos cumprido com o elemento quantitativo deste desafio. Mas as reflexões acerca dos rumos da JPT estão qualitativamente aquém do nosso potencial e das nossas necessidades. Ademais, se considerarmos que temos a tarefa de instituir um regimento interno da JPT, teremos a certeza de que outubro será um mês decisivo para intensificar o debate político, correr atrás do prejuízo e fortalecer o papel do II Congresso nesta transição que vivemos.

As resoluções do III Congresso do PT (2007) e do I Congresso da JPT (2008) apontam corretamente as limitações que o

modelo de setorial impunha à juventude petista ao longo de sua história e esboçam, em linhas gerais, as diretrizes gerais de construção de um novo modelo organizativo.

Contudo, desde 2008 não conseguimos fazer avançar esta discussão satisfatoriamente. Até mesmo as resoluções do I ConJPT não foram suficientemente debatidas entre os militantes jovens do PT. Em geral, conseguimos identificar nossos problemas organizativos e propor tarefas imediatas para tentar superá-los. Até o momento, porém, a JPT não foi bem sucedida em debater uma política de conjunto que oriente nossas ações cotidianas para a construção de uma estrutura de funcionamento condizente.

Sabemos que o modelo setorial não satisfaz nossas necessidades, mas continua a dúvida: o que colocar em seu lugar? É comum ouvir que, atualmente, somos uma “instância” do partido. Mas, se é assim, o que são as “instâncias” da JPT (congressos, encontros, direções etc.)? Logo vemos que mais importante que responder a essa questão é extrair uma lição dos nossos debates: ainda que os conceitos sejam expressos por meio de terminologia própria, nenhuma terminologia será capaz, por si só, de sintetizar um conceito de organização.

Então, o que fazer neste II Congresso? Devemos afirmar a JPT como um órgão partidário militante e de massas na juventude, uma ferramenta do partido para disputar, organizar e mobilizar a juventude trabalhadora brasileira. E o que isso significa, na prática? Fundamentalmente, significa forjar uma organização com cinco características principais:

1. Vinculação orgânica ao estatuto, ao programa e às instâncias e fóruns do PT, fazendo da JPT uma política organizativa partidária na juventude, um órgão expressamente impulsionado não apenas pelos jovens petistas, mas pelo conjunto do Partido;
2. Autonomia política e organizativa, regulada por um regimento próprio, para que os jovens petistas definam, em seus próprios fóruns, suas posições, táticas e estratégias de ação, seu programa e suas bandeiras de luta;

3. Funcionamento massivo e regular de instâncias e fóruns de discussão e deliberação próprios nos diversos níveis (nacional, estadual, municipal, zonal e local), capazes de proporcionar a discussão democrática de opiniões e propostas, a construção de diretivas de luta e o diálogo com jovens simpatizantes do PT;

4. Mobilização militante voltada ao diálogo e disputa de opinião massiva entre os jovens brasileiros, por meio da participação ativa nas mobilizações sociais de trabalhadores e setores populares e uma política de comunicação ágil, dinâmica e massiva;

5. Participação militante de todos os petistas que tenham até 29 anos, com ações coordenadas dos jovens petistas nos setoriais e direções partidárias, nos movimentos sociais e populares e diversas frentes de luta nas quais estão atuando.

Para sermos capazes de construir essa organização devemos convocar e envolver os jovens filiados do PT. Transformar as centenas de milhares de filiados jovens em militantes ativos é pressuposto indispensável para que a JPT atravessasse esta transição e se constitua como órgão partidário autônomo da juventude.

Alcançar esta meta exige contribuir na formação de consciência crítica de nossos companheiros e companheiras de partido. Para o despertar das consciências, nada melhor que a dimensão pedagógica do conflito nas lutas sociais cotidianas, nas quais devemos nos integrar.

Portanto, se é na luta de classes que se forja a consciência de classe, cabe ao II Congresso da JPT preparar os jovens petistas para a intensificação dos enfrentamentos com a ideologia dominante, o capital monopolista, o latifúndio, a grande mídia e os partidos de direita.

Rodrigo Cesar

*é militante da JPT-Guarulhos e candidato
a Secretário Estadual da JPT-SP*

(28/09/2011)

#2ConJPT: a hora da Juventude *

A realização do 2º Congresso da JPT, entre os dias 12 e 15 de novembro, deve apontar caminhos para uma nova organização de juventude e um programa que dispute corações e mentes da juventude brasileira.

No rastro da atual crise capitalista, mobilizações juvenis e populares foram deflagradas em países árabes, na Europa, nos EUA e também em países vizinhos, como o Chile. Num momento em que o capitalismo apresenta toda sua vocação para a barbárie, é tarefa da Juventude do PT agitar bem alto a bandeira do socialismo.

Nossa defesa do socialismo é baseada na crítica ao capitalismo, aos seus efeitos destruidores sobre a natureza e sobre a humanidade. A destruição ambiental, a barbárie social, as guerras, a incompatibilidade cada vez maior entre o capitalismo e as liberdades democráticas são alguns dos motivos que tornam urgente a luta e a construção do socialismo como alternativa tanto aos grandes problemas da humanidade, quanto aos grandes dilemas do Brasil.

Alternativa democrática e popular

No Brasil e na América Latina, vivemos um tempo de gran-

* Este artigo é uma versão estendida e atualizada de texto com mesmo título publicado anteriormente [N. E.]

des possibilidades. Partidos de esquerda governam para grande parte da população da região, garantindo mais democracia, mais igualdade, mais soberania nacional e mais integração continental. No Brasil, oito anos de governo Lula e os primeiros meses de governo Dilma vão deixando para trás o neoliberalismo.

Os avanços, no entanto, ainda não se tornaram estruturais, não se converteram num outro modelo de desenvolvimento. Portanto, é necessário mais partido e mais luta social em defesa de uma plataforma que aprofunde a democratização da sociedade, a partir de uma reforma política e da democratização dos meios de comunicação. Por sua vez, uma reforma tributária progressiva deve viabilizar um fundo público capaz de ampliar o gasto social e a participação do trabalho na distribuição da renda e riqueza do país.

Um projeto de desenvolvimento democrático e popular deve considerar o processo de incorporação das novas gerações. É preciso criar as condições para formar uma geração capaz de disputar e dar continuidade aos avanços políticos, sociais e econômicos que o Brasil necessita.

Esta é a maior geração de jovens da história, aproximadamente 50 milhões com 15 a 29 anos ou pouco mais de 25% da população do país. Tal bônus demográfico é um ativo importantíssimo no desenvolvimento das forças produtivas do país possibilitando, desde que bem aproveitado por uma ação planejada do Estado, um aumento da produção e da renda per capita, a elevação da capacidade de poupança e de investimento e uma otimização dos gastos sociais demandados pela população dependente.

Uma nova geração de políticas e direitos da juventude

A orientação geral do Governo Dilma em trabalhar a erradicação da pobreza extrema como meta fundamental de governo

demandará a implementação de políticas públicas de juventude abrangentes e em escala, que colaborem na superação do ciclo de reprodução da pobreza que atinge as novas gerações.

Nesta perspectiva, a ampliação da cobertura das políticas sociais deve compreender também uma nova geração de políticas públicas de juventude e a criação de novos direitos sociais. O recorte conceitual que deve organizar estas políticas é o da emancipação dos jovens, passando pela afirmação de novos direitos como o direito à experimentação, à autonomia, à participação, ao financiamento público do tempo livre, à redução obrigatória da jornada de trabalho durante os estudos, dentre outros.

Além disso, uma nova articulação entre o mundo do trabalho e a educação para os jovens também se faz necessária. Apontar uma inserção social e produtiva da juventude diferenciada da atual passa por enfrentar a situação do trabalho juvenil no país - precoce, precarizado, mal remunerado, com longas jornadas, incompatível com a continuidade dos estudos, etc.

O desafio passa a ser o de combinar a criação de postos de trabalho decente para a juventude com o financiamento de programas que integrem políticas de transferência de renda, elevação continuada e qualitativa da escolaridade, tempo livre, formação científica e tecnológica e mobilização em serviços comunitários.

De igual maneira, a política educacional deve dar um salto de qualidade. Além da ampliação do acesso à todas as modalidades de ensino e a erradicação do analfabetismo, será preciso empreender uma reestruturação profunda do Ensino Médio em sua articulação com os distintos campos do saber e iniciação científica, na integração com o ensino técnico e profissional e nos seus instrumentos de ensino-aprendizagem, gestão democrática e política pedagógica.

O PT e a juventude

Apesar de ter sempre contado com muitos jovens em suas fileiras, o PT nunca considerou o tema e a organização dos jovens como prioridade. Por vezes, inclusive, relegou a outros partidos da esquerda brasileira a referência do projeto democrático e popular na juventude.

Precisamos superar em nosso partido a visão instrumental que encara os jovens como “tarefeiros” ou apenas como quadros “inexperientes” a serem formados para o futuro. A compreensão do jovem como sujeito político do presente, capaz de participar da renovação do projeto político do partido, permanece como um grande desafio.

São por esses e outros motivos que o PT, mesmo com quase 30% da preferência do eleitorado nacional, tem perdido apoio nas novas gerações. Para grande parte dos jovens, o partido já é visto como igual aos demais partidos tradicionais. A crescente institucionalização, o refluxo do debate ideológico e a ausência de discurso e diálogo com os movimentos juvenis reforçam este estigma.

Na luta política dos próximos anos, a mera estratégia de comparar os governos petistas com os governos tucanos, apesar de importante, não será suficiente. Aos jovens será fundamental que os partidos apresentem uma agenda de conquistas e mudanças para o futuro, já que muitos pela idade não vivenciaram com tanta nitidez o contraste entre um e outro modo de governar.

Novos personagens entram em cena. E contrariando o senso comum conservador de que a juventude é apática e despolitizada, acompanhamos o surgimento cada vez maior de novas redes e formas de participação da juventude. No trabalho, nos estudos ou mesmo conectada ao mundo a partir da internet, percebemos na ação comunitária, nas redes sociais ou nas marchas e movimentos juvenis, uma atuação coletiva cada vez mais diversificada.

É central para a juventude do PT dialogar com essa nova geração de lutadoras e lutadores sociais.

Um novo patamar da Juventude do PT

Apontar caminhos que reforcem o caráter democrático e militante da Juventude do PT será fundamental no próximo período, em que a JPT coordenará a campanha municipal de juventude em 2012 e deve criar as condições políticas e organizativas para ampliar a sua presença nas lutas da juventude.

Alcançando mais de 1500 municípios em todos os estados do país, a mobilização do 2º Congresso da Juventude do PT indicou que há espaço para o enraizamento e municipalização de uma organização militante e de massas dos jovens petistas.

No entanto, os limites político-organizativos ainda presentes na JPT também ficaram evidentes durante o Congresso. Em muitos momentos, percebemos os mesmos vícios existentes em outras eleições internas ou congressos estudantis. É a partir desta crítica que rejeitamos a renovação conservadora que representaria a proposta de PED da juventude.

Apresentada de maneira tímida e sem enraizamento nos debates preparatórios do Congresso, o PED de Juventude é uma proposta que, acima de tudo, não supera os problemas do atual modelo. Ao contrário, acentua uma concepção de filiado-eleitor em detrimento de uma participação militante, que não colabora na politização da renovação das direções de juventude.

Do ponto de vista organizativo, a próxima gestão da juventude do PT terá grandes tarefas. A ação municipal deve ser uma das prioridades desta gestão que coordenará a juventude petista nas eleições municipais de 2012 e deve consolidar seu novo modelo organizativo desde a base.

Neste sentido, propomos a realização de um primeiro Encontro Nacional de Secretarias Municipais da Juventude do PT, no primeiro semestre de 2012, para planejar a intervenção da JPT nos próximos dois anos e convocar uma 2ª Caravana Nacional da JPT, a percorrer os estados de todo o país, debatendo o programa de juventude para as eleições.

Outra importante frente de atuação é a dos movimentos juvenis. A JPT deve construir um trabalho setorial nas mais diversas frentes de atuação e participação da juventude. Estes setoriais devem ser espaços mais livres e flexíveis de atuação dos jovens petistas, aglutinando simpatizantes e militantes do movimento juvenil, a exemplo da JN13, coletivos de jovens feministas, de diversidade sexual, redes sociais, meio ambiente, cultural, estudantil, entre outros.

A nova organização da JPT, apontada pelo 4º congresso do partido e fortalecida pelo congresso da juventude petista, deve ser tirada do papel pelos próprios jovens do PT. Tal autonomia não deve ser compreendida como independência ou separação do partido, mas como condição indispensável para a Juventude do Partido dos Trabalhadores dispor de sua própria organização e capacidade de incidir nas pautas e lutas da juventude brasileira.

Bruno Elias

é Coordenador de relações internacionais da JPT e candidato a secretário nacional da Juventude do PT pela tese “A Esperança é Vermelha”

(08/11/2011)

Não basta ser jovem

Entre os dias 12 e 15 de novembro, realizou-se em Brasília, o segundo Congresso da Juventude do PT. Um balanço detido do congresso merecerá mais detalhes, mas dos vários pontos possíveis de serem avaliados, um em particular nos interessa: teria este Congresso ampliado a capacidade da Juventude do PT disputar um programa socialista e se enraizar na realidade e nas lutas da juventude brasileira?

Afinal, já é senso comum reconhecer que “novos personagens entram em cena” no atual momento político do país. As políticas sociais e econômicas dos últimos anos promoveram grande mobilidade social, retirando milhões da pobreza e ampliando a classe trabalhadora.

Estes trabalhadores, jovens em sua maioria e mal denominados “nova classe média”, tiveram uma elevação de suas condições materiais que não foi acompanhada por uma correspondente elevação cultural ou de valores solidários, humanistas ou mesmo das posições políticas de esquerda e progressistas.

As eleições de 2010, por exemplo, foram marcadas por esse descompasso entre os grandes avanços dos últimos anos e o conservadorismo ainda enraizado em setores da população. Ampliar e polarizar essa disputa ideológica contra a direita será uma das principais tarefas dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais no próximo período.

É neste aspecto que as investidas de algumas denominações religiosas contra o Estado laico, a onda de ataques homofóbicos nas grandes cidades, a audiência de propostas como a pena de morte e a redução da maioridade penal, a criminalização do uso de drogas leves, entre outras ações, revela o conteúdo reacionário e conservador da ação da direita que devemos enfrentar.

Precisamos de mais partido e luta social

Esta disputa se acentuará entre as novas gerações. O atual momento político coincide com um quadro demográfico de expressiva presença de jovens no país, conformando um quarto da população brasileira. Para uma parte expressiva destes jovens, não há memória do período neoliberal e o modo petista de governar é assimilado como exemplo de política tradicional, parte do status quo e incapaz de apresentar grandes novidades.

Superar essa percepção exigirá que o PT incorpore o tema juventude na sua agenda política e amplie as iniciativas que reforcem o caráter democrático e militante do partido. Assim, a tarefa dos jovens petistas passa a ser maior do que tratar apenas dos temas “de juventude”. Uma das principais tarefas da Juventude Petista deve ser a de MUDAR O PT, retomando sua presença nas novas marchas, redes e lutas da juventude, a formação política, o debate ideológico e a ação cultural.

Diante de tais tarefas e depois do congresso, fica claro que a nova geração do PT ainda terá uma longa caminhada para se firmar coletivamente como capaz de reencantar para a política amplos setores da juventude brasileira.

O Congresso da Juventude do PT impulsionou uma forte mobilização da juventude do partido. Convocado em mais de 1500 municípios de todos os estados do país, mobilizou em três meses

quase 20 mil jovens na base do PT. Esta energia acumulada deve ser convertida em grandes atividades no próximo período, como o primeiro Encontro Nacional de Secretarias Municipais da Juventude do PT, a organização setorial, a campanha de filiação e Voto aos 16, a realização da segunda Caravana da JPT e a campanha municipal de 2012.

No entanto, o Congresso também foi pautado por visões distintas de como organizar a juventude do PT, ainda que parte dos desafios acima citados tenha sido reivindicada por grande parte das teses. Em muitos momentos, nosso Congresso combinou os mesmos vícios presentes em congressos estudantis e outras eleições partidárias. Práticas como a de artificialização de delegações municipais e estaduais e o controle centralizado da burocracia do Congresso nas mãos de apenas uma força política devem ser superadas.

Outra crítica recorrente é a de que precisamos também reformar nossos fóruns e espaços de debates. Quatro dias de mesas e uma programação vertical sem grupos de discussão entre jovens de todo o Brasil, além de um desperdício só reforça o afastamento da juventude com os espaços do PT. Aliás, reiteramos o discurso do presidente do partido, quando este disse que para atrair os jovens devemos enfrentar os burocratas. A JPT que queremos não é uma juventude institucionalizada e encastelada nos gabinetes.

Do ponto de vista da disputa do Congresso, o acordo eleitoral da chapa majoritária – Construindo um Novo Brasil e Democracia Socialista – também foi objeto de polêmica em plenário. Aqui não se trata de questionar a política de aliança de outras tendências internas do PT, mas a criação de uma secretaria-adjunta sem ter sido debatida ou proposta na comissão de sistematização serviu tão somente para acomodar o amigo do rei.

Nestes mesmos termos, ainda seria aprovada pela “nova maioria” uma emenda totalmente dispensável, incluindo o conceito

de revolução democrática na resolução política do congresso. Requentada nos últimos anos, a revolução democrática ora é apresentada como as realizações dos governos Lula e Dilma, ora como plataforma pós-neoliberal. Se nem no PT os moderados aprovam mais isso nas resoluções, sua inclusão no documento da JPT serviu apenas para o conhecido argumento do “eles toparam o nosso programa”.

Apesar disso, o balanço geral do Congresso da JPT é positivo. A juventude do PT demonstrou ser muito maior que sua maioria de ocasião e mesmo com todas as adversidades, a esquerda socialista do PT permanece viva e atuante.

Celebrada nos discursos e documentos do Congresso, a ideia de pacto ou transição geracional, em si, não quer dizer nada quando descolada do conteúdo da política. Não basta ser jovem. A atuação da JPT também deve estar a serviço de uma nova política.

Nossas lutas e sonhos são de todas as cores. Nossa esperança é vermelha.

Bruno Elias

é membro da Direção nacional da JPT

18/11/2011)

ANEXO A

TÔ VENDO UMA ESPERANÇA!

A juventude quer fazer a nossa estrela brilhar*

Somos jovens! E mesmo com tanta diversidade, temos um lado, tomamos partido, somos vermelhos, somos socialistas, somos aquela estrela que brilha forte, somos da classe que dá nome ao nosso partido: o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras!

Sempre estivemos presente na história dos lutadores e das lutadoras do povo. Participamos de revoluções e guerrilhas, já fomos queimados, enforcados, perseguidos, caçados, procurados, clandestinos, desaparecidos e torturados. Eles tentam nos calar, mas não conseguem. Somos como a mosca do baú do velho poeta: se me matam, vem outra em meu lugar. Eles pisam nas rosas, mas a primavera permanece chegando, ano após ano. Não fazemos nossa parte, somos parte.

A convocação do I Congresso da Juventude do PT é um marco histórico para que a juventude do PT tenha um salto de qualidade em sua organização e nas relações que deve estabelecer com a juventude brasileira e os movimentos juvenis.

Este momento na vida do Partido tem um significado importantíssimo e deve ser compreendido por toda a militância: trata-se de finalizar um capítulo da história do PT e iniciar um novo ciclo.

* Tese apresentada pela Juventude da AE ao I Congresso da JPT. Brasília, 22 a 25 de maio de 2008.

Investir maciçamente na juventude, além de ter enorme impacto político e social, possui também um significado organizativo: trata-se de combater o envelhecimento partidário e garantir a renovação de gerações, essencial para a sobrevivência do PT e de seu projeto político. Planejar estes momentos e conduzi-los a partir dos objetivos estratégicos nos trará a tranquilidade e a certeza de que o projeto partidário não se esgotará junto com uma geração.

Porém, apesar de também cumprir uma tarefa para o amanhã, a luta da juventude pelo socialismo também se constrói hoje, no cotidiano, a partir da participação política efetiva deste enorme contingente de indivíduos no combate a todas as formas de opressão.

Neste sentido, a construção da JPT poderá contribuir sobremaneira na superação dos problemas políticos e organizativos vividos pelo partido atualmente.

A organização da juventude petista possui também a dimensão de organizar e mobilizar os diferentes segmentos da juventude por reformas estruturantes, além de formular e implementar políticas públicas. Mas isso não basta! A juventude organizada também ganha sentido estratégico no acúmulo de forças, na conquista de hegemonia e no avanço sólido de médio e longo prazo do campo democrático e popular e da luta pelo socialismo.

INTRODUÇÃO

Esta tese ao I Congresso da JPT foi escrita por inúmeras mãos e pensada por ainda mais pessoas. Nela apresentamos reflexões, apontamentos, opiniões e leituras sobre diversos temas pertinentes à juventude, ao PT e à Juventude Petista. Revisitamos contribuições do passado, analisamos experiências de outros partidos de esquerda, movimentos sociais e demais organizações. Consultamos os principais referenciais teóricos e acadêmicos sobre o tema juventude.

Mais do que abordar as pautas do I Congresso, queremos contribuir para que o nosso partido formule e implemente uma política de juventude e retome discussões estratégicas para o momento de transição que está vivendo. Para isso, apresentamos anos de acúmulo no tema juventude produzido por companheiros e companheiras que ainda são e também pelos que já foram jovens.

O ano de 2007 reservou bons momentos para o PT, sobretudo pela realização de um III Congresso vitorioso, com ampla participação dos filiados e a aprovação de resoluções que buscam retomar o caráter militante do partido e a sua reafirmação como um partido socialista.

Uma das mais avançadas destas resoluções, talvez a que mais reaproxima o PT do seu caráter militante e socialista, é a resolução apresentada pela Secretaria Nacional de Juventude do PT (SNJPT), intitulada “O PT e a Juventude”. Esta resolução sintetiza o acúmulo político de diferentes gerações da JPT no que diz respeito à concepção de juventude. Além disso, a resolução é fruto de um amplo consenso gerado na juventude a partir do papel protagonista da SNJPT sobre a necessidade de “substituir o atual modelo de organização setorial por uma organização de Juventude Petista, que terá como função dialogar com os jovens petistas, filiados ou simpatizantes, tornando-se a expressão pública do PT junto à juventude.”

A convocação do I Congresso da Juventude do PT é um marco histórico para que a juventude do PT tenha um salto de qualidade em sua organização e nas relações que deve estabelecer com a juventude brasileira e os movimentos juvenis.

Este momento na vida do Partido tem um significado importantíssimo e deve ser compreendido por toda a militância: trata-se de finalizar um capítulo da história do PT e iniciar um novo ciclo.

Investir maciçamente na juventude, além de ter enorme impacto político e social, possui também um significado organizativo: trata-se de combater o envelhecimento partidário e garantir a renovação de gerações, essencial para a sobrevivência do PT e de seu projeto político.

A organização da juventude petista possui também a dimensão de organizar e mobilizar os diferentes segmentos da juventude por reformas estruturantes, além de formular e implementar políticas públicas. Mas isso não basta! A juventude organizada também ganha sentido estratégico no acúmulo de forças, na conquista de hegemonia e no avanço sólido de médio e longo prazo do campo democrático e popular e da luta pelo socialismo.

I CONGRESSO DA JUVENTUDE DO PT

No I Congresso da JPT teremos como pauta (1) “O Brasil que queremos para a juventude” e (2) “JPT: concepção e funcionamento”. A elaboração de um programa petista para a juventude norteará com maior precisão tanto a atuação de mandatos petistas na implementação de políticas públicas de juventude quanto os movimentos juvenis, que devem ter uma pauta mais ampla, estratégica e voltada para conquistas mais profundas. O novo modelo organizativo poderá representar o início da inserção do PT nos diversos movimentos juvenis e ao mesmo tempo consolidar o amplo apoio de simpatizantes que temos neste setor da sociedade.

O I Congresso da Juventude do PT deve ser um grande evento político cultural, que vá além do modelo de debate político tradicional. Precisamos trabalhar para que as potencialidades criativas jovens petistas, que são imensas e plurais, possam se expressar. Isso significa contribuir para a consolidação da identidade petista em torno do projeto político do PT, para a conformação de

uma cultura política socialista e para emergir novos referenciais e valores na juventude, a partir do fortalecimento de movimentos e manifestações político-culturais. Devemos garantir as várias expressões da juventude e ao mesmo tempo proporcionar um espaço de formação política de nossa militância. Isto deve ocorrer em todas as etapas e não só na nacional.

No que diz respeito ao novo modelo de organização este congresso deve ter um caráter claro de iniciar uma transição entre o atual modelo de setorial e um braço partidário de massas nos movimentos juvenis. Não conseguiremos superar, da noite para o dia, 28 anos de uma organização juvenil precária e nem elaborar uma proposta de programa completo para a juventude brasileira. É uma transição que só reunirá condições para ser completada na medida em que toda base partidária discutir este tema. No entanto, devemos evitar precipitações, cientes de que este será um processo de médio e longo prazo, devendo passar por mais de um congresso da juventude petista.

Mas os primeiros passos devem ser dados neste congresso. São eles: (1) incorporar a juventude como pauta permanente no PT; (2) aprovar as diretrizes da concepção e da estrutura organizativa da JPT; (3) acumular na discussão do programa para juventude brasileira e desencadear um processo de diálogo deste programa com toda sociedade e (4) eleger a nova direção, que terá quatro tarefas principais: consolidar o modelo aprovado por este congresso, organizar a JPT nas eleições municipais de 2008, continuar a formulação de um programa petista para juventude brasileira e realizar o II Congresso da JPT em 2009.

Esta última tarefa cumpre também o papel de adequar o calendário congressual aos anos não eleitorais e avançar na consolidação da nova organização, compreendendo-a como um projeto em constante construção e aprimoramento.

COMO ENTENDEMOS A JUVENTUDE

Para dar início à discussão sobre este tema precisamos nos perguntar qual é a importância de compreender a juventude, o que torna este tema relevante hoje e o que nos diferencia de outros contingentes populacionais. Para perguntas que podem parecer simples não encontraremos respostas fáceis, mas alguns apontamentos podem ajudar a compreender estas questões.

A primeira constatação fundamental é que na atualidade a juventude é vista como algo concreto, uma parcela populacional existente, um segmento específico. O que entendemos por juventude é resultado daquilo que as relações sociais estabelecem historicamente, o que nos permite concluir que as diferenciações existentes entre indivíduos jovens e adultos são construídas a partir da realidade concreta de cada sociedade. Assim, de acordo com cada contexto, pode-se considerar juventude um segmento definido pela faixa etária, por características biológicas, ritos de passagem socialmente definidos, condição de aspirante na população economicamente ativa, maternidade/paternidade, autonomia financeira em relação à família de origem ou quaisquer outras determinações que se possa imaginar (ou todas juntas e correlacionadas). Mas, afinal, porque buscar entendê-las? E o que há de especial na condição de ser jovem hoje e no Brasil?

Juventude tem sido um crescente alvo de debates em diversas esferas nacionais e internacionais: mídia, ações governamentais e não governamentais, partidos, movimentos sociais, academia, etc. Além disso, não só a amplitude de espaços aonde tem se debruçando atenção, mas também a importância que tem ganhado, fazem do tema uma pauta do dia. O Partido dos Trabalhadores não pode passar ao largo dessas discussões, pelo contrário, precisa ocupar a condição de protagonista. Afinal, são muitos os motivos que nos

levam a buscar compreender a juventude, suas características e distinções. Dentre eles destacamos dois que, por si só, justificariam a atenção redobrada de uma organização política:

- *Contingente populacional*: a população jovem brasileira (15 a 24 anos) é constituída por cerca de 34,18 milhões de indivíduos, correspondendo a aproximadamente 20,13% de uma população de 169,19 milhões segundo o último Censo (IBGE, 2002). Já na faixa de 15 a 29 anos totalizam 48 milhões, cerca de 28% da população brasileira (IBGE, 2000). O Brasil é o 5º país do mundo no volume de jovens na população (depois de China, Índia Indonésia e EUA), sendo responsável por cerca de 50% de jovens da América Latina e 80% do Cone Sul. Mais de 85% da juventude do mundo vive hoje nos países em desenvolvimento. A atual década foi considerada pela ONU como a década da população jovem mundial.

- *Exclusão social*: 11,7 milhões de jovens vivem em famílias que não têm condições para satisfazer suas necessidades básicas. (PNAD, 2003). Cerca de 1,3 milhão de jovens são analfabetos (PNAD, 2003). 77,4% dos jovens das classes D e E não sabem usar computador. Entre os jovens da classe A, essa taxa cai para apenas 12,5%. (UNESCO, 2004). Quase metade dos desempregados do país é jovem (IBGE, 2007). Em média, os trabalhadores jovens ganham menos da metade do que ganham os adultos. (PNAD, 2006). A taxa de homicídios entre os jovens é duas vezes e meia maior do que entre os outros segmentos etários. Enquanto o número de assassinatos se manteve estável no restante da população, entre a juventude esse índice cresceu 81,6% nos últimos 22 anos. (UNESCO, 2002).

O que é juventude?

Diferente do início da década passada o tema juventude assu-

me novos contornos neste início de século. Na época, havia pouca preocupação em se definir e precisar de quem se tratava a juventude, quem compunha esta categoria ou quem poderia ser considerado jovem ou não. Naquele momento a discussão sobre juventude apresentava certa obviedade, fundamentada em um senso comum a respeito do que nos caracteriza.

Atualmente, uma das principais buscas é a definição sobre o que é a juventude, quais os impactos que sofre especificamente, suas peculiaridades e necessidades específicas, assim como o que determina a entrada e a saída de um indivíduo na condição de jovem.

A juventude é hegemonicamente percebida através de diferentes estereótipos que dificultam ou mesmo impedem a sua participação política e nos espaços de decisão da nossa sociedade. De modo simplificado, eles podem ser apresentados como segue:

- *Juventude delinquente*, relacionada intrinsecamente à violência, gerando propostas para salvá-la da cooptação pelo crime organizado a partir da ocupação do tempo livre, como se quisesse impedir a expressão de um instinto violento inerente ao jovem;
- *Juventude em formação*, que a partir da ideia de que este é um período de preparação para assumir responsabilidades futuras, nega a possibilidade de participação e sociabilidade plena nos “assuntos de adultos”;
- *Juventude em decisão*, compreendida como momento de escolha sobre o futuro, o que seria viável se vivêssemos em uma sociedade de pleno emprego, em que todos tem oportunidades de escolha, o que difere da realidade concreta de desigualdade, desemprego estrutural e baixa perspectiva de planejamento e de futuro;
- *Juventude bagunça*, sendo inerentemente incapaz de se organizar individual e coletivamente, suas atividades, reuniões, espaços de convívio e atitudes seriam inevitavelmente acompanhadas

das pelo desrespeito a regras pré-estabelecidas de “convivência em sociedade” e pelos famigerados “desvios da juventude”;

- *Juventude rebelde*, transformadora e contestadora, que de um lado, atribui à condição juvenil tais características e, de outro, a ideia de que ao tornar-se adulta a pessoa tornaria-se responsável, séria, conseqüente e ponderada;

- *Juventude vanguarda*, em sentido diametralmente oposto à juventude delinqüente, deposita-se toda a esperança por um futuro melhor por ser inerentemente capaz de proceder a criação do novo, estando sempre à frente de seu tempo.

Muitas outras percepções que podem ser construídas, porém nenhuma delas é capaz de dar respostas ao que pretende analisar na juventude, pois são todas carregadas de conceitos pré-estabelecidos, características que não podemos conceber no diálogo que pretendemos fazer.

Juventude é um conceito que sofre intensa disputa política e ideológica na sociedade. A depender da concepção de juventude adotada, haverá diferentes abordagens sobre os jovens. Conseqüentemente, serão formuladas diferentes políticas públicas e concepções de organização juvenil.

No entanto, precisamos deixar claro que o objetivo da discussão não pode ser encontrar a essência da juventude ou a definição de um conceito único, estante, pois sempre haverá controversas e contradições, uma vez que ela é a construção de uma sociedade sempre em transformação.

Cabe destacar que não só o debate é permeado por disputas: a própria juventude é um alvo. A sociedade burguesa utiliza uma série de artifícios (escola, família, Estado, mídia, publicidade, produtos da indústria cultural, etc.) visando conquistar os jovens para a sustentação de seus valores de competitividade, individualismo, conformismo, consumismo, entre outros. Os jovens estão em dis-

puta e nós fazemos parte deste processo, que envolve um pesado arsenal político e ideológico. É nesta fase da vida onde se dá o pico do conflito entre o potencial criativo do ser humano e os bloqueios impostos pelo sistema capitalista.

Mesmo que boa parte das discussões sobre o tema apresente questionamentos sobre o que é a juventude, ainda é hegemônica a percepção desta categoria sob um senso comum: a de atribuir aos jovens características, adornos e estereótipos que não são nem constantes nem exclusivos da juventude tais como: irreverência, vontade, disposição, aptidão pela diversão, vigor físico, beleza, rebeldia, inquietude, impaciência, espontaneidade, inexperiência, irresponsabilidade, imaturidade. Em suma, a juventude como qualidade, que poderia ser apropriada por qualquer indivíduo que opte por assumir tal condição ou construí-la para si.

Ocorre que a condição juvenil não é determinada simplesmente por aspetos comportamentais, uma vez que depende de construção social que se estabelece em razão de contextos históricos e materiais. Sendo assim, ela se fundamenta, na verdade, em componentes sociais, culturais e geracionais que designam aos jovens a ocupação de um espaço específico na sociedade e na família, dotados de demandas e necessidades específicas.

Por estas razões rejeitamos veementemente a percepção da juventude como um “estado de espírito”. Adotar tal concepção significa, na prática, desconsiderá-la como um contingente populacional específico, uma categoria social peculiar, acarretando na inviabilidade de adoção de políticas públicas setoriais.

Devemos compreender os jovens como atores sociais que influenciam e são influenciados pelo meio social no qual se inserem. Logo, é preciso observar a juventude principalmente a partir do contexto histórico, das relações sociais e de *poder* da sociedade capitalista em que está imersa. A relação entre gerações ou entre

jovens e adultos também se constrói por relações de *hierarquia*, que muitas vezes se configura como uma opressão geracional.

A família tradicional burguesa como célula da sociedade moderna, ao apontar o homem como líder (ou dono) do coletivo familiar, detentor da propriedade privada e, portanto, do poder econômico, coloca os filhos, assim como a mulher, em posição alijada do poder político decisório da organização material da vida familiar. A palavra final (ou a única) é do patriarca. Sendo assim, como os jovens não são compreendidos como aptos ou predestinados a participar das questões relevantes no ambiente privado, o mesmo se estabelece no ambiente público extrafamiliar. Como consequência, criam-se estereótipos que classificam a juventude a partir de seu comportamento, que, não por acaso, passa a ser socialmente construído e observado exatamente por esta posição em que a juventude é obrigada a ocupar.

Lembramos que esta origem da opressão geracional – baseada na família orientada pela monogamia (supostamente para todos, mas na prática somente para as mulheres) que determinou a linha paterna de hereditariedade, pela divisão sexual do trabalho a partir da propriedade privada e pela consolidação do que veio a ser o papel, a postura e o comportamento padronizado de homens e mulheres – é a mesma que determinou a heteronormatividade e o machismo de nossa sociedade capitalista burguesa contemporânea.

Reiteramos ainda que essa mesma sociedade sustentada pela família tradicional burguesa é também a responsável pela visão eurocêntrica que escravizou negros e indígenas para promover o acúmulo de capital.

Sendo assim, precisamos ir além das análises que estipulam quando se começa a ser jovem – deixando para trás a infância – e o que determina a saída da condição juvenil para assumir a condição adulta (independência da família de origem, autonomia fi-

nanceira, capacidade de produzir, reproduzir-se e manter dependentes, participação plena na vida social com todos os direitos e responsabilidades, etc.). Por mais que ajudem a nossa compreensão deste fenômeno juventude, elas são insuficientes para a complexidade de atributos e variáveis que incidem sobre a “questão da juventude” e não constituem o centro da discussão a respeito do papel que a juventude tem na construção e implementação de um projeto político, o que interessa diretamente ao PT.

Condição e situação juvenil

A condição juvenil foi equivocadamente padronizada como um tempo a mais necessário para a preparação de jovens à complexidade das relações sociais e de produção trazidas pela modernização das relações de produção (industrialização), que era feita por instituições especializadas (escola). A suspensão do mundo produtivo e a possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos foram estabelecidos como elementos centrais da condição juvenil, diferenciando-se de outros existentes anteriormente.

Este conceito imprimiu o conteúdo da noção moderna de juventude, funcionando até hoje como padrão hegemônico ideal de como “viver a juventude”. Porém, esbarramos nas relações de poder instituídas na sociedade: somente as classes médias e altas reuniam condições para manter seus filhos em tal situação, enquanto os filhos de camponeses, operários e artesãos, que estavam regularmente ocupados em diferentes ambientes produtivos desde a infância estariam, portanto, impossibilitados de viver a condição juvenil.

Para refutar tanto este padrão quanto a tese de que a existência de uma condição juvenil universal esconderia uma inserção diferenciada desta categoria etária na estrutura social, sendo des-

tituída de um recorte de classes, buscou-se distinguir *condição* e *situação* juvenil, sendo a última referente ao modo como cada indivíduo ou grupo de diferentes realidades sociais (desigualdades de classe, renda familiar, região do país, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, de etnia, gênero etc.) vivem a condição juvenil, resultando em chances distintas de desenvolvimento e inserção. Portanto, os jovens podem ser patrões ou empregados; latifundiários ou sem-terra; intelectuais ou analfabetos; homens ou mulheres; negros, pardos, brancos, indígenas e orientais; hetero, homo, bi ou transexuais; etc. *Todos os jovens – cada um à sua maneira – vivem a juventude.*

AJPT COMO FERRAMENTA PARA O SOCIALISMO

Nossa geração vive um período em que o capitalismo – na sua expressão contemporânea, o neoliberalismo – exerce uma dominação como nunca antes na história.

A juventude é, em sua grande maioria, uma das principais prejudicadas pelo modelo capitalista de desenvolvimento monopolista, latifundiário, dependente, antidemocrático, excludente e predatório em que vivemos. Os anos neoliberais foram cruéis com os jovens. O resultado foi o agravamento da falta de educação, saúde, emprego, acesso à cultura, ao lazer e ao esporte, entre outros. Os índices de inúmeras pesquisas sobre a realidade da juventude são alarmantes, evidenciando uma situação de um amplo contingente de jovens em grave situação de exclusão social.

Além disso, há um problema adicional. Não são poucos/as jovens que se encontram em situação de exclusão e vulnerabilidade. O contingente populacional da juventude é o maior de todos os tempos, sendo que a maioria esmagadora vive nos países periféricos, cuja realidade preocupante conhecemos bem de perto.

Esta realidade, somada a outras evidências, demonstram sinais de esgotamento do modelo neoliberal e, portanto, do próprio capitalismo. Acompanhamos a crise econômica da maior potência imperialista, os Estados Unidos da América, e a emergência de outras economias.

Ao mesmo tempo, o crescimento e desenvolvimento propagandeados pelo neoliberalismo e pelos seus representantes na América Latina se converteram, na verdade, no crescimento desregrado do desemprego e da informalidade e na precarização dos serviços essenciais do Estado como saúde e educação. Em resposta a tudo isso, o povo latino-americano resolve rejeitar nas urnas o modelo neoliberal em diversos países. Um espectro ronda a região. Passamos a observar uma série de experiências de governos progressistas e o fortalecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora em diversos países latino-americanos, o que tem servido para recolocar o socialismo em discussão na geopolítica mundial.

Nossa defesa do socialismo baseia-se, exatamente, na crítica ao capitalismo, aos seus efeitos destruidores sobre a natureza e sobre a humanidade. A destruição ambiental, a barbárie social, as guerras, a incompatibilidade cada vez maior entre o capitalismo e as liberdades democráticas são alguns dos motivos que tornam urgente a luta e a construção do socialismo como alternativa tanto aos grandes problemas da humanidade, quanto aos grandes dilemas do Brasil.

Num mundo organizado pela busca do lucro e dominado por meia dúzia de nações e algumas centenas de empresas, é imprescindível reafirmar a necessidade da socialização do poder político e da propriedade dos grandes meios de produção, cabendo distinguir “socialização” de “estatização”.

Temos um profundo compromisso com a democracia, mas sempre afirmamos: só haverá real democracia no socialismo; e não ha-

verá socialismo sem democracia – sempre lembrando que enquanto a sociedade estiver dividida em classes sociais, mesmo a mais ampla democracia não será universal, ainda não será para todos.

Atualmente, a maioria dos que compõem o campo de esquerda abandonou os pressupostos teóricos, estratégicos e práticos do socialismo e passou a considerá-lo um conjunto de valores e não mais um sistema político, econômico, social e cultural que alteraria as relações de produção, ou seja, as bases materiais de uma nova sociedade. Prevaleceu o rebaixamento programático e de horizontes estratégicos, em que, uma vez considerando o capitalismo insuperável, sua administração na tentativa de torná-lo mais “humano” ditou o ritmo, a intensidade e a direção da atuação de um contingente significativo de atores sociais que antes afirmavam o socialismo como uma alternativa concreta aos problemas concretos da humanidade.

Esta situação, que foi acompanhada e, em certa medida, determinada pelo avanço ideológico e material do neoliberalismo – o que gerou um intenso ataque às referências de esquerda que vinham sendo construídas e uma deterioração de bases sociais de organizações populares que tradicionalmente organizavam e mobilizavam a classe trabalhadora – também repercutiu, como vimos, no Partido dos Trabalhadores.

Desafios para o próximo período

Temos uma certeza: para acabar com séculos de exploração serão necessários outros tantos de luta pela superação da opressão entre os seres humanos e só uma consistente transição entre gerações será capaz de levar adiante a luta pelo socialismo.

Esta é, dentre muitas outras, uma importante função de uma organização partidária juvenil. As constantes transições geracionais

são acompanhadas, com maior ou menor intensidade, por transições políticas, onde o contexto e o período históricos e as experiências vividas e adquiridas incidirão sobre os rumos do projeto político que se pretende construir. Isso ocorreu com a geração que fundou o PT e está acontecendo atualmente com a geração que dará continuidade ao projeto petista.

Planejar estes momentos e conduzi-los a partir dos objetivos estratégicos nos trará a tranquilidade e a certeza de que o projeto partidário não se esgotará junto com uma geração.

Porém, apesar de também cumprir uma tarefa para o amanhã, a luta da juventude pelo socialismo também se constrói hoje, no cotidiano, a partir da participação política efetiva deste enorme contingente de indivíduos no combate a todas as formas de opressão.

Neste sentido, a construção da JPT poderá contribuir sobremaneira na superação dos problemas políticos e organizativos vividos pelo partido atualmente. Nosso desafio, portanto, é fazer com que a juventude incida sobre a construção de um partido socialista de massas que tenha na prática política e na organização militantes seu principal alicerce para resistir ao período de descenso das lutas sociais e para abrir uma nova fase na história do PT. Nela, o fortalecimento dos laços com a classe trabalhadora, a sua organização e a presença na luta dos explorados e oprimidos devem ser prioridade, e a Juventude Petista deve ser um dos principais expoentes dessa política.

Segundo a resolução do III Congresso do PT, “a juventude pode cumprir um papel estratégico no partido no sentido de superar as velhas práticas e formar uma nova geração de dirigentes comprometidos com a reconstrução do PT como um partido socialista, democrático, militante, dirigente e de massas”.

O BRASIL QUE QUEREMOS PARA A JUVENTUDE É SOCIALISTA

Neste cenário de luta política de construção do pós-neoliberalismo, sem dúvida um programa para a juventude é um dos grandes desafios. A população jovem nunca foi tão grande na América Latina e no Brasil. Os anos neoliberais foram cruéis com os jovens. O resultado foi o agravamento da falta de educação, saúde, emprego, acesso à cultura, ao lazer e ao esporte entre outros.

O programa do PT enfrenta a desigualdade, a democracia restrita e a dependência externa existentes no Brasil, a partir de uma perspectiva socialista, que incorpora as questões da juventude, raciais e étnicas, feministas e de livre orientação sexual, do meio ambiente, dos negros, dos indígenas, entre outras. É um programa de longo prazo, mais amplo do que um programa eleitoral, setorial ou de uma gestão. Muito além de “destravar o crescimento”, propõe abrir um novo ciclo histórico, que deixe para trás as décadas perdidas, o neoliberalismo e o desenvolvimentismo conservador.

Para realizar este programa o PT terá que construir uma estratégia de novo tipo, que articule ação de governo, mobilização social, organização partidária e luta político-ideológica.

Ao PT interessa um governo progressista, capaz de recuperar a soberania nacional, ampliar a democracia e fortalecer o Estado. Mas seria um erro ficarmos restritos a estes objetivos. É necessário reorientar a estratégia do Partido em torno de uma nova perspectiva: forjar um governo democrático-popular, capaz de combater a ditadura do capital financeiro e realizar reformas estruturais que combinem desenvolvimento econômico com transferência de riqueza, renda e poder para os trabalhadores e os setores médios.

Isto dependerá em grande medida da organização e mobilização das classes trabalhadoras. Um dos nossos maiores desafios re-

side, exatamente, em ampliar e qualificar a influência dos partidos, sindicatos, das entidades estudantis, dos movimentos urbanos e de trabalhadores rurais, das organizações de mulheres e negros, bem como de todas as demais formas de organização popular.

É nosso desafio, ainda, consolidar, em amplos setores da sociedade, uma visão de mundo democrático-popular e socialista, articulada com um internacionalismo ativo no apoio à luta dos trabalhadores e povos oprimidos, em especial da América Latina.

Trata-se, também, de alterar o modelo de desenvolvimento vigente há décadas no país (orientado ao lucro, externamente dependente, pró-monopolista e latifundiário, antidemocrático), construindo no seu lugar um novo padrão, em que o crescimento econômico se articule com democracia, superação da dependência e da desigualdade.

Precisamos lutar pela democratização profunda de nossas sociedades; ampliar o alcance e a qualidade das políticas sociais públicas, inclusive criando novos direitos sociais; realizar reformas estruturais, que alterem a matriz social e econômica de nossas sociedades; criar um modelo econômico alternativo, que combine capacidade de crescimento, inovação, geração de emprego e renda, redistribuição de renda e riqueza; combinar a soberania nacional com a cooperação entre os distintos povos e países que abracem nosso projeto de integração continental; enfrentar a imensa desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito e discriminação; e deter o processo de destruição do meio-ambiente, a começar pelos recursos não-renováveis.

A necessidade de implementar Políticas Públicas de Juventude (PPJ), cuja responsabilidade é do Estado, deve se fundamentar na ideia de que os *jovens são “sujeitos de direitos”* e com *necessidades específicas e singulares, portadores de rica diversidade*, com diferenças de identidade, organização e expressão (cultural, política, etc.).

As PPJ têm um papel fundamental no reconhecimento dessas peculiaridades e como ação afirmativa para que não só o poder público, mas toda a sociedade passe a reconhecer este segmento – que além de carente de políticas direcionadas que respeitem sua condição específica, sofre agudamente os problemas do modelo neoliberal e os reflexos das enormes desigualdades hoje existentes.

É necessário criar oportunidades para que a juventude desenvolva plenamente seu potencial. Esta foi a ideia fundamental que fez mudar a ótica das políticas públicas no Brasil e no mundo, resultando em um importante salto de qualidade no enfoque dado a elas. Porém, ainda podemos (e devemos) avançar.

Ao reconhecer que *todos os jovens vivem a juventude* estamos partindo para outro patamar a respeito do papel que as políticas públicas devem assumir: *possibilitar que esta vivência seja atribuída de um intenso processo de desenvolvimento (individual e socialmente) integral dos jovens a partir de seus interesses, potencialidades, desejos e direitos, respeitando e valorizando suas diferenças ao mesmo tempo em que se combate às desigualdades.*

Para implementar e fiscalizar as ações para o setor é fundamental uma radicalização na democracia a partir do controle social, com a participação ativa dos jovens e dos movimentos juvenis organizados para além dos Conselhos e Conferências de Juventude, o que não depende só do governo, mas principalmente da pressão social organizada da juventude.

No entanto, caso a tentativa de transformar a realidade dos jovens brasileiros for restrita à adoção de políticas públicas setoriais ou até mesmo universais o fracasso é previsível. Afinal, se a situação atual da juventude não é resultado apenas da carência de políticas públicas – mas sim de uma intensa desestruturação generalizada de diversas áreas (educação, saúde, trabalho, segurança, economia, etc.) devido, entre outros, ao avanço do neoliberalismo – elas não serão suficientes para alterar o quadro.

O desemprego estrutural, as péssimas condições de trabalho e remuneração, os altos índices de violência, a falta de qualidade na assistência à saúde, a concentração fundiária, a monopolização dos meios de comunicação, a baixa qualidade da infraestrutura logística, a financeirização da economia são questões nacionais que interferem de maneira direta na situação de diversos jovens brasileiros só serão superadas com medidas estruturantes. Por esta razão não podemos conceber as PPJ desarticuladas das necessárias reformas estruturais do Estado nacional.

A estratégia democrático-popular formulada pelo PT no 5º (1987) e no 6º Encontro (1989) afirmava que *a luta por nosso objetivo estratégico, o socialismo, exige construir e conquistar o poder político; construir o poder exige acumular forças, através da construção do Partido, organização dos movimentos sociais, ocupação de espaços institucionais, realização de alianças e formação de uma cultura socialista de massas.*

Neste sentido, *a luta tática pelas PPJ é constituinte da estratégia e do programa democrático-popular na medida em que faz parte da construção da igualdade social e das melhorias que almejamos conquistar para as classes trabalhadoras.*

UM PROGRAMA PETISTA PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA

Trabalho e renda

O desemprego estrutural afetou a juventude de forma direta. Como consequência, temos não só a instabilidade profissional, falta de vagas e a massificação do exército de mão de obra reserva, mas também a precarização do trabalho (postos temporários e informais) e os baixos salários.

A juventude deve ter o direito de estudar, sem ser obrigada a ser explorada no mercado de trabalho até concluir uma formação profissional. Devemos combater todas as formas de precarização do trabalho. Pela redução da jornada de trabalho sem a redução do salário.

Porém, como é sabido, o desemprego é um problema estrutural de toda a sociedade e causa importante das precárias condições socioeconômicas de parcela significativa da população. Esta condição afeta a juventude também de maneira indireta. Enfrentar os problemas relacionados a emprego, trabalho e renda na juventude significa aplicar, além de uma política pública de juventude, uma política estruturante de combate ao desemprego e das desigualdades sociais.

Educação democrática e popular

A educação foi um dos principais alvos do neoliberalismo no Brasil. A não responsabilização do Estado com as políticas públicas de educação agravou o quadro educacional do país ao longo dos anos 90 e início do novo século.

Cada vez mais se faz necessária a luta cotidiana por educação pública, gratuita, de acesso universal, laica, que forme os jovens para o pleno desenvolvimento intelectual e cultural, não como mera qualificação de mão de obra. Mas para além de garantir o acesso pleno e universal à escola e à universidade, as próprias instituições de ensino necessitam de profundas reformulações. É latente e notória a grande rejeição de jovens à escola. É necessária uma profunda revolução pedagógica para aproximar a escola do universo do jovem e promover uma formação libertadora, aliada a um significativo aumento de investimentos;

Direito à cidade

A organização e a gestão das cidades devem possibilitar os direitos juvenis à cultura, ao lazer, à educação, ao trabalho e outros bens sociais. Para parcela expressiva da população juvenil tempo livre não é sinônimo de realização de atividades de cultura ou lazer, mas sim a desocupação. Falar em direito cultural implica criar condições de produção cultural, compreendida como acesso a produtos, informações, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva.

Deve ser garantida ao jovem a possibilidade de se apropriar do espaço da cidade para a vivência elementar e aproveitamento de seu tempo livre. A partir de trocas, aprendizados e expressões, o objetivo é a integração e a socialização e a diminuição dos processos marginalizadores.

É necessário universalizar o acesso à cultura, aos bens culturais, com a constituição de espaços públicos de lazer e cultura, além de apoiar o esporte amador, a criação e a manutenção de centros esportivos e a prática esportiva nas instituições de ensino. Uma política de mobilidade na cidade e acesso à moradia de qualidade são eixos fundamentais. Pelo passe-livre nos transportes públicos a todos os estudantes do ensino básico e superior.

Vida segura e direito à segurança

A garantia de igualdade dos direitos independentemente de credo, raça, gênero, orientação sexual e idade está longe de ser implementada. Neste quadro, a diversidade, ao invés de riqueza, passa a ser desigualdade que gera preconceito e violência.

As estatísticas comprovam que, na maioria dos casos, as mortes na juventude são consequência de causas externas. 40% dos

jovens que morrem são vítimas de homicídio. No restante da população, essa taxa cai para 5% (Ministério da Saúde, 2003). Entre os jovens homens negros moradores das periferias dos grandes centros urbanos a situação é ainda mais preocupante, nos permitindo afirmar que atualmente vivenciamos um verdadeiro extermínio da juventude negra das periferias.

Para enfrentar o problema são necessárias políticas públicas específicas direcionadas aos jovens em conflito com a lei ao mesmo tempo em que adotam medidas estruturais para que garantam a plenitude de direitos dos jovens.

Boa parte dos problemas relacionados à violência está relacionada ao narcotráfico. *Portanto, para que seja tratada de forma séria, a questão do narcotráfico e da drogadição, assim como sua relação com a violência, deve ser feito abertamente, sem moralismos ou hipocrisias.* A maneira como a grande mídia e a maioria dos governos trata o tema é parcial, equivocada e esconde interesses escusos. O ser humano se utiliza hoje e sempre se utilizou desse tipo de substância para obter estados alterados de consciência, pelo simples prazer e/ou pelo uso religioso.

Defender a extensão da norma legal à produção e à comercialização das drogas não significa fazer apologia de sua utilização. Ao contrário, defender a legalização faz parte do combate à alienação das drogas, legais ou ilegais. Esta política busca destruir a base material das quadrilhas que realizam o tráfico, permitindo uma ação de saúde pública e de educação muito mais eficaz. Enquanto perdurarem as políticas proibicionistas, o tráfico, a criminalização e a repressão continuarão fazendo suas vítimas, que em sua maioria tem idade, raça, gênero e condição social definidas: os jovens negros das periferias urbanas. Deve-se regulamentar a comercialização e a produção por uma questão de segurança e saúde públicas;

Juventude e saúde

Temas como o uso de drogas, as DSTs e a AIDS, a gravidez indesejada, os acidentes de trânsito e a violência são recorrentes quando se trata de debater a saúde na juventude.

Deve-se garantir assistência social, psicológica e médica gratuita aos dependentes químicos como uma questão de saúde pública. As práticas de educação popular em saúde, assim como as unidades básicas devem ter enfoques específicos para lidar com as necessidades próprias da juventude. Lidar com a saúde entre os jovens não se trata de uma questão meramente biológica ou psicológica. Sobretudo, não pode se confundir a promoção de saúde com a prevenção, à qual em geral se relaciona equivocadamente com supostos comportamentos de risco que devem ser combatidos na perspectiva de controle ou vigília da juventude.

Mídia e meios de comunicação

O acesso e a possibilidade de produzir informação se constitui em direito humano, e, portanto, é inalienável a qualquer indivíduo. Para se alcançar um quadro em que o acesso às mídias e aos meios de comunicação seja democrático, pleno e universal o combate aos monopólios é uma premissa. Sendo assim, articulada com a implementação de legislação restritiva aos aparatos privados, a promoção da inclusão digital, priorização do movimento de rádios comunitárias, criando uma rede alternativa de comunicação e a participação popular na programação dos equipamentos públicos de comunicação social são dimensões fundamentais para que os jovens tenham seus direitos garantidos;

Meio ambiente e desenvolvimento sustentado

Os jovens têm um potencial de luta específico neste tema: 57% gostaria de fazer parte de um grupo de defesa do meio ambiente (Instituto Cidadania, 2003). A discussão sobre o aquecimento global tem tomado a agenda política em nível mundial. A luta deve ser no mesmo nível, mas com a nossa cara: mostrando que capitalismo e destruição da vida são sinônimos. Políticas públicas que envolvam os jovens na proteção e educação ambiental podem ajudar na promoção de consciência coletiva e mobilização voltada para a superação do modelo capitalista de desenvolvimento;

Reforma agrária e juventude rural

O modelo agrário e agrícola voltado para o agronegócio e a grande produção gera grandes dificuldades de produção, renda e condições de vida às populações baseadas na pequena produção familiar, aos trabalhadores rurais e às comunidades ribeirinhas. Portanto, os jovens do meio rural estão sendo constantemente bombardeados pelo dilema entre ficar e sair do de seus espaços de convivência em direção ao meio urbano.

Deve-se desapropriar os grandes latifúndios, combater o agonegócio e promover uma política agrícola que garanta a sobrevivência e o desenvolvimento da agricultura familiar, dando condições para que os jovens possam, se quiserem, ter condições de permanecer no campo, sem serem expulsos para as periferias dos centros urbanos;

Combate ao machismo e direitos da mulher

Uma das primeiras opressões que a história da humanidade

registra é do homem sobre a mulher. Ela acompanha o desenvolvimento da humanidade desde o momento em que a divisão social do trabalho foi absorvida pela lógica da propriedade privada. O resultado, além da maior precarização da mulher no mundo do trabalho (menores salários, maior desemprego e informalidade), é um constante estigma e estereótipo discriminatório da mulher tanto em espaços públicos quanto privados. Para as jovens o quadro se agrava, o machismo é somado à opressão geracional. Faz-se necessário incorporar as bandeiras de lutas do movimento de mulheres na participação política da juventude, assim como articular as políticas públicas de juventude às iniciativas de igualdade de gênero.

Neste sentido nosso compromisso de luta deve ser a garantia de um Estado laico, a autodeterminação pessoal e econômica das mulheres, o fim da violência sexista, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e o combate a todas as formas de discriminação.

Combate ao racismo e políticas de igualdade racial

A população negra continua sendo a maior vítima da opressão social e racial no Brasil. Ela é mais pobre do que a branca, morre mais cedo, tem a escolaridade mais baixa e menor acesso à saúde. A realidade é que a discriminação racial, a desigualdade socioeconômica e a falta de acesso ao lazer, à educação, ao trabalho digno, entre outros aspectos, são uma constante na vida da maioria dos jovens negros. Qualquer luta por uma sociedade socialista incorpora a especificidade da questão racial, com a necessidade de ações próprias para a população negra, e combatam frontalmente o preconceito racial.

Cidadania GLBT e combate à homofobia

A homofobia é o ódio, o preconceito, o medo, o rechaço, a todas as pessoas que não se enquadram no padrão masculino dominante de gênero, como os GLBTs. Por isso é importante reconhecer a autonomia dos jovens e seu direito de ser quem querem ser. Ser homossexual (gay ou lésbica), bissexual, travesti ou transexual não é doença, não é ilegal, não é desvio, nem é opção. É uma orientação como é a heterossexualidade, ou seja, mais uma forma de viver e expressar seu amor. Apoio aos projetos de parceria civil entre homossexuais e ao PLC 122/06 que criminaliza a homofobia, às campanhas de combate à homofobia e a todas as iniciativas legislativas de valorização de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

JPT: CONCEPÇÃO E FUNCIONAMENTO

Uma juventude petista militante e de massas

É preciso garantir que nossa concepção de organização partidária juvenil seja inteiramente influenciada pela nossa compreensão a respeito dos jovens. Em outras palavras, para criarmos *um novo modelo de organização de juventude para o PT* precisamos resolver um problema anterior: a visão do PT sobre a juventude.

Superar, no nosso partido e na sociedade, a concepção naturalizada de juventude como um setor imaturo e inexperiente – e que, portanto, precisa ser preparado para o depois (afinal, para agora não tem jeito) e ter o acompanhamento (intervenção) dos “experientes” – é um pré-requisito para que as potencialidades dos jovens possam se manifestar em sua plenitude.

Muitas vezes as formas de organizações juvenis são reprimi-

das por adultos que apontam desvios de disciplina ou de conduta na juventude. Muitos destes casos são carentes da compreensão de que a juventude existe enquanto categoria social com demandas e formas de se organizar que não necessariamente são as mesmas dos adultos, o que não a torna menos importante ou menos eficaz na luta política.

Nestes espaços, a lógica da socialização do jovem é avançar de uma condição anterior de maior subordinação para outra hierarquicamente superior e dotada de mais autonomia e poder. Somente sob esta nova condição o indivíduo seria capaz de tomar decisões importantes, sendo inserido em um espaço que antes era impedido de estar.

Organizações políticas que utilizam este viés de participação juvenil cometem três equívocos que o PT deve evitar.

O primeiro deles é corroborar com a ideia de que indivíduos jovens só podem participar de espaços hierárquicos de maior poder a partir do momento que abnegam o que supostamente os mantém em sua condição juvenil, ou seja, seu comportamento.

O segundo erro, decorrente do primeiro, é afirmar indiretamente que a socialização do jovem para a superação da condição subordinada só é possível se realizada individualmente, o que por outro lado, significa afirmar que coletivamente a juventude está irremediavelmente fadada a permanecer em situação inferior de hierarquia.

Por fim, o terceiro e mais grave erro é a organização política assumir para si as relações de poder e hierarquia vigentes na sociedade capitalista, burguesa, patriarcal, machista, heteronormativa e eurocêntrica ao invés de criar formas próprias de socialização e relação política.

Se o PT não compreender tais relações às quais a juventude está submetida teremos sérios problemas: vamos nos impor um limite político-organizativo e ferir nossa prática libertária e

emancipatória histórica de superação da opressão entre seres humanos. Mas nunca os oprimidos deixam essa condição pela boa vontade de seus opressores, mas sim pela sua auto-organização!

O acúmulo histórico que a juventude do PT tem desde a fundação do Partido, demonstrado pelas resoluções dos encontros e congressos e a própria tese da juventude ao II Congresso do PT, apontam nitidamente a visão do jovem como sujeito político com capacidade de intervenção no partido e na sociedade que deve ser dotado de *autonomia*.

Porém, ao mesmo tempo em que devemos lutar para romper com as opressões geracionais que vigoram na sociedade devemos rejeitar o corporativismo – que aqui podemos denominar de “juventudismo” – muito presente em redes jovens e organizações juvenis que se pautam pela mera ocupação de espaços políticos pela juventude, confundindo esta disputa de espaço com a conquista de autonomia e com o protagonismo da juventude.

Um novo modelo de organização para a Juventude Petista

Muitos setores organizados sempre tiveram, como os jovens, uma relação próxima com o PT. Esse apoio era espontâneo, a vida partidária se misturava com a vida dos movimentos sociais e vivíamos um período de ascensão das lutas sociais. Ocorriam processos e mecanismos que contribuíram tanto para aglutinar os petistas quanto para ampliar a base de apoio do PT aos não filiados, o que nos garantiu uma relação mais direta com o conjunto da classe trabalhadora.

Porém, o avanço do neoliberalismo, o refluxo dos movimentos sociais, a crise do socialismo e a prioridade dada à institucionalidade resultaram no afastamento paulatino do PT e a fragmentação dos petistas movimentos. *Nos últimos anos a relação partido-movimento foi*

resumida a secretarias setoriais sem estrutura para trabalhar e reflete um modelo de organização e uma lógica partidária que favorecem as eleições.

Acreditamos que a relação partido-movimento deve ser uma via de mão dupla, resguardando a autonomia de ambos. Mas a concepção de autonomia foi deturpada durante muito tempo e usada para justificar o distanciamento do PT com o movimento social. A falta de estruturas partidárias que aglutinem os petistas fez o PT se caracterizar muito mais como uma frente do que um partido, afinal, determinados grupos ou mandatos colocam seus interesses próprios antes do partido, utilizando da “democracia interna”, “pluralidade” e “autonomia dos movimentos sociais” como mera retórica para se resguardar.

Acreditamos ser necessária uma política do partido para o movimento social e uma organização juvenil militante de massas com estrutura para disputar a sociedade. O trabalho de juventude deve ser priorizado pelo partido.

A juventude petista deve ser capaz de organizar a base social petista entre os jovens (o que é muito maior que os jovens filiados), influenciar nas decisões do partido e contribuir com sua vida partidária. Ao mesmo tempo, deve compreender e viver a realidade da juventude atual, ser capaz de dialogar com as diversas manifestações juvenis e contribuir com a organização e a formação política.

Existem várias juventudes de massas nos partidos políticos de esquerda pelo mundo. A rigor, na maior parte dos casos, os partidos de esquerda mantêm organizações juvenis com capacidade política e financeira de realizar o diálogo com os jovens, priorizando a atuação para fora do partido, ou seja, disputando as posições do partido entre esta parcela da sociedade. E mesmo dentro destas organizações internacionais existem vários modelos em cada país.

As experiências que mais nos identificamos são aquelas que colocam os jovens como sujeitos políticos do partido e que possuem capacidade de

intervenção na sociedade. Essa visão vai contra aquelas organizações que vêem os jovens como tarefeiros, agitadores ou simplesmente inexperientes para assumirem papel de direção ou de decisão.

Mas para que esta intervenção não se caracterize como uma mera correia de transmissão do PT na juventude, a JPT precisa ser dotada de autonomia política e organizativa.

Por considerar que a juventude é uma fase da vida dotada de necessidades específicas uma organização orientada por estes indivíduos precisa de dinâmicas e formas de diálogo próprias. Isto permitirá uma aproximação muito mais efetiva da JPT com a juventude brasileira de forma organizada, e conseqüentemente, destes jovens com o próprio PT, seu projeto e sua ideologia.

Muitos questionam ou simplesmente rejeitam a autonomia da JPT. Porém, parte significativa o faz muito mais por não confiar na atuação dos petistas jovens – acreditando na possibilidade de criar um instrumento que pode se descaracterizar do PT, sofrer um afastamento da relação com as direções e com o conjunto do partido ou se transformar em um mero aparelho de disputa interna – do que por uma concepção ideológica de organização partidária.

Diferentemente daqueles que acham que é necessário a não identificação imediata da organização juvenil com o Partido que a impulsiona, somos da opinião de que quanto mais criarmos a identidade petista em nossa frente de atuação entre os jovens tanto melhor. Essa juventude de massas deve dizer claramente que é onde os petistas se organizam e deve afirmar que sua referência partidária é o PT. Não vamos nos esconder atrás de nomes fantasia! Não precisamos de máscaras para convocar nossa militância! Falar, com a estrela no peito, que somos uma organização de petistas aproximará os jovens!

Uma estrutura com finalidade política

É preciso ter claro que a organização idealizada do que buscamos para a JPT esbarra em impedimentos materiais e concretos na realidade atual da JPT, o que nos leva a crer que a discussão sobre a estrutura da JPT deve servir, neste momento, muito mais como acúmulo do que para a tomada de posições definitivas, uma vez que as próprias experiências que viveremos nos servirão de base para um projeto que – lembremos – está em constante construção.

A JPT passa por três dificuldades principais.

A primeira se refere à sua amplitude de ação e organização nacional. Partindo do pressuposto de que uma política nacionalizada subentende que os diferentes níveis de organização (local, municipal, estadual e nacional) se orientem por uma mesma política, a conclusão final não poderia ser diferente: podemos dizer que a JPT tem dificuldade de ter um caráter nacionalizado.

A segunda dificuldade diz respeito à carência ou até mesmo ausência de espaços de debate e organização de jovens petistas dentro do partido e nos movimentos sociais. É gritante a falta de investimento em estruturas partidárias que favoreçam as condições de militância dos/das filiados/as.

A terceira esbarra na falta de condições financeiras. Dependente das finanças partidárias a JPT passa por dificuldades de potencializar sua ação. Na maioria das vezes a organização da juventude não está entre as pautas prioritárias do partido o que leva a sempre ter um estrangulamento financeiro.

Fóruns e instâncias: construir uma rede dinâmica e articulada

A organização da JPT deve se fundamentar em três pilares principais: a democracia interna, a organicidade militante e as relações dinâmicas entre as diversas instâncias, garantindo proximidade, flexibilidade, versatilidade.

Para constituir estes pilares articulados, o primeiro desafio é combater a dispersão da militância, sendo necessário garantir maior possibilidade de atração de jovens petistas, ou seja, capilarizar a organização política, constituindo pequenas células, os “Núcleos da JPT”. Eles devem congregam características do que são os núcleos do PT – principalmente no que se refere à possibilidade de participação de não filiados/as – ao mesmo tempo em que buscam inovações a partir de sua própria vivência e das especificidades da juventude.

Outro desafio para a construção do tripé democracia-organicidade-dinamismo é a conformação de estruturas intermediárias que garantam o caráter flexível, versátil e próximo da relação entre as instâncias da JPT e tornem possível a organização de uma rede articulada onde todos os organismos constituintes da JPT estejam direta ou indiretamente interligados. Propomos, portanto, como estruturas intermediárias, a existência de fóruns, conselhos ou plenárias que promovam a interface entre os diferentes níveis de participação.

Direções democráticas com acompanhamento da base

Um aspecto fundamental das direções é seu funcionamento transparente e democrático, sendo garantidos mecanismos práticos de controle direto pela base da militância, como espaços periódicos e/ou permanentes de balanço, e métodos de controle coletivo das finanças.

Além disso, não é número de dirigentes que fará a JPT mais ou menos organizadas e sim a participação da militância e a existência de fóruns de participação.

Deverão ser conformadas direções nos níveis municipal, estadual e nacional, sendo organizadas a partir de uma estrutura am-

pla de função decisória e outra estrutura restrita de função executiva e operativa. Terão como tarefa principal a garantia do caráter democrático, orgânico e dinâmico das instâncias e fóruns de decisão, assim como a consistência do tripé, das estruturas intermediárias e da rede interligada da JPT.

A estrutura das direções deverá ser colegiada, sendo que cada membro fará parte de uma equipe ou coordenação com uma responsabilidade temática específica. Cada membro da comissão executiva equipe será responsável pelos trabalhos de uma determinada equipe ou coordenação temática, sendo que os demais integrarão a diretoria plena da JPT em seu respectivo nível.

Para avançarmos numa gestão democrática devemos enfrentar algumas das premissas naturalizadas pelo pensamento liberal. É de longa data que se constrói no personalismo, na construção do discurso carismático e na ideia de “salvador da pátria”, um artifício para controlar a democracia. Faz parte da construção de uma contracultura socialista criar mecanismos que contribuam para vencer esse ideário personalista. Hoje nosso desafio é construir um modelo de gestão que combata o presidencialismo e a figura centralizada e verticalizada do presidente.

Neste sentido, devem ser constituídas coordenações gerais de três membros nas comissões executivas, sendo que cada um cumprirá função específica: (1) relação com o PT, demais partidos e institucional; (2) relação com movimentos sociais e juvenis e organização da JPT nos movimentos e (3) coordenar as instâncias, primar pelos princípios organizativos e gerenciar os documentos oficiais e cadastrais da JPT.

Finanças: processo militante de arrecadação

A JPT deve ter uma política financeira própria, com gestão

autônoma de seus recursos. As fontes de recursos financeiros serão basicamente duas: um percentual mensal do orçamento partidário e arrecadação própria a partir de campanhas, que podem utilizar inúmeras maneiras. As campanhas devem ser militantes e envolver todas as instâncias da JPT, em especial os Círculos, que se responsabilizarão por repassar a contribuição equivalente a cada campanha para a instância estadual, que será responsável por coordenar as ações de captação de recursos e repassar à direção nacional. Serão garantidas cotas de repasses, fazendo com que cada instância tenha também autonomia de gestão financeira.

Comunicação da JPT

Os meios de comunicação são fundamentais para que a organização, as pautas e as opiniões da JPT cheguem a maior parte de nossa base social e mesmo avance em toda sociedade. A JPT deve ter como prioridade construir uma política de comunicação ampla e que diversifique os meios e as linguagens. Essa comunicação incentivará o debate público da JPT. Uma política voltada para este objetivo deve ser: (1) *democrática e participativa*; (2) *ágil, dinâmica e atualizada*; (3) *massiva e que atinja a maior parte dos jovens*; (4) *ser não só informativa, mas também formativa*.

A JPT construindo uma contracultura!

A cultura é uma forma da manifestação política fortíssima. O uso da cultura para a disputa na sociedade é fundamental para esquerda. Assim como juventude o tema cultura parece que segue uma agenda marginal no partido.

Quando falamos em juventude a cultura tem um significado ainda maior. A produção cultural na juventude é infinita e se mani-

feira de diversas formas, sendo, muitas vezes uma contracultura que enfrenta o individualismo, o monopólio dos meios de comunicação, a massificação cultural e a barbárie capitalista que vivemos hoje.

A JPT não pode mais ficar a margem disso. Deve estar atenta nesta realidade juvenil e fazer disso mais uma forma de luta política na sociedade. O valor da produção da contracultura hoje é fundamental para tirar a esquerda brasileira da defensiva.

O internacionalismo na JPT!

A juventude petista deve ter o internacionalismo como um fator importante de sua organização, que deve ter como linha mestra a política internacional do partido. Construir uma política de relações internacionais também deve ter o sentido de abrir possibilidades para a juventude petista conhecer mais a realidade e a história latino-americana e internacional e proporcionar realização periódicas de intercâmbios com outras juventudes de esquerda.

Mudando a JPT!

Uma marca importante da próxima gestão será fazer o debate interno e conseguir dialogar com a sociedade. A construção do programa para juventude brasileira é importante, contudo a construção de campanhas públicas é fundamental.

Essas campanhas devem ter como referência a necessidade da construção de uma contracultura socialista entre a juventude brasileira. Deve fazer disputa de grandes e pequenos temas. Teremos que articular diversas ações de atuação e garantir uma mobilização nacional. Temas como aborto, reforma política, democratização dos meios de comunicação, redução da jornada de trabalho e educação democrática e popular deverão ser articulados para nos-

sa intervenção na sociedade, assim como pautas mais gerais como a abertura dos arquivos da ditadura.

Este processo servirá como elemento mobilizador e também integrador da JPT. Através delas devemos buscar fortalecer a identidade dos jovens petistas e assim ampliar nossa organização social.

Construir uma Grande Caravana Nacional da JPT

Para viabilizar o debate do programa para a juventude, massificar e capilarizar as campanhas e ampliar nossa organização desde os núcleos devemos construir uma grande caravana da JPT que seja a grande oportunidade para a direção nacional chegar na ponta da organização e passar por todas as regiões do país, consolidando-se como elemento agregador e organizativo, um grande fato político na sociedade brasileira.

É muito importante iniciar essa caravana ainda em 2008, aproveitando o cenário das eleições municipais para fazer debates e incluir na pauta de nossos candidatos o tema Juventude. Todos nossos esforços após o congresso devem ser girados para a realização desta caravana, que, se viabilizada com sucesso, será um marco ainda maior que o congresso da JPT.

Eleições 2008

A incidência da JPT nestas eleições, no momento em que trabalha para conformar seu novo modelo de organização se soma à necessidade de preparar candidaturas jovens, será determinante para a vitória do PT e seu fortalecimento para os demais confrontos que virão na luta de classes.

Nossas prioridades serão: incentivar e lançar candidaturas jovens, incluir jovens nos Grupos de Trabalho Eleitorais (GTE),

garantir a participação de jovens nas coordenações de campanha proporcionais e majoritárias, promover atividades de capacitação eleitoral e de gestão pública para jovens e elaborar programas de governo e plataformas eleitorais na temática de juventude.

Fortalecer relação com movimentos juvenis

Boa parte dos militantes da JPT ainda não foi capaz de perceber as inúmeras possibilidades de articulação e atuação com grupos juvenis – que tem se proliferado, se configuram como espaços de criação cultural, se tornam verdadeiros canais de articulação de identidades coletivas, organizam muitos jovens e que possuem pautas de reivindicação muito semelhantes às pautas do PT – fora das eleições ou de governos.

Ressalvadas honrosas exceções, a relação da JPT com outros movimentos de jovens não ultrapassou o limite de pequenas realizações durante as eleições ou de nossos governos. O número de petistas nos diversos movimentos é enorme. É preciso aproximá-los do partido, e compreender esse processo não como uma simples forma de cooptação para partido, mas de relação com um aliado político na luta social no Brasil.

A JPT deve estimular que nossa rede nos estados e municípios estabeleça articulações locais e regionais com outros movimentos juvenis, a partir da discussão de pautas que unifiquem a atuação dos movimentos e organizações juvenis.

JPT: A HORA É AGORA!

Tantas propostas e tantas ações são fruto da necessidade política que nos provoca a história em movimento. O desafio que temos pela frente é o maior que enfrentamos. Precisaremos de mui-

ta construção coletiva. Cada um e cada uma vão ser exigidos como nunca e precisaremos de muita paixão e convicção, organização e formação para cumprir com esta grande tarefa.

Convidamos todos a virem junto, com suas opiniões, com suas expressões e com a bandeira do PT, o partido democrático, o partido socialista, o partido das massas, o partido dirigente, o partido da classe que vai mudar o Brasil: o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras.

ANEXO B

TÔ VENDO UMA ESPERANÇA!

1. O ciclo de vitórias eleitorais e governos de esquerda e progressistas na América Latina colocaram a luta política na região em novo patamar. O avanço da correlação de forças à esquerda diminuiu a margem de ação do imperialismo e possibilitou o exercício de governos comprometidos com os interesses populares e com a integração regional.

2. É preciso destacar que essa convergência de governos de esquerda e progressistas tem se dado a partir de uma grande pluralidade política da esquerda e uma trajetória comum de chegada aos governos centrais pela via eleitoral-institucional. Esta conjuntura inédita exige que nos debruçemos sobre questões que antes não tinham o mesmo peso para esquerda no continente. São exigidas novas respostas em termos de política externa, economia, defesa, novos arranjos institucionais e mesmo em relação às legítimas demandas dos movimentos sociais.

3. O fato recente da conjuntura é que a direita latino-americana, associada ao imperialismo, retoma a iniciativa política e estabelece uma verdadeira contraofensiva. Com isso, as forças democráticas e populares precisam continuar aprofundando o processo de mudanças e integração como formas de ampliar a legiti-

* Contribuição da Juventude da AE ao Encontro Nacional da JPT. Brasília, 05 a 07 de fevereiro de 2010.

midade política e manter os governos até agora conquistados. Essa orientação é tanto mais necessária quando olhamos os limites atualmente encontrados para um desdobramento mais avançado da crise econômica, em âmbito mundial.

4. Dentro desse leque de questões que nos desafia, ganha peso a disputa em torno do projeto de desenvolvimento em curso em cada país do continente. Algo compreensível, dado o enorme passivo causado por séculos de pilhagem colonial, investidas imperialistas, desenvolvimentismo dependente, ditaduras militares e desmonte neoliberal que vivenciou a região.

5. No Brasil, a presença do governo Lula também tem criado as possibilidades de sustentarmos um novo ciclo de desenvolvimento, orientado pela integração continental como pilar estratégico. Mas é preciso ir além das atuais conquistas, lutando por um projeto de desenvolvimento que seja democrático e popular, integrado a um programa de mudanças e reformas estruturais – política, agrária, urbana, tributária, democratização dos meios de comunicação, educação, entre outras – e articulado com a estratégia socialista do partido.

6. É nosso desafio, ainda, consolidar, em amplos setores da sociedade, uma visão de mundo democrático-popular e socialista, articulada com um internacionalismo ativo no apoio à luta dos trabalhadores e povos oprimidos, em especial da América Latina.

7. O nacional-desenvolvimentismo monopolista impulsionado ao longo da segunda metade do século XX no Brasil ficou conhecido como a modernização conservadora. Provocou um intenso êxodo rural com conseqüente inchaço da população urbana, processo que alimentou a crescente indústria com força de trabalho assalariada em abundância.

8. No último período deste ciclo, sobretudo na década de 1980, um intenso aumento na taxa de natalidade gerou uma bolha

demográfica que criou, nos dias atuais, a maior população jovem absoluta e relativa na história do país – hoje, os indivíduos entre 15 e 29 anos somam mais de 50 milhões, quase 30% da população.

9. O período neoliberal que sucedeu à crise deste desenvolvimentismo concentrador de riqueza provocou, por sua vez, a desresponsabilização do Estado com políticas públicas e estruturais, relegando-as à iniciativa privada sob a (des)regulação do mercado. Resultado: agravamento de uma série de problemas urbanos, principalmente de segurança pública, moradia e saneamento básico, bem como dos conflitos agrários. Cresceu a segregação territorial, aumentaram as periferias e a desigualdade ao mesmo tempo em que uma imensa massa de jovens surge sem a possibilidade de ter suas demandas essenciais atendidas.

10. Tem sido principalmente as ações conduzidas pelo governo Lula para combinar o desenvolvimento produtivo com distribuição de renda e garantia de direitos o que vem abrindo a oportunidade de superar este quadro.

11. Em uma perspectiva de médio e longo prazo, fazer com que o atual ciclo de desenvolvimento signifique superar séculos de atraso e dependência, toda uma história de opressão e injustiça, depende, sobretudo, de garantir, hoje, ao povo brasileiro os instrumentos para ser sujeito ativo e protagonista das lutas por seus direitos.

A dimensão estratégica da juventude

12. O tema juventude ainda é considerado por muitos como secundário, sem relevância diante das questões econômicas e sociais do país e diante das perspectivas sobre a transformação social.

13. No entanto, o que se percebe, principalmente na conjuntura de hoje, é justamente o contrário. Não haverá soluções para a exclusão social e para o desenvolvimento econômico se não for

considerado o grande contingente populacional de jovens. E, não haverá transformação social profunda se a juventude não for convencida do projeto socialista. Nesse sentido o seguimento juvenil possui uma dimensão estratégica.

14. Contudo, essa dimensão vai além da quantidade populacional, do grau de exclusão e vulnerabilidade social que hoje tem garantido importância ao tema juventude. O que se constata é que qualquer projeto de desenvolvimento precisa considerar o processo de incorporação das novas gerações. Sendo assim, mesmo com a mudança dos cenários demográficos no Brasil, com a alteração da composição etária da população e com a diminuição drástica das desigualdades, a questão geracional continuará sendo um elemento determinante para o desenvolvimento.

15. Por isso, o projeto de desenvolvimento que o PT disputa na sociedade deve se apropriar da temática juventude, não apenas no sentido da luta por direitos específicos ou da reparação social ou políticas afirmativas, mas também na perspectiva de que os grandes desafios colocados para a sociedade se desdobram na juventude, ou seja, nas novas gerações.

16. É neste sentido que a compreensão sobre a situação da juventude, um contingente que é o mais afetado pela gravidade das desigualdades sociais, deve ser encarada como estratégica na campanha e no programa de Dilma à presidência. É preciso criar as condições para formar uma geração capaz de disputar e dar continuidade aos avanços políticos, sociais e econômicos que o país necessita.

17. Garantido um desenvolvimento integral da juventude no presente, aumentam as chances de construir um futuro com soberania, democracia e igualdade. Por isso, e por ser sujeito político fundamental hoje, a juventude é estratégica no projeto de sociedade que queremos construir.

18. Acesso e permanência no ensino fundamental, médio, técnico e universitário de alta qualidade para todos; ampliação dos investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia com concessão de bolsas em larga escala; incremento às oportunidades de acesso à produção artística e cultural. Medidas que impulsionem o desenvolvimento material, intelectual, cultural e técnico da juventude, podendo ser revertido no desenvolvimento econômico, social, político, cultural e ambiental da sociedade brasileira por longos anos.

19. As diferentes percepções sobre a juventude que estão em disputa na sociedade revelam com frequência as opressões específicas dessa geração e a concepção da política de juventude dos setores conservadores. Quando não vistos como consumidores de mercadorias e hábitos, os jovens são associados a comportamentos de risco, à necessidade de tutela e à percepção “juventude problema”, que é a base de propostas como a redução da maioridade penal e o toque de recolher nas cidades.

20. A partir de outra orientação, a criação de uma política nacional e uma institucionalidade específica para a juventude no âmbito do governo federal representou um avanço importante do governo Lula. O Estado deve reconhecer os jovens como sujeitos de direitos com necessidades específicas e portadores de rica diversidade em termos de identidade, organização e expressão (cultural, política, etc.).

As políticas públicas de juventude

21. No Brasil, o debate sobre PPJ veio a público na década de 90 quando pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis e gestores municipais e estaduais passaram a enfatizar a singularidade da experiência social dessa geração de jovens, com sua potencialidades.

22. A partir de 1996, um número significativo de municípios brasileiros constituiu assessorias, coordenadorias, secretarias e programas no âmbito do Poder Executivo com atribuições específicas de atendimento das demandas dos jovens. Contudo, tais espaços na estrutura do poder público, por serem muito recentes, ainda estão em processo de construção e, por isso, enfrentam inúmeros desafios para a sua consolidação. O diagnóstico é muito semelhante, inclusive no governo federal. As dificuldades ainda passam pela elaboração do desenho institucional dos órgãos e das políticas, pela definição quanto à existência ou não de orçamento próprio, e principalmente, nas formas de participação dos jovens na elaboração e gestão das políticas.

23. Neste processo, os anos de 2003/2004 podem ser considerados um marco importante. Nesses anos, se mobilizaram em torno do tema juventude, a Sociedade Civil, o Legislativo e o Executivo. Entre as várias iniciativas, além da UNESCO, das ONGs e das universidades, que já vinham produzindo sobre o tema, destacou-se o Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania, que produziu uma ampla pesquisa ouvindo jovens, fazendo interlocuções com movimentos sociais, produzindo livros e um importante documento sobre a constituição de uma política nacional.

24. Em março de 2004, por determinação do Presidente Lula, sob a coordenação da Secretária-geral da Presidência da República, constituiu-se o Grupo Interministerial que reuniu 19 ministros e produziu um amplo diagnóstico e propostas para uma Política Nacional de Juventude. Entre as propostas apresentadas, estava a criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Presidência da República, com a missão de articular com os diversos ministérios a implementação de programas que enfrentariam os problemas que atingem os jovens, a criação do Conselho Nacional de Juventude e o Projovem.

25. Todas as ações produzidas pelo Governo Lula e algumas, em específico, pelo congresso nacional têm sido fundamentais para o acúmulo de consensos em torno da importância e da consolidação da política nacional de juventude. O primeiro passo foi dado. Mas entendemos que uma política nacional de juventude, hoje, não pode ser resumida a um grande programa nacional que focaliza a sua ação em uma parcela da população jovem.

26. O fato é que ainda não foi possível consolidar uma política capaz de responder de maneira consistente à demanda exigida pela realidade e pela especificidade da população jovem. Assim, o desafio é, a luz do que já foi implementado, consolidar e aprofundar a abrangência da política nacional apresentando novos programas e ampliando os já em andamento.

27. Além disso, permanece como desafio tornar as políticas públicas de juventude em políticas de Estado, inseridas em um projeto de país. Para tanto, será necessário fortalecer institucionalmente a temática, o que pressupõe dar um salto na capacidade de gestão e na integração transversal com outras áreas do governo, principalmente as políticas universais.

28. Nesse sentido, devem ser objetivos de um programa de ação de governo: a) demonstrar importância estratégica do tema juventude para o país; b) superar as concepções conservadoras de muitas políticas públicas que ou desprezam a dimensão específica da condição juvenil ou tratam os jovens sob a perspectiva da tutela e do controle; c) ampliar os investimentos nessa área, que se apresenta como um dos graves problemas sociais do país; e d) inovar em programas e ações que consigam abranger a complexa diversidade da juventude e possibilitem aos jovens processar suas buscas, construir seus projetos e desenvolver sua inserção na vida social.

Um programa petista para a juventude brasileira

29. Um programa transformador para a juventude brasileira deve estar comprometido com o desenvolvimento integral dos jovens, permitindo uma inserção social e produtiva diferenciada da atual, marcada pela entrada precoce e precarizada no mundo do trabalho, escolarização deficiente e vulnerável às mazelas sociais.

30. Ao reconhecer que todos os jovens, cada um à sua maneira, vivem sua juventude estamos partindo para outro patamar a respeito do papel que as políticas públicas devem assumir: possibilitar trajetórias imbuídas de um intenso processo de buscas, experiências e aprendizados a partir de seus interesses, potencialidades, desejos e direitos, respeitando e valorizando suas diferenças ao mesmo tempo em que se combate às desigualdades.

31. É preciso contemplar a juventude com políticas universais e setoriais no programa com o qual disputaremos as eleições de 2010. Isto significa ressaltar e defender as conquistas obtidas – inclusive o arranjo institucional para a implementação das políticas de juventude – mas principalmente apontar com ousadia, criatividade e postura ofensiva um conjunto políticas que impactem estruturalmente na vida da maioria dos jovens brasileiros.

32. As medidas demandadas para por fim ao genocídio da juventude negra, ao desemprego e à precarização do trabalho, ao acesso restrito à terra, à educação de qualidade, à cultura, ao lazer, à participação política, precisam ser acompanhadas por um envolvimento massivo de movimentos juvenis e das juventudes partidárias. A capacidade de dialogar com os jovens dependerá, inclusive, da participação massiva do conjunto da juventude brasileira na elaboração deste programa, por meio de uma grande jornada de debates.

33. Para que um próximo mandato do campo democrático e popular seja superior devemos lutar pela ampliação da escala de

atendimento das políticas públicas específicas para a juventude, sua integração com medidas estruturantes, políticas universais e a institucionalização de novos direitos desta geração.

Trabalho e renda

34. O desemprego estrutural afetou a juventude de forma direta. Como consequência, temos não só a instabilidade profissional, falta de vagas e a massificação do exército de mão de obra reserva, mas também precariedade (postos temporários e informais), direitos trabalhistas não assegurados, longas jornadas, baixos salários, além dos constantes casos de assédio moral e sexual e as discriminações diversas no trabalho, sobretudo por motivação de raça, gênero, orientação sexual, regionalidade e local de moradia.

35. A grande maioria dos jovens, principalmente os das famílias de baixa renda, não consegue conciliar os estudos com o trabalho – sendo grande o número dos que não conseguem concluir o ensino médio, muitas vezes nem mesmo o ensino fundamental – exatamente por já estarem inseridos no mundo do trabalho. A juventude deve ter o direito de estudar, sem ser obrigada a ter sua força de trabalho explorada até concluir uma formação profissional.

36. O fato de que o trabalho se apresenta como necessidade para os jovens com as piores situações familiares e, portanto, às piores condições de vida, faz com que eles sejam obrigados a aceitar as piores condições de trabalho, deixando de lado direitos, reivindicações e expectativas ao estabelecer uma relação de trabalho. A forma como se dá a entrada no mundo do trabalho, longe de ser apenas uma etapa inicial e passageira, influencia e determina o futuro da inserção profissional dos jovens ao longo de suas vidas.

37. Neste sentido, os programas de juventude voltados à garantia de trabalho e renda para os jovens devem ir além da garantia do pri-

meiro emprego ou de qualificação profissional. Para incidir neste cenário é preciso criar as condições para que os jovens, principalmente os oriundos de famílias de baixa renda, tenham condições de concluir os estudos, impedindo a entrada precoce no mundo do trabalho.

38. Essa política gera, como vantagens indiretas, uma situação de maior conforto no mercado de trabalho, devido à redução da pressão por empregos. Melhoraria as condições de competição por trabalho reduzindo a precariedade e aumentando o poder de negociação dos trabalhadores, resultado da diminuição do exército de reserva.

39. Enfrentar os problemas relacionados a emprego, trabalho e renda na juventude significa aplicar, além de uma política pública de juventude, uma política estruturante de combate ao desemprego e das desigualdades sociais. O desemprego é um problema estrutural de toda a sociedade e causa importante das precárias condições socioeconômicas de parcela significativa da população. Devemos combater todas as formas de precarização do trabalho. Pela redução da jornada de trabalho sem a redução do salário!

Educação democrática e popular

40. A educação foi um dos principais alvos do neoliberalismo no Brasil. A não responsabilização do Estado com as políticas públicas de educação agravou o quadro educacional do país ao longo dos anos 90 e início do novo século. O Governo Lula contribuiu para mudar este cenário, mas uma transformação profunda depende de mais e melhores mudanças.

41. Cada vez mais se faz necessária a luta cotidiana por educação pública, gratuita, de acesso universal, laica, que forme os jovens para o pleno desenvolvimento intelectual e cultural, não como mera qualificação de mão de obra.

42. A baixa escolaridade por parte da população juvenil é incompatível com os objetivos de incorporação plena dos jovens aos avanços tecnológicos e informacionais. A ineficiência do sistema de ensino é expresso pela problemática relação da escola com os jovens. A expressão dessa dificuldade pode ser encontrada tanto na rebeldia frente às normas escolares, nos altos índices de fracasso escolar, nas pichações e depredações dos prédios, nas atitudes desrespeitosas no convívio escolar, quanto na apatia de estudantes que se mostram distantes e desinteressados pelas atividades escolares. Ainda que de formas distintas, todas essas atitudes podem ser compreendidas como formas de resistência e recusa à escola. Diversos estudos creditam grande parte desses problemas à dificuldade, ou mesmo ausência de comunicação entre o mundo da escola e o mundo dos jovens.

43. Além disso, a baixa escolaridade dos jovens, se não for combatida agora pelo Estado, comprometerá os objetivos de desenvolvimento do país, que estão sendo construídos pelo nosso governo. Pois, não é suficiente possibilitar infraestrutura e investimentos na produção se não tivermos recursos humanos capacitados para operar o desenvolvimento.

44. Portanto, para além de garantir o acesso pleno e universal à escola e à universidade, as próprias instituições de ensino necessitam de profundas reformulações. É necessária uma profunda revolução pedagógica para aproximar a escola do universo do jovem e promover uma formação libertadora.

45. Com o objetivo de reestruturar o ambiente escolar e as práticas educativas de forma a atrair e envolver os jovens na construção do conhecimento e no desenvolvimento da aprendizagem, as ações voltadas à educação devem visar: a) ampliação da rede pública e dos investimentos na área (porque 70% da juventude nem chegou ao ensino médio); b) reestruturação pedagógica e a

efetivação da democracia nos espaços educacionais (porque a Juventude está distante e desinteressada da escola), principalmente, na escola de ensino médio; e c) capacitação dos educadores sobre a temática juventude.

Direito ao Território

46. A organização e a gestão das cidades devem possibilitar os direitos juvenis à cultura, ao lazer, à educação, ao trabalho e outros bens sociais. Para parcela expressiva da população juvenil tempo livre não é sinônimo de realização de atividades de cultura ou lazer, mas sim a desocupação. Falar em direito cultural implica criar condições de produção cultural, compreendida como acesso a produtos, informações, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva.

47. Deve ser garantida ao jovem a possibilidade de se apropriar do espaço da cidade para a vivência elementar e aproveitamento de seu tempo livre. A partir de trocas, aprendizados e expressões, o objetivo é a integração e a socialização e o combate aos processos marginalizadores.

48. É necessário universalizar o acesso à cultura, aos bens culturais, com a constituição de espaços públicos de lazer e cultura, além de apoiar o esporte amador, a criação e a manutenção de centros esportivos e a prática esportiva nas instituições de ensino. A importância de programas neste sentido seria a viabilização de espaços públicos para as juventudes realizarem projetos coletivos nos marcos da pluralidade e da diversidade. Desta forma os jovens podem desenvolver a convivência plural, adquirir competências e experiências de trabalho em grupo.

49. Portanto, com o objetivo de proporcionar um espaço de integração, interação e diálogo entre os diversos segmentos juve-

nis, disponibilizando infraestrutura para a realização de reuniões, oficinas e eventos devem ser criados centros de convivência da juventude, mantidos pelo poder público e gestados pelos próprios jovens. Outro objetivo é, por meio de projetos específicos, impulsionar o envolvimento dos jovens em ações de estímulo e apoio ao desenvolvimento local através do desenvolvimento de diversas atividades em que os jovens atuariam na organização das comunidades, na assessoria e no desenvolvimento de projetos locais.

50. Ademais, para garantir o acesso aos espaços, uma política de mobilidade na cidade e acesso à moradia de qualidade são eixos fundamentais. Pelo passe-livre nos transportes públicos a todos os estudantes do ensino básico e superior!

Institucionalidade Democrática com Participação Popular

51. Outro desafio é a consolidação de uma institucionalidade democrática de juventude. Os espaços na estrutura do poder público, ainda estão em processo de construção e, por isso, enfrentam inúmeros problemas para a sua consolidação. As dificuldades passam pela elaboração do desenho institucional dos órgãos e das políticas, pela definição quanto à existência, ou não, de orçamento próprio, e, principalmente, nas formas de participação dos jovens na elaboração e gestão das políticas. Isto ocorre pela falta de compreensão dos governos sobre o tema, pelas deficiências de formação de gestores e pela desarticulação política destes organismos criados.

52. Os canais de participação, formulação e controle social, como as conferências e conselhos de juventude, devem ser fortalecidos e empoderados e os avanços de metodologia e democracia participativa de espaços como a I Conferência Nacional de Juventude, ampliados e enriquecidos. Sobretudo, é preciso ir além na democratização destes espaços: o espaço adequado para eleger os

representantes dos conselhos de juventude nos diferentes níveis são as respectivas conferências.

53. A existência de um órgão no poder executivo com a finalidade de executar políticas específicas para a população jovem é fundamental para a efetiva realização destas políticas com resultados. Este órgão, entretanto, por tratar de uma questão que é recente para a administração pública, não poderia ter uma estrutura de um ministério, pois seria um passo maior do que as possibilidades atuais. Mas, também não poderia ser uma estrutura de assessoria ligada à presidência, pois isso estaria aquém das necessidades do momento. Portanto, propomos a estrutura de uma Secretaria Especial que seria adequada às possibilidades e necessidades do atual momento.

54. A secretaria especial teria como atribuição: a) executar programas e projetos de acordo com os eixos de atuação definidos; b) articular de maneira transversal com as demais áreas do governo ações de políticas públicas de juventude; c) coordenar as ações das assessorias de juventude das outras pastas dos governos; d) articulação com as outras esferas administrativas (estados e municípios); e) capacitação de gestores estaduais e municipais de políticas públicas de juventude; e f) apoiar projetos locais desenvolvidos pela sociedade civil na área de juventude.

55. Um dos principais desafios é institucionalizar as políticas de juventude numa política de Estado e dar apoio à implementação, em nível municipal, dos programas de juventude dos governos federal e estadual. Além disso, a aprovação de marcos legais como o projeto de emenda que inclui o termo juventude na Constituição Federal, o Plano Nacional e o Estatuto da Juventude, devem compor um Sistema Nacional de Juventude que integre a participação popular à capacidade de gestão, avaliação e divisão de responsabilidades entre os órgãos específicos de juventude no âmbito da União, estados e municípios.

56. Neste sentido, é necessário definir o papel das prefeituras no Sistema Nacional de Juventude, na constituição do Marco Legal da juventude nos municípios, na avaliação das políticas públicas, na ampliação dos conselhos municipais de juventude, na formação dos gestores, na criação dos organismos de juventude nos municípios, na constituição do mapa institucional e na criação e estruturação dos fóruns estaduais, juntamente com os gestores dos governos estaduais.

57. O modelo de gestão institucional de juventude nas prefeituras, respeitando a conjuntura local de cada município, na construção de um marco referencial, a partir da realização de conferência, da criação de secretaria com orçamento próprio, na eleição do conselho, na implementação de programas específicos, na aprovação de um plano municipal, em consolidar os direitos dos jovens na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no Plano Plurianual (PPA), na Lei Orgânica do Município e no Plano Diretor de cada cidade.

Vida segura e direito à segurança

58. A garantia de igualdade dos direitos independentemente de credo, raça, gênero, orientação sexual e idade está longe de ser implementada. Neste quadro, a diversidade, ao invés de riqueza, passa a ser desigualdade que gera preconceito e violência.

59. As estatísticas comprovam que, na maioria dos casos, as mortes na juventude são consequência de causas externas. 40% dos jovens que morrem são vítimas de homicídio. No restante da população, essa taxa cai para 5% (Ministério da Saúde, 2003). Entre os jovens homens negros moradores das periferias dos grandes centros urbanos a situação é ainda mais preocupante, nos permitindo afirmar que atualmente vivenciamos um verdadeiro extermínio da juventude negra das periferias.

60. Para enfrentar o problema são necessárias políticas públicas específicas direcionadas aos jovens em conflito com a lei ao mesmo tempo em que adotam medidas estruturais para que garantam a plenitude de direitos dos jovens.

61. Boa parte dos problemas relacionados à violência está relacionada ao narcotráfico. Portanto, para que seja tratada de forma séria, a questão do narcotráfico e da drogadição, assim como sua relação com a violência, deve ser feito abertamente, sem moralismos ou hipocrisias. A maneira como a grande mídia e a maioria dos governos trata o tema é parcial, equivocada e esconde interesses escusos. O ser humano se utiliza hoje e sempre se utilizou desse tipo de substância para obter estados alterados de consciência, pelo simples prazer e/ou pelo uso religioso.

62. Defender a extensão da norma legal à produção e à comercialização das drogas não significa fazer apologia de sua utilização. Ao contrário, defender a legalização faz parte do combate à alienação das drogas, legais ou ilegais. Esta política busca destruir a base material das quadrilhas que realizam o tráfico, permitindo uma ação de saúde pública e de educação muito mais eficaz. Enquanto perdurarem as políticas proibicionistas, o tráfico, a criminalização e a repressão continuarão fazendo suas vítimas, que em sua maioria tem idade, raça, gênero e condição social definidas: os jovens negros das periferias urbanas. Deve-se regulamentar a comercialização e a produção por uma questão de segurança e saúde públicas.

Juventude e saúde

63. Temas como o uso de drogas, as DSTs e a AIDS, a gravidez indesejada, os acidentes de trânsito e a violência são recorrentes quando se trata de debater a saúde na juventude.

64. Deve-se garantir assistência social, psicológica e médica gratuita aos dependentes químicos como uma questão de saúde pública. As práticas de educação popular em saúde, assim como as unidades básicas devem ter enfoques específicos para lidar com as necessidades próprias da juventude. Lidar com a saúde entre os jovens não se trata de uma questão meramente biológica ou psicológica. Sobretudo, não pode se confundir a promoção de saúde com a prevenção, à qual em geral se relaciona equivocadamente com supostos comportamentos de risco que devem ser combatidos na perspectiva de controle ou vigília da juventude.

Mídia e meios de comunicação

65. O acesso e a possibilidade de produzir informação se constitui em direito humano, e, portanto, é inalienável a qualquer indivíduo. Para se alcançar um quadro em que o acesso às mídias e aos meios de comunicação seja democrático, pleno e universal o combate aos monopólios é uma premissa. Sendo assim, articulada com a implementação de legislação restritiva aos aparatos privados, a promoção da inclusão digital, priorização do movimento de rádios comunitárias, criando uma rede alternativa de comunicação e a participação popular na programação dos equipamentos públicos de comunicação social são dimensões fundamentais para que os jovens tenham seus direitos garantidos.

Meio ambiente e desenvolvimento sustentado

66. Os jovens têm um potencial de luta específico neste tema: 57% gostaria de fazer parte de um grupo de defesa do meio ambiente (Instituto Cidadania, 2003). A discussão sobre o aquecimento global tem tomado a agenda política em nível mundial. A

luta deve ser no mesmo nível, mas com a nossa cara: mostrando que capitalismo e destruição da vida são sinônimos. Políticas públicas que envolvam os jovens na proteção e educação ambiental podem ajudar na promoção de consciência coletiva e mobilização voltada para a superação do modelo capitalista de desenvolvimento.

Reforma agrária e juventude rural

67. O modelo agrário e agrícola voltado para o agronegócio e a grande produção gera grandes dificuldades de produção, renda e condições de vida às populações baseadas na pequena produção familiar, aos trabalhadores rurais e às comunidades ribeirinhas. Portanto, os jovens do meio rural estão sendo constantemente bombardeados pelo dilema entre ficar e sair do de seus espaços de convivência em direção ao meio urbano.

68. Deve-se atualizar os índices de produtividade da terra e desapropriar os grandes latifúndios improdutivos, combater o agronegócio e promover uma política agrícola que garanta a sobrevivência e o desenvolvimento da agricultura familiar, dando condições para que os jovens possam, se quiserem, ter condições de permanecer no campo, sem serem obrigados a migrar para as periferias dos centros urbanos.

Combate ao machismo e direitos da mulher

69. Uma das primeiras opressões que a história da humanidade registra é do homem sobre a mulher. Ela acompanha o desenvolvimento da humanidade desde o momento em que a divisão social do trabalho foi absorvida pela lógica da propriedade privada. O resultado, além da maior precarização da mulher no mundo do trabalho (menores salários, maior desemprego e informalidade), é um constante estigma e estereótipo discriminatório da mu-

lher tanto em espaços públicos quanto privados. Para as jovens o quadro se agrava, o machismo é somado à opressão geracional.

70. Faz-se necessário incorporar as bandeiras de lutas do movimento de mulheres na participação política da juventude, assim como articular as políticas públicas de juventude às iniciativas de igualdade de gênero.

71. Neste sentido nosso compromisso de luta deve ser a garantia de um Estado laico, a autodeterminação pessoal e econômica das mulheres, o fim da violência sexista, a legalização do aborto, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e o combate a todas as formas de discriminação.

Combate ao racismo e políticas de igualdade racial

72. A população negra continua sendo a maior vítima da opressão social e racial no Brasil. Ela é mais pobre do que a branca, morre mais cedo, tem a escolaridade mais baixa e menor acesso à saúde.

73. A realidade é que a discriminação racial, a desigualdade socioeconômica e a falta de acesso ao lazer, à educação, ao trabalho digno, entre outros aspectos, são uma constante na vida da maioria dos jovens negros. Qualquer luta por uma sociedade socialista incorpora a especificidade da questão racial, com a necessidade de ações próprias para a população negra, e combatam frontalmente o preconceito racial.

Cidadania LGBT e combate à homofobia

74. A homofobia é o ódio, o preconceito, o medo, o rechaço, a todas as pessoas que não se enquadram no padrão masculino dominante de gênero, como a população LGBT. Por isso é impor-

tante reconhecer a autonomia dos jovens e seu direito de ser quem querem ser. Ser homossexual (gay ou lésbica), bissexual, travesti ou transexual não é doença, não é ilegal, não é desvio, nem é opção. É uma orientação como é a heterossexualidade, ou seja, mais uma forma de viver e expressar seu amor. Apoio aos projetos de parceria civil entre homossexuais e ao PLC 122/06 que criminaliza a homofobia, às campanhas de combate à homofobia e a às iniciativas legislativas de valorização de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

A ação da JPT rumo à vitória

75. A disputa política que envolve a interrupção, a continuidade ou o aprofundamento do atual projeto na condução do governo federal vem sendo travada desde que ele se iniciou e terá contornos decisivos neste ano. A tática eleitoral e o programa com os quais o PT irá enfrentar as eleições de 2010 são fatores decisivos para o resultado do confronto e fortemente influenciados pelo calor da luta política atual.

76. Não poderia ser diferente. As crescentes tensões e atritos da classe trabalhadora com latifundiários, grandes empresários capitalistas, altos escalões das forças armadas e do poder judiciário, bem como a forte ofensiva desencadeada pela grande mídia, se assemelham com o contexto de acirramento da luta de classes que marcaria a presença do PT no governo federal.

77. As eleições de 2010 serão parte importante desta disputa mais geral sobre os rumos do país. A construção de um ambiente polarizado e politizador na campanha deve ser mais do que um embate de realizações administrativas entre o governo Lula e os governos neoliberais. Essa dimensão é especialmente importante quando tratamos da mobilização da juventude, que se estende desde

aqueles cuja participação política é desestimulada com especial interesse pela ideologia neoliberal até os que, pela idade, não vivenciaram com tanta nitidez o contraste entre os governos tucanos e os avanços conquistados durante o governo do PT.

78. No sentido de contribuir para que a atual escalada na polarização da disputa de rumos do país seja acompanhada por um novo ciclo de mobilizações de massas, elemento fundamental para um desfecho positivo da atual disputa política, a ação da JPT na campanha Dilma Presidenta deve ser orientada pela construção de um processo massivo de construção da campanha e do programa de juventude.

79. O envolvimento dos jovens na campanha e na construção do projeto de país que propomos, como sujeitos ativos, dependerá, inclusive, da participação massiva da juventude na construção das propostas. A participação popular no governo Dilma deve começar desde já! Deve ser impulsionada uma ampla jornada de debates com atividades em todo o Brasil, em conjunto com os movimentos juvenis e as juventudes partidárias que participarão da campanha, para a construção do programa de juventude 2011-2014.

80. Ademais, a relação da JPT com as juventudes partidárias se fortaleceu com a realização do Seminário “Juventude e o Projeto Nacional” em 2009. Com base nos debates travados e na declaração final do seminário, é preciso constituir o comitê nacional de juventude da campanha, acompanhando o desenvolvimento da campanha também localmente e nos estados, a serem impulsionadas pelos respectivos comitês criados a partir dos encontros estaduais e municipais da JPT. A dinâmica de funcionamento dos comitês deve estar orientada pela dimensão participativa e aglutinadora da campanha.

81. Uma das dimensões da participação política destes jovens é a oportunidade de votar nas eleições. A legislação eleitoral bra-

sileira permite aos jovens a partir dos 16 anos o voto facultativo. É preciso combater a política neoliberal de desestimular a participação política da juventude com uma grande campanha de voto aos 16 anos.

82. Sobretudo, é preciso fazer com que toda a militância da JPT esteja em sintonia, em um só movimento. Para isso, a JPT deve publicar uma cartilha com orientações para a construção da campanha, nos moldes do que foi feito em 2006 e 2008, contendo as diretrizes do programa de governo e orientações práticas sobre como desencadear as campanhas.

2010 é um ano propício para intensificar a construção de 30 anos do Partido dos Trabalhadores e inicia com um importante Encontro Nacional da JPT. Só uma organização militante, um programa transformador e muito otimismo na ação vão permitir à JPT sair desta disputa melhor do que entrou e acumular forças para seguir remando por muitos anos. Desta vez, contando com uma organização militante e de massas na juventude.

ANEXO C

A ESPERANÇA É VERMELHA!

Nossos sonhos são de todas as cores.

Nossa esperança é vermelha*

Uma vez mais a juventude petista se reúne para definir seus rumos. Mas desta vez é diferente. Neste 2º Congresso da Juventude do PT teremos uma importante tarefa: consolidar um novo modelo de organização de juventude e apresentar uma política nacional de juventude ao Partido dos Trabalhadores.

O investimento partidário, a capacidade de auto-organização e presença de massas de uma nova JPT poderão dar grandes contribuições na superação dos problemas políticos e organizativos vividos pelo partido atualmente. Uma das principais tarefas da juventude do PT é mudar o PT, criando as condições para que a juventude deste início do século XXI participe da renovação do projeto político transformador do partido.

Segundo a resolução do III Congresso do PT, “a juventude pode cumprir um papel estratégico no partido no sentido de superar as velhas práticas e formar uma nova geração de dirigentes comprometidos com a reconstrução do PT como um partido socialista, democrático, militante, dirigente e de massas”.

* Tese apresentada pela Juventude da AE ao II Congresso da JPT. Brasília, 12 a 15 de novembro de 2011.

I – SOCIALISMO OU BARBÁRIE

Nossa geração vive um período em que o capitalismo exerce uma dominação como nunca antes na história. Foi esta hegemonia da sua fase neoliberal no mundo, que dura até hoje e se encontra cada vez mais distante de suas promessas de abundância e calma, que motivou os apressados a declararem o “fim da história”.

Apesar do relativo declínio e marcado por uma crise estrutural na atualidade, o capitalismo neoliberal dificultou a construção de projetos alternativos com força suficiente para ocupar o seu lugar. E nunca é demais lembrar: o capitalismo não cai, nem cairá, se não for derrubado.

No rastro da atual crise capitalista, mobilizações populares e juvenis foram deflagradas em países árabes, na Europa, nos EUA e também em países vizinhos, como o Chile. Num momento de crise como o atual, em que o capitalismo apresenta toda sua vocação para a barbárie, precisamos agitar bem alto a bandeira do socialismo.

Nossa defesa do socialismo baseia-se na crítica ao capitalismo, aos seus efeitos destruidores sobre a natureza e sobre a humanidade. A destruição ambiental, a barbárie social, as guerras, a incompatibilidade cada vez maior entre o capitalismo e as liberdades democráticas são alguns dos motivos que tornam urgente a luta e a construção do socialismo como alternativa tanto aos grandes problemas da humanidade, quanto aos grandes dilemas do Brasil.

Alternativa democrática e popular

Embora a crise dos países centrais tenha afetado a maior parte dos países do mundo, assim como os diferentes setores econômicos, parte dos países em desenvolvimento saiu com relativa rapidez da crise e retomou seu curso de desenvolvimento.

No Brasil e na América Latina, vivemos um tempo de grandes possibilidades. Partidos de esquerda governam para grande parte da população da região, garantindo mais democracia, mais igualdade, mais soberania nacional e mais integração continental. No Brasil, oito anos de governo Lula e os primeiros meses de governo Dilma vão deixando para trás o neoliberalismo.

A forte influência da esquerda na América Latina e Caribe possibilita que essa região se torne um dos polos de disputa por um novo equilíbrio de forças no mundo. No entanto, os Estados Unidos deverão resistir a essa tendência de fortalecimento da esquerda, assim como o farão as potências europeias e a direita latino-americana e caribenha.

Os avanços ainda não se tornaram estruturais, não se converteram num outro modelo de desenvolvimento, que combine crescimento econômico com democratização política e democratização da estrutura de propriedade. Na prática, ainda não conseguimos superar a herança neoliberal.

A sociedade continua polarizada sem que tenhamos imposto uma vitória decisiva sobre a alternativa conservadora e sem que tenhamos conseguido evoluir para uma alternativa democrático-popular.

**Governo Dilma:
consolidar conquistas, aprofundar mudanças**

O governo Dilma tem um caráter de coalizão, não apenas com partidos de esquerda, mas também com partidos de centro e mesmo de direita, que possuem em comum a oposição à hegemonia do capital financeiro. Portanto, trata-se de um governo progressista, com forte presença tanto burguesa, quanto democrático-popular e socialista.

Em sentido amplo, o governo Dilma é, ao mesmo tempo, um governo de continuidade do governo Lula e um governo de mudança. De continuidade porque se trata de consolidar as conquistas do governo Lula, que levaram o país a viver um dos melhores períodos de sua história. Mas também é de mudanças, porque essa crise global capitalista está mostrando que será prolongada, causando mudanças importantes nos cenários internacionais.

Correções são necessárias, na tática, nas políticas e na gestão. Mas o problema de fundo é de estratégia. Falta clareza sobre as diferenças de cenário, entre este e o anterior governo. Para dar continuidade e aprofundar as conquistas do governo anterior, é necessário mais força política e são necessários mais recursos à disposição do Estado. Portanto, é preciso mais enfrentamento político e ideológico, com o grande capital privado, com a grande mídia e com os partidos de direita. Assim como é necessário mais partido e mais luta social.

II – UM OLHAR SOBRE A JUVENTUDE

Permeada por definições genéricas e diferentes estereótipos, a juventude tende a ser constantemente substantivada, isto é, tratada como uma coisa palpável. Por outro lado, tende a ser adjetivada, atribuindo-lhes termos como revolucionária, impulsiva, violenta, sem que se busque a autopercepção e formação de identidades daqueles que são definidos como jovens.

Nenhuma destas percepções é capaz de dar respostas a quem pretende analisar a juventude, pois são todas carregadas de preconceitos. Atribui-se aos jovens características, adornos e estereótipos que não são nem constantes nem exclusivos da juventude. Em suma, a juventude como qualidade, que poderia ser apropriada por qualquer indivíduo que opte por assumir tal condição ou construí-la para si.

Em partidos de esquerda são recorrentes conceitos de juventude que a associam diretamente com rebeldia, contestação, vanguarda, aberta ao novo etc. A conclusão dessa interpretação da juventude é óbvia: num partido de esquerda, pelo seu estado de espírito, todo mundo é jovem e, portanto, é uma redundância falar em políticas específicas para a juventude.

Contudo, principalmente a partir das décadas de 80 e 90, o debate trouxe o olhar da diversidade da condição juvenil, um caminho que contribuiu para fugirmos de um olhar homogeneizante. Todos os jovens – cada um à sua maneira – vivem a juventude.

A mudança no olhar: autonomia e liberdade

A depender da concepção de juventude adotada, haverá diferentes abordagens sobre os jovens. Consequentemente, serão formuladas diferentes políticas públicas e concepções de organização juvenil. É neste sentido que a autonomia, a liberdade e o direito à experimentação devem ganhar cada vez mais relevo quando falamos de juventude.

Em geral, com a justificativa da proteção e do cuidado, os pais ou familiares exercem uma forte dominação sobre os jovens: definição de horários de entrada e saída na casa, restrições à participação em festas ou atividades de convivência, controle e repressão da atividade sexual, intromissão na escolha de parceiros afetivos, interferência na escolha profissional ou pressão para o ingresso precoce no mercado de trabalho, ainda que seja em ocupações precárias.

No Brasil, para a maioria dos jovens, os processos de busca de autonomia, aprendizado e experiências não consegue seguir o curso dos desejos, interesses e potencialidades pessoais.

É preciso, portanto, proporcionar a vivência da juventude com a possibilidade de escolha e experimentação, permitindo a libera-

ção do potencial criativo, a construção de aprendizados e o diálogo com as novidades diante das quais os jovens se deparam, formulam suas dúvidas e buscam suas respostas.

III – UM BRASIL SOCIALISTA PARA A JUVENTUDE

O desenvolvimento que a juventude quer para o Brasil

O tema juventude ainda é considerado por muitos como secundário, sem relevância diante das “grandes” questões econômicas e sociais do país. No entanto, o que se percebe, principalmente na conjuntura de hoje, é justamente o contrário. Não haverá soluções para a exclusão social e para o desenvolvimento econômico se não for considerado o grande contingente populacional de jovens. E, não haverá transformação social profunda se a juventude não for convencida do projeto socialista.

Um projeto de desenvolvimento que pretende percorrer este caminho precisa considerar o processo de incorporação das novas gerações. É por isso que o segmento juvenil possui uma dimensão estratégica.

É preciso criar as condições para formar uma geração capaz de disputar e dar continuidade aos avanços políticos, sociais e econômicos que o país necessita. Por isso, e por ser sujeito político fundamental hoje, a juventude é estratégica no projeto de sociedade que queremos construir.

A partir da convergência de uma série de fenômenos sociais, a questão da juventude deve ser localizada no debate mais geral sobre as tendências e a natureza do desenvolvimento. Dentre estes fenômenos, o conhecimento da dinâmica demográfica em curso no país.

Esta é a maior geração de jovens da histórica do Brasil, aproximadamente 50 milhões com 15 a 29 anos ou pouco mais de

25% da população do país. Esta “onda jovem” proporcionou um fenômeno igualmente importante denominado bônus demográfico, no qual o peso da população economicamente ativa (15 a 64 anos) supera o da população dependente – crianças e idosos.

O bônus demográfico é um ativo importantíssimo no desenvolvimento das forças produtivas do país possibilitando, desde que bem aproveitado por uma ação planejada do Estado, um aumento da produção e da renda per capita, a elevação da capacidade de poupança e de investimento e uma otimização dos gastos sociais demandados pela população dependente.

Por acontecer uma única vez, em longos períodos históricos, o bônus demográfico também é conhecido nos estudos populacionais como “janela de oportunidades” para o desenvolvimento. Tais condições favoráveis são transitórias e não podem ser desperdiçadas. Os países que aproveitaram tais “janelas” tiveram êxitos na sustentação de seus ciclos de desenvolvimento.

Mas a importância da juventude no debate do desenvolvimento vai além do seu peso populacional. Principalmente se a intenção não for reduzir o desenvolvimento do país ao mero crescimento econômico ou diluir a questão da juventude nos indicadores gerais de geração de postos de trabalho ou criação de novas vagas escolares.

A via conservadora de desenvolvimento e a própria existência do bônus demográfico, por si, nunca garantiram a inclusão da questão da juventude como pauta diferenciada. A incorporação à sociedade dos primeiros filhos da “onda jovem” durante os anos 1980 e 1990, por exemplo, coincidiu com o esgotamento do desenvolvimentismo conservador e a expansão do projeto neoliberal no país.

Depois de anos de baixo crescimento econômico e regressão social, podemos dizer que os jovens foram os maiores afetados pelos anos neoliberais.

Mas comparadas com o período em que predominava a dispersão e a estagnação econômica, tornam-se mais favoráveis as condições para que os trabalhadores constituam-se como classe para si. Como a juventude é parte integrante e ampla parcela dos trabalhadores assalariados, pode ser também sujeito ativo e estratégico na recomposição da classe trabalhadora e na construção de suas lutas.

Uma nova geração de políticas e direitos da juventude

As péssimas condições de trabalho e remuneração, os altos índices de violência, a falta de qualidade na assistência à saúde, a concentração fundiária, a monopolização dos meios de comunicação, a baixa qualidade da infraestrutura logística, a financeirização da economia; estas e outras questões nacionais que interferem de maneira direta na situação de diversos jovens brasileiros só serão superadas com medidas estruturantes. Por esta razão não podemos conceber as Políticas Públicas de Juventude (PPJs) desarticuladas das necessárias reformas estruturais da sociedade.

A orientação geral do Governo Dilma em trabalhar a erradicação da miséria e da fome extrema como meta fundamental de governo continuará demandando um enfoque social ampliado das políticas sociais da juventude. A implementação de políticas públicas de juventude abrangentes e em escala deve colaborar na superação do ciclo de reprodução da pobreza que atinge as novas gerações.

Nesta perspectiva, a ampliação da cobertura das políticas sociais deve compreender também uma nova geração de políticas públicas de juventude e a criação de novos direitos sociais. O recorte conceitual que deve organizar essa nova geração de políticas é o da emancipação e do desenvolvimento integral dos jovens, passando pela afirmação de novos direitos específicos como ao

financiamento público do tempo livre, à experimentação, à redução obrigatória da jornada de trabalho durante os estudos, ao trabalho decente, dentre outros.

Ademais, uma nova abordagem programática da articulação entre o mundo do trabalho e a educação para os jovens também se faz necessária.

Apontar uma inserção social e produtiva da juventude diferenciada da atual passa por enfrentar a situação do trabalho juvenil no país – precoce, precarizado, mal remunerado, com longas jornadas, incompatível com a continuidade dos estudos, etc. O desafio passa a ser o de combinar a criação de postos de trabalho decente para a juventude com o financiamento de programas que integrem políticas de transferência de renda, elevação continuada e qualitativa da escolaridade, tempo livre, formação científica e tecnológica e mobilização em serviços comunitários.

De igual maneira, a política educacional deve dar um salto de qualidade. Além da ampliação do acesso à todas as modalidades de ensino e a erradicação do analfabetismo, será preciso empreender uma reestruturação profunda do Ensino Médio em sua articulação com os distintos campos do saber e iniciação científica, na integração com o ensino técnico e profissional e nos seus instrumentos de ensino-aprendizagem, gestão democrática e política pedagógica.

A compreensão das demandas e aspirações destas novas gerações será fundamental para a disputa de um modelo de desenvolvimento alicerçado em reformas democráticas e populares. Construir uma maioria política na sociedade brasileira em torno um projeto democrático e popular de desenvolvimento que articule soberania nacional e integração regional, desenvolvimento econômico com progresso social e ampliação da democracia com participação popular não pode prescindir das novas gerações.

IV – JPT MILITANTE E DE MASSAS

Um novo patamar da Juventude do PT

Um pouco de história

Uma das afirmações mais contundentes feita pela JPT em seu primeiro Congresso (2008) foi de que “a organização e o diálogo com a juventude nunca foi uma prioridade do Partido dos Trabalhadores”. Uma avaliação compartilhada pela geração de 1991, que no I Encontro Nacional de Juventude do PT (ENJPT) dizia não haver “prioridade no acompanhamento político e permanência como desafio fazer as direções partidárias assumir como prioridade a questão da juventude”. Para eles, até então, o PT não havia feito “uma reflexão séria sobre isso, e menos ainda sobre a juventude brasileira como um todo”.

Em 1991, as resoluções apontavam para ir às ruas, mostrar a cara em atividades de massa. Falava-se em campanhas de massa como movimento dos jovens petistas e no envolvimento dos jovens petistas e simpatizantes junto à sociedade. Essas e outras questões influenciaram a construção da resolução de concepção e funcionamento da JPT no I Congresso, dezessete anos depois.

Se muitas questões que debatemos hoje, a juventude do PT já apresentava respostas há quase vinte anos, é preciso analisar o que aconteceu (ou não aconteceu) durante todo esse tempo para que se avançasse tão pouco.

Diferente de algumas tradições da esquerda mundial, a JPT não será organizada por iniciativa das direções partidárias, mas por seu movimento próprio, autônomo, como foi a própria construção de um partido de trabalhadores em 1980.

A história da Juventude do PT na década de 1990 é de descenso de sua capacidade de organização e mobilização, sobre-

tudo entre 1995 e 2001. Por alguns anos, a Secretaria Nacional de Juventude ficou desarticulada.

Na frente de massas e movimentos juvenis não era diferente e não por acaso, o I ConJPT reconheceu que os militantes atuavam de maneira fragmentada e, em geral, levando as disputas internas para o seio dos movimentos. Frente ao cenário, orientou a militância a construir uma intervenção unitária nos movimentos sociais e superar a dispersão dos jovens petistas nos movimentos.

Virando o jogo

Esta realidade sofreu uma mudança significativa a partir do ENJPT de 2005, que elegeu Rafael Pops para Secretário Nacional da JPT, inaugurando uma gestão que representou o início de um novo ciclo para a juventude petista.

Com a frase “na falta de céu ninguém voa” dizíamos que não tínhamos um funcionamento mínimo nem mesmo das instâncias da JPT – o que tornava impossível avançar em nossa organização – sendo necessário construir uma gestão que consolidasse o “céu” para a JPT “voar”.

O principal mérito da SNJPT neste período foi o de questionar o modelo de organização de juventude no PT e convocar o conjunto da militância jovem do partido a iniciar uma transição entre o modelo de setorial e um braço partidário de massas nos movimentos sociais.

Com o I ConJPT, não seria pela falta de céu que a JPT deixaria de voar!

O significado do I Congresso da JPT

O salto histórico realizado pelo I ConJPT é de duas nature-

zas: de um lado, proporcionou uma mobilização de massas no interior do partido, contribuindo para a articulação dos jovens inclusive nos municípios; de outro, aprofundou o debate organizativo, sobre a concepção e o funcionamento de uma juventude não apenas de massas, mas sobretudo militante.

Com o I ConJPT, a organização partidária deveria passar a se orientar para enfrentar a transição geracional que vive, travar a disputa ideológica entre os jovens, organizar as juventudes brasileiras e transformar profundamente a realidade deste segmento populacional.

Por outro lado, devemos estar cientes de que não conseguiríamos superar, da noite para o dia, três décadas de precariedade na organização dos jovens petistas. O I Congresso inicia uma transição que só reunirá condições para ser completada na medida em que toda base partidária discutir este tema.

O ponto de chegada é a constituição de uma organização de juventude militante e de massas, compreendida como uma frente de massas do PT que estabeleça uma relação massiva de organização, mobilização e identidade dos jovens com o petismo e o socialismo. Trata-se de enraizar a JPT como organização do Partido nos diferentes segmentos juvenis e em todo o território brasileiro, capaz de estar presente e atuante no processo autônomo de mobilização das massas e obter a legitimidade de conduzir suas lutas.

A energia acumulada e a inércia positiva gerada pela gestão 2005/2008 da SNJPT, pela mobilização de mais de 15 mil pessoas e pelo resultado político do I ConJPT, bem como pela Caravana Nacional da JPT nas eleições 2008, foram capazes de conduzir a juventude petista a um grau superior de organização e intervenção política.

O legado deixado por estas iniciativas, porém, não se reverteu substancialmente em inovação da dinâmica interna de nosso fun-

cionamento. Basta averiguar a dificuldade em se instituir a JPT nos municípios, os núcleos por local e área de militância e a continuidade da dispersão dos jovens petistas que militam nos respectivos movimentos sociais.

Chegamos às eleições de 2010 com grande legitimidade entre as juventudes partidárias para coordenar a campanha de juventude da companheira Dilma, mas o enraizamento local da JPT foi insuficiente para que a campanha ganhasse corpo, fazendo com que o tema juventude não se tornasse prioridade política e programática na campanha e, conseqüentemente, nos primeiros meses de gestão.

A condição político-organizacional da JPT, ainda sofre muito com a forma ultrapassada em que o conjunto do partido continua encarando sua juventude. O PT não foi capaz de incorporar o acúmulo que tivemos no último período e isto têm limitado muito a organização da juventude, apesar dos avanços importantes que obviamente já tivemos.

Por falta de uma política mais bem definida e de uma ação mais sistemática de estímulo à organização, são poucos os municípios que antes não tinham juventude organizada e passaram a ter JPT com funcionamento regular e diálogo com os jovens do local.

O PT e a juventude

Ao ser fundado, o PT promoveu um grande encontro entre a geração de jovens que lutou contra a ditadura e a jovem classe trabalhadora presente nas mobilizações da década de 1970 e 1980. Reuniu sonhos e muita luta daquelas e daqueles que dedicaram e dedicam sua vida à transformação da sociedade e ao fim da opressão e da exploração do homem pelo homem.

Apesar de ter sempre contado com muitos jovens em suas fileiras, o PT nunca considerou o tema e a organização dos jovens como prioridade. Por vezes, inclusive, relegou a outros partidos da esquerda brasileira a referência do projeto democrático e popular na juventude.

Precisamos superar em nosso partido a visão instrumental que encara os jovens como “tarefeiros” ou apenas como quadros “inexperientes” a serem formados para o futuro. A compreensão do jovem como sujeito político do presente, capaz de participar da renovação do projeto político do partido, permanece como um grande desafio.

São por esses e outros motivos que o PT, mesmo com quase 30% da preferência do eleitorado nacional, tem perdido apoio nas novas gerações. Para grande parte dos jovens, o partido já é visto como igual aos demais partidos tradicionais. A crescente institucionalização, o refluxo do debate ideológico e a ausência de discurso e diálogo com os movimentos juvenis reforçam este estigma.

Neste país em mudança, uma nova geração de jovens entra em cena. Contrariando o senso comum conservador de que a juventude é apática e despolitizada, acompanhamos o surgimento cada vez maior de novas redes e formas de participação da juventude. No trabalho, nos estudos ou mesmo conectada ao mundo a partir da internet, percebemos na ação comunitária, nas redes sociais ou nas marchas e movimentos juvenis, uma atuação coletiva cada vez mais diversificada.

A nossa geração – em um outro período do partido e do país – é desafiada, da mesma forma que a geração que fundou o PT, a exercer seu protagonismo e ousadia. Na luta política dos próximos anos, a mera estratégia de comparar os governos petistas com os governos tucanos, apesar de importante, não será suficiente. Aos jovens será fundamental que os partidos apresentem uma

agenda de conquistas e mudanças para o futuro, já que muitos pela idade não vivenciaram com tanta nitidez o contraste entre um e outro modo de governar.

Para tanto, não basta ser jovem. Há que se reivindicar também uma nova política.

Um novo patamar organizativo para a JPT

Um dos motivos pelos quais avançamos pouco na transição da JPT do modelo setorial para uma organização militante e de massas do PT na juventude é porque ainda carecemos de uma estratégia capaz conduzir a JPT neste período de transição.

Um primeiro passo essencial é repensar a relação entre o partido, os movimentos sociais e as demais formas de organização e luta das classes trabalhadoras e demais setores populares.

De fato, vivemos em um período de descenso das lutas sociais. Mas o nível real de mobilização dos movimentos sociais possui causas históricas, objetivas. Isto não significa que a luta de classes deixou de se desenvolver. Na verdade, as formas que ela passou a assumir simplesmente diferem historicamente daquelas assumidas em um momento anterior.

Núcleos e Trabalho de base

O trabalho de base de uma organização como a JPT deve ser capaz de se integrar às novas lutas, marchas e redes em que a juventude está atuando.

Para ser capaz de realizar um trabalho de base com esta orientação, a JPT deve organizar os núcleos da JPT, conforme expressos na resolução do I ConJPT e participar de outros espaços de organização popular e comunitária.

Para isso os núcleos devem articular ação direta, integração e formação política. Por ação direta compreendemos a organização de nossa atuação nos locais de militância, desde o debate sobre a política e a melhor tática de atuação coletiva até a distribuição de panfletos, colagem de cartazes, comícios relâmpagos, abaixo-assinados, manifestações, abordagem nas ruas. Por integração compreendemos atividades culturais, como festas rodas de viola, sa-raus, peças teatrais, recitais de poesias, mostras de grafite, pinturas e artes plásticas, oficinas variadas, exibição de filmes, campeonatos esportivos, gincanas, etc. Por formação política compreendemos leitura de textos, bate-papos sobre assuntos específicos, depoimentos de militantes históricos, realização de cursos, seminários e colóquios, organização de bibliotecas e videotecas, etc.

A periodicidade e a regularidade do funcionamento destes organismos são o aspecto fundamental desta iniciativa.

Organização municipal da JPT

Uma política nacionalizada subentende que os diferentes níveis de organização (local, municipal, estadual e nacional) se orientem por uma mesma política. Iniciativas nacionais têm dificuldade de sair do papel, não atingem a ponta da organização. E no sentido inverso, as contribuições, propostas e formulações locais e estaduais não conseguem chegar às instâncias nacionais. Constantemente sentimos a ausência de uma rede articulada e de uma política de comunicação interna forte, ágil e eficaz.

O principal caminho para transformar esta realidade é fortalecer as instâncias municipais da JPT. No II Congresso da JPT não podemos repetir o equívoco que cometemos no I Congresso de não organizar a juventude petista nos municípios que realizaram suas etapas municipais. Esta é uma tarefa primordial de cada

direção estadual, que já começa com a própria organização de congressos municipais que, prioritariamente, orientem a militância local para a atuação em seu município.

Mas esta organização municipal não deve se resumir às instâncias de direção, como é recorrente no PT atualmente. Trata-se de reproduzir e adaptar para o nível local as experiências que se realizam em âmbito nacional e estadual: encontros e seminários da juventude trabalhadora, de jovens mulheres, da juventude negra, da juventude LGBT, de estudantes, bem como atividades temáticas sobre questões que estão na pauta política do município.

Neste sentido, propomos a realização de um primeiro Encontro Nacional de Secretarias Municipais da Juventude do PT, no primeiro semestre de 2012, para planejar a intervenção da JPT nos próximos dois anos e convocar uma 2ª Caravana Nacional da JPT, a percorrer os estados de todo o país, debatendo o programa de juventude para as eleições.

Formação política

Até o momento, em geral, as jornadas de formação que a JPT realizou limitaram-se aos níveis nacional e estaduais. Nem mesmo um plano de formação política conseguiu ser formulado e implementado em todo o país para consolidar a unidade dos programas de formação nacionalmente.

No próximo período, em parceria com a Secretaria Nacional de Formação do PT, com a Escola Nacional de Formação e a Fundação Perseu Abramo, a JPT deve implementar um programa de formação que estabeleça como meta a realização de 300 cursos de formação municipais até 2014.

Mas a política de formação da JPT não deve nem pode depender de programas de envergadura para ser uma realidade. É

preciso estimular as direções estaduais e municipais a realizarem suas próprias atividades em sintonia com uma Política Nacional de Formação da JPT.

Frente de massas e movimentos juvenis

A JPT é uma das juventudes partidárias que tem uma atuação nacional mais consolidada e diversificada. O número de petistas nos diversos movimentos é enorme. É preciso aproximá-los dos espaços do partido!

Dar consequência prática a esta orientação exige a construção de canais de diálogo e construção comum nas lutas cotidianas. A experiência do PT, nos últimos anos, de realizar colóquios com os movimentos sociais em nível nacional deve ser apropriada pela JPT nos diversos níveis de organização. A falta de espaços de debate é um dos grandes entraves para que uma relação orgânica se estabeleça entre partido e movimento.

Ao mesmo tempo, estas iniciativas, por serem pontuais, não podem prescindir de fóruns permanentes de articulação dos petistas nos movimentos. O exemplo da JN13 é interessante para que a militância de cada movimento pense nas formas mais adequadas de promover uma intervenção organizada de acordo com as especificidades de cada movimento.

Campanhas e jornadas de lutas

A realização das campanhas da JPT é fundamental para mobilizar a juventude petista em torno de pautas de reivindicação estratégicas para a luta social no país e o aprofundamento das mudanças em curso. Elas ajudam a mostrar a JPT para a sociedade e permitem apresentar nossas posições para um número muito mais expressivo de jovens brasileiros.

Mas além das campanhas partidárias devemos propor e construir jornadas de lutas em parceria com os movimentos sociais e organizações juvenis, além de orientar a militância a participar e se integrar nas mobilizações dos movimentos por reivindicações que representem nossas reivindicações históricas e atuais.

Comunicação

Os meios de comunicação são fundamentais para que a organização, as pautas e as opiniões da JPT cheguem à maior parte de nossa base social e, portanto, avance em toda sociedade. No momento em que vivemos e a popularização das formas de comunicação a JPT não pode abrir mão dessa ferramenta de construção partidária. Essa política ganha ainda mais importância se percebemos os ataques que a grande mídia faz à esquerda e ao PT. Por isso, a JPT deve ter como prioridade construir uma política de comunicação ampla e que diversifique os meios e as linguagens.

Essa comunicação não pode ser restrita a publicações e um sítio eletrônico, mas que incentive o debate público da JPT através destes e outros meios. Uma política voltada para este objetivo deve ser (1) democrática e participativa; (2) ágil, dinâmica e atualizada; (3) massiva e que atinja a maior parte dos jovens; e (4) ser não só informativa, mas também formativa.

Relações Internacionais

A Juventude do PT deve se somar às mobilizações e articulações anticapitalistas em sua atuação internacional. A reorganização do coletivo nacional de relações internacionais da Juventude do PT deve colaborar na integração política do PT com os movimentos juvenis e partidos de esquerda e progressistas de todo o

mundo – notadamente da América Latina e do Foro de São Paulo. Devemos continuar participando como convidados das atividades das organizações internacionais de juventudes políticas de esquerda e progressistas.

Eleições 2012

Os próximos anos serão marcados por diversos momentos de embate acentuado da direita com a esquerda. Um destes embates tem data marcada: as eleições municipais de 2008.

É fundamental envolver o conjunto do partido e fomentar a discussão sobre a importância e o peso que os jovens têm na construção da sociedade que queremos. É tarefa do conjunto do PT pensar ações destinadas ao público jovem na cidade.

A incidência da JPT nestas eleições, no momento em que trabalha para consolidar seu novo modelo de organização se soma à necessidade de preparar candidaturas jovens, será determinante para a vitória do PT e seu fortalecimento para os demais confrontos que virão na luta de classes.

Neste sentido a JPT terá como tarefas prioritárias nas eleições 2008: incentivar e lançar candidaturas jovens, incluir jovens nos Grupos de Trabalho Eleitorais (GTE), garantir a participação de jovens nas coordenações de campanha proporcionais e majoritárias, promover atividades de capacitação eleitoral e de gestão pública para jovens e elaborar programas de governo e plataformas eleitorais na temática de juventude.